



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

SEPED/2012

Brasília-DF
Março de 2013

República Federativa do Brasil

DILMA ROUSSEFF

Presidente

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MARCO ANTONIO RAUPP

Ministro

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED

CARLOS AFONSO NOBRE

Secretário

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT

MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE

DIRETORA

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

AGOSTINHO TADASHI OGURA

Diretor

Coordenadores da SEPED

Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa - CGAA

Fernando André Pereira das Neves

Coordenação - Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC

Reinaldo Francisco Ferreira Lourival

Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade – CGBD

Janice Romaguera Trotte Duhá

Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGMH

Darly Henriques da Silva

Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS

Luiz Henrique Mourão de Canto Pereira

Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG

Sanderson Alberto Medeiros Leitão

Coordenação-Geral de Operações e Modelagem-CGOM

Carlos Frederico de Angelis

Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento-CGPD

Javier Tomasella

COLABORADORES

Andrea Nascimento de Araujo

Cláudia Morosi Czarneski

Claudia Alves Magalhães

Daniilo Fernandes

David ConWay Oren

Juliana Gomes dos Santos Andrade

Lozevaldo Monteiro Cruz

Márcio Rojas da Cruz

Ricardo Melamed

Rodrigo Henrique Macedo Braga

Sharon Lisauskas Ferraz de Campos

Thiago de Mello Moraes

Ubirajara Araújo Filho

Vânia Gomes da Silva

Equipe técnica:

- Fernando André Pereira das Neves

- Lozevaldo Monteiro Cruz

Sumário

INTRODUÇÃO	7
RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DA SEPED - 2012	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED (PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)	8
1.1.1 <i>Relatório de Gestão Individual</i>	8
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	10
1.3 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED	14
1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	15
1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO	15
1.6 - PRINCIPAIS PARCEIROS	15
2- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES (PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)	16
2.1 - PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	16
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	16
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	17
2.4 INDICADORES	26
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	27
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	27
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	27
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	28
3.4 – SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	28
3.5 – CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N.º 1.043/2007, DA CGU	28
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	29
4.1.A - PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA SEPED	29
4.1.A.1 <i>Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	29
4.1.A.2. <i>Objetivos vinculados ao Programa Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	30
4.1.3. INICIATIVAS VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED	33
4.1.A.4 <i>Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	35
4.1.B - PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA SEPED	62
4.1.B.1 <i>Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	62
4.1.B.4 <i>Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	63
4.1.C - PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA SEPED	73
4.1.C.1 <i>Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	73
4.1.C.2. <i>Objetivos vinculados ao Programa Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	74
4.1.C.3. INICIATIVAS VINCULADAS AO PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	77
4.1.C.4 <i>Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	80
4.1.D.1 <i>Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	85
4.1.D.2. <i>Objetivos vinculados ao Programa Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	86
4.1.D.3. <i>Iniciativas Vinculadas ao Programa Temático de Responsabilidade da SEPED</i>	87
4.1.D.4 <i>Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED</i>	89
4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	97
4.2.1 <i>Unidade Orçamentária</i>	97
4.2.2 <i>Programa da Despesa</i>	97
4.2.3 <i>MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA</i>	99
4.2.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	101
4.2.4.2 <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SEPED por Movimentação</i>	103
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)	105
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.	105
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	105
5.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	105

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	106
5.3.1 <i>Relação de dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i>	106
5.3.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	108
5.3.3 <i>Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes</i>	109
5.3.4 <i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</i>	110
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS (PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	112
6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	112
6.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	112
6.1.2 <i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	113
6.1.2 <i>Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	114
6.1.3 <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	115
7.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	116
7.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV].....	117
8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	118
8.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	118
8.2.1 <i>Declaração Plena</i>	118
9. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	119
9.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	119
9.2 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN)	153
9.2.1 <i>Análise Crítica</i>	159
10. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS (PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	160
11. AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA (PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).	163
11.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA	163
11.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS	163
11.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS	164
11.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA	164
ROL DE RESPONSÁVEIS	170

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUADRO A.1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	8
TABELA 2: QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA SEPED.....	27
TABELA 3: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	29
TABELA 4: QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	30
TABELA 5: QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	33
TABELA 6: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	35
TABELA 7: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	36
TABELA 8: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	38
TABELA 9: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	40
TABELA 10: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	42
TABELA 11: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	45
TABELA 12: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	46
TABELA 13: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	48
TABELA 14: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	50
TABELA 15: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	52
TABELA 16: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	56
TABELA 17: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	57
TABELA 18: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	62
TABELA 19: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	63
TABELA 20: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	65
TABELA 21: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	67
TABELA 22: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	71
TABELA 23: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	73
TABELA 24: QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	74
TABELA 25: QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	77
TABELA 26: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	80
TABELA 27: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	81
TABELA 28: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	82
TABELA 29: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	83
TABELA 30: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	84
TABELA 31: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO.....	85
TABELA 32: QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	86
TABELA 33: QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	87
TABELA 34: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	89
TABELA 35: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	92
TABELA 36: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	93
TABELA 37: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED.....	95
TABELA 38: QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA SEPED/MCTI.....	97
TABELA 39: QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	97
TABELA 40: QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL.....	97
TABELA 41: QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	98
TABELA 42: QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	99
TABELA 43: QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	101
TABELA 44: QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	102
TABELA 45: QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	103
TABELA 46: QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	104
TABELA 47: QUADRO A.5.2 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	105
TABELA 48: QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	106
TABELA 49: QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SEPED NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	108
TABELA 50: QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	109
TABELA 51: QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SEPED NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	110
TABELA 52: QUADRO A.5.7 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E TERMO DE COOPERAÇÃO.....	111
TABELA 53: QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA SEPED – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	112
TABELA 54: QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SEPED – SITUAÇÃO EM 31/12.....	112
TABELA 55: QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SEPED (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	113
TABELA 56: QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPED POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	113
TABELA 57: QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPED POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	113
TABELA 58: QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	114
TABELA 59: QUADRO A.6.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	115
TABELA 60: QUADRO A.6.8 – INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	115
TABELA 61: QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA SEPED, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	116
TABELA 62: QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	117
TABELA 63: QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	118
TABELA 64: QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	119
TABELA 65: QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	153
TABELA 66: QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	158
TABELA 67: QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	163
TABELA 68: QUADRO B.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DO TERMO DE PARCERIA.....	163
TABELA 69: QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA.....	164
TABELA 70: QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99).....	164
TABELA 71: QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA.....	164

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Administração Direta da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, contextualizadas em objetivos, iniciativas e ações de Programas do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, bem como demonstrar a execução dos recursos orçamentários e financeiros dessa Unidade Jurisdicionada.

É importante salientar que o trabalho foi realizado em parceria com as Coordenações Gerais envolvidas no processo de execução dessas Ações, com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual (LOA), que apresentam objetivo e escopo de atuação definidos em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).

A SEPED tem atuação importante na formulação e implantação de políticas públicas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, no âmbito dos Programas:

- Biodiversidade;
- Ciência, Tecnologia e Inovação (Biotecnologia e Saúde);
- Mudanças Climáticas;
- Gestão de Riscos e Respostas a Desastres; e
- Mar, Zona Costeira e Antártica.

Ademais, a SEPED vem apoiando ações financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cuja execução orçamentária não será comentada neste relatório por ser responsabilidade da Secretaria Executiva dos Fundos Setoriais deste MCTI.

Cabe salientar que o presente Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010, Decisão Normativa TCU Nº 119, de 18/01/2012 e Portaria TCU Nº 150, de 03/07/2012, com exceção de alguns itens exigidos que não se aplicam às atividades da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), a saber: **Parte A itens: 7, 8, 9, 10 e 11 (parcialmente) e 12 e Parte B itens: 13 a 27, 29 a 49 e 51 a 59.**

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL DA SEPED - 2012

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – SEPED (PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012)

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Tabela 1: QUADRO A.1.1 - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento			
Denominação abreviada: SEPED-MCTI			
Código SIORG: 2055	Código LOA: 24000	Código SIAFI: 240119	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 75-11-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2033.8128	(61) 2033.8015	(61) 2033.7766
Endereço eletrônico: seped@MCTI.gov.br			
Página da Internet: http://www.MCTI.gov.br/index.php/content/view/8100.html#vazio			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 2º andar - CEP: 70062-900 - Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada Decreto n. 7.513, de 01/07/2011 – DOU 01/07/2011 (Edição Extra).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n.º 7.513, de 1 de julho de 2011, altera o Decreto no 5.886, de 6 de setembro de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão. – Portaria Nº- 755, de 3.10.2006 (REGIMENTO INTERNO SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO) 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
<ul style="list-style-type: none"> – Segunda Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - 2010 – Livreto da SEPED 2009 - Brasília, 122 p. – Ciência Brasileira no IV Ano Polar Internacional. Ministério de Ciência e Tecnologia - Brasília, 140 p. 2009 – Coleção Explorando o Ensino - Volume 9: Antártica. 1ª Reedição. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009, 68 p. – Ciência, Tecnologia e Inovação para Amazônia – Brasília-DF, 54 p. julho de 2009. – Programa GENOPROT Workshop de Avaliação – Brasília-DF, 132 p. julho de 2009. – O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – guia de orientação, Rio de Janeiro-RJ, 132 p. 2009. – Encontro de Avaliação do Programa Rede Nordeste de Biotecnologia, 29 a 30 de setembro de 2008. São Paulo, SP. Biolatina 2008. 			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
240.101	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	SPOA/MCTI
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240.101	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A SEPED tem como finalidade implantar e gerenciar políticas, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, em áreas de interesse estratégico voltadas para o desenvolvimento sustentável, como biodiversidade e ecossistemas; biotecnologia e saúde; meteorologia, climatologia e hidrologia; ciências do mar e antártica; mudanças climáticas e redução dos danos materiais e humanos causados por desastres naturais.

Nesse sentido, compete a essa Unidade Jurisdicionada apoiar programas visando: i) à atração de novos talentos e à formação de recursos humanos qualificados, ii) ao levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em suas áreas temáticas, iii) à expansão do conhecimento em áreas de biotecnologia, saúde e agricultura, com base no aproveitamento de oportunidades nacionais e regionais, com vistas à geração de produtos, iv) ao desenvolvimento de mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e Exterior, em especial em áreas de interesse ; v) à aplicação de tecnologias modernas para a prevenção e a solução de problemas sociais em suas áreas de atuação.

Os objetivos estratégicos e escopo de atuação da Unidade estão definidos em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), a qual ratifica o papel indispensável da inovação no esforço de desenvolvimento sustentável do Brasil, com ênfase na geração e apropriação do conhecimento científico e tecnológico necessário à construção de uma sociedade justa e solidária e de um ambiente empresarial mais competitivo, em especial no plano internacional.

Assim, a SEPED buscou atingir os seguintes objetivos estratégicos, no exercício em comento, para a implementação de políticas públicas relacionadas à P,D&I:

- biotecnologias inovadoras que agreguem valor, promovam o uso sustentável da biodiversidade e integrem novas tecnologias;
- consolidar a base científico-tecnológica necessária à transição para uma economia verde e fomentar a inovação em energia limpa e renovável, biotecnologia, biodiversidade e mudanças climáticas;
- ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural;
- ampliar a capacidade de resposta aos desafios e as oportunidades associadas as mudanças climáticas;
- colocar a pesquisa oceanográfica brasileira no patamar internacional e compreender o papel do Atlântico Sul nas mudanças climáticas projetadas para o final deste século;
- ampliar a pesquisa de excelência internacional sobre a região Antártica e sua área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e,
- desenvolver, em articulação com outras instituições federais, estaduais, municipais, órgãos de defesa civil e as Forças Armadas, um Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Síntese das Realizações

As principais realizações da SEPED, no exercício de 2012, foram:

- no que tange à Biodiversidade, pautou-se pelo objetivo de ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada, apoiando o desenvolvimento tecnológico e inovação para a agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse patrimônio natural. Os principais resultados obtidos pelo Programa estão voltados para as redes de pesquisa com vistas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na biodiversidade; caracterização de elementos relevantes para o funcionamento dos ecossistemas, englobando o ambiente físico e biótico, a dinâmica temporal, espacial e social que possam subsidiar a definição de políticas públicas em C,T&I; as relações adequadas entre os fatores ambientais e a biodiversidade, considerando as alterações das comunidades florísticas e faunísticas e as mudanças ambientais;
- apoio a projetos de pesquisa por meio de editais e do emprego compartilhado do Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul (Laboratório Nacional Embarcado – LNE) e do Navio Oceanográfico Antares, que realizaram cruzeiros oceanográficos ao largo de toda a região marítima de interesse do Brasil;

- debate levado a termo pela sociedade brasileira acerca da criação de um Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH), incluindo a sua descentralização regional, e dividindo, do ponto de vista da execução, as atividades em temas prioritários e afetos à Oceanografia, Portos e Hidrovias, Pesca e Aquicultura, entre outros. Associado a essa nova organização nacional para os temas de Ciências do Mar, vale mencionar a inovadora parceria público-privada que norteará o processo de aquisição de um novo navio Hidroceanográfico, embasado no Protocolo de Intenções celebrado entre Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marinha do Brasil, Petrobras S.A., Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, bem como em Acordo de Cooperação dele decorrente;
- Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - três iniciativas se destacam pela relevância dos resultados e pela complexidade exigida para suas operacionalizações. A primeira trata da atuação da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas Globais (CIMGC) que, entre janeiro e dezembro, recebeu e processou 121 novas propostas de atividades de projetos MDL, quantidade maior do que a soma dos projetos recebidos nos quatro anos anteriores. Para subsidiar a atuação da CIMGC, foram elaborados 354 pareceres técnicos e emitidas 118 Cartas de Aprovação. A segunda iniciativa que se destaca é o envolvimento da Rede CLIMA na confecção da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima com as tarefas de elaborar o inventário nacional de gases de efeito estufa (com relatórios setoriais para agropecuária, energia, processos industriais, tratamento de resíduos e mudança no uso da terra) e de desenhar e operacionalizar a plataforma de dados de emissões e remoções de gases de efeito estufa pelo Brasil. Por fim, a terceira iniciativa trata da elaboração do Relatório de Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, concluída ao final de 2012 e aguardando publicação;
- esforço e desempenho da Secretaria Executiva da CIMGC permitiram que a grande demanda por análise de projetos MDL fosse atendida, o que fez com que o Brasil se posicionasse em terceiro lugar no ranking mundial de atividades de projetos registradas no Conselho Executivo do MDL;
- envolvimento da Rede Clima na confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa e na operacionalização da plataforma de dados de emissões e remoções de gases de efeito estufa pelo Brasil permitirá um avanço metodológico significativo, que se refletirá no ganho em qualidade no produto final do trabalho, a Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser apresentada ao Secretariado da Convenção em dezembro de 2014;
- infraestrutura de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, com a aquisição de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos, Pluviômetros Semiautomáticos e Sistemas de Radares Meteorológicos elevando o Brasil a um novo patamar na capacidade de antecipar desastres naturais causados por eventos extremos de tempo;
- projeto "Pluviômetros nas Comunidades" que visa introduzir a cultura da percepção de riscos de desastres naturais no Brasil, envolvendo a população que vive em áreas de risco, fortalecendo as capacidades locais de enfrentamento de eventos adversos. O projeto prevê a distribuição de pluviômetros semiautomáticos (equipamento que mede a quantidade de chuva) para serem instalados em áreas de risco e operados por equipes da comunidade local, especialmente treinadas e, dessa forma, promover o engajamento e a conscientização dos moradores, completando a rede de informações hidrometeorológicas que fazem parte da estrutura observacional do país para o monitoramento e alertas de desastres naturais;

Aprendizados adquiridos e superações conquistadas.

No decorrer de 2012, foi possível empreender esforços para superação das dificuldades encontradas, podendo ser citados:

- em decorrência do trágico acidente que vitimou e extinguiu a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), foram empreendidas sólidas ações de reposição de equipamentos científicos perdidos e garantida a continuidade das atividades de pesquisa antárticas, bem como do planejamento da reconstrução da nova Estação. Nesse processo, destaca-se o modelo de ampla consulta à comunidade científica e debates acerca das especificações dos requisitos operacionais da nova EACF;

- o número reduzido de pessoas a complexidade do tema mudanças climáticas e a grande demanda de trabalho foram obstáculos superados pelo grande comprometimento dos membros da equipe da SEPED, que se empenharam fortemente nas práticas de gestão, a fim de melhor desenvolver suas atividades;
- entre os grandes programas do MCTI voltados para a implantação de políticas públicas destaca-se, pelo ineditismo, a incorporação do Programa Temático “Mar, Zona Costeira e Antártida” ao PPA 2012-2015. No entanto, a inserção desse programa temático não foi seguida do estabelecimento de ações orçamentárias. Assim, foi necessária a busca de fontes alternativas de recursos que possibilitassem o apoio a projetos de pesquisa de alto nível, cujos resultados auxiliam na formulação de Políticas Públicas e no preenchimento da lacuna de conhecimento que atualmente representam os oceanos. Além disso, o estabelecimento de parcerias com o setor privado guarda caráter inovador na condução de processos de C&T para os oceanos, permitindo que a sociedade se beneficie dos resultados das pesquisas científicas marinhas para alcançarmos a sustentabilidade e melhores práticas de gestão e governança desse ambiente essencial à vida.

1.3 – Organograma Funcional

Nesse cenário, para exercer sua missão institucional e a realização de tão amplo conjunto de atividades, a SEPED mantém em sua estrutura organizacional as unidades técnicas abaixo relacionadas que juntas são responsáveis pela gestão, articulação e coordenação dos principais objetivos e ações.

➤ **Coordenação para Mar e Antártica**

- Apoiar a ciência, a tecnologia e a inovação em áreas relacionadas à estrutura e função dos ecossistemas marinhos e aos processos oceanográficos, incluindo as interações com a atmosfera e a utilização sustentável dos recursos naturais marinhos. Também apóia a realização de pesquisas multidisciplinares e de excelência internacional sobre a região Antártica e área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, cujo propósito é o de compreender os fenômenos locais presentes e pretéritos, suas interações, influências e inter-relações globais, bem como seus efeitos sobre as condições meteorológicas no território brasileiro.

➤ **Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa-CGAA**

- Elaborar, coordenar, assistir e implementar políticas e metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira de programas, projetos e atividades.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS (DEPPT)

- Subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia, projetos e atividades de fomento nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde, bem como participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos, relacionados com a política nacional de ciência e tecnologia, com as agências internacionais de desenvolvimento e cooperação;;

➤ **Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade (CGBD)**

- Acompanhar estudos e pesquisas sobre a biodiversidade brasileira visando à definição de políticas públicas em C,T&I para conservação e exploração sustentável dos recursos naturais. As atividades dessa Coordenação foram incorporadas às iniciativas da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC).

➤ **Coordenação Geral de Gestão de Ecossistema (CGEC)**

- Subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades na área de Ecologia e Gestão de Ecossistemas, bem como promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade.

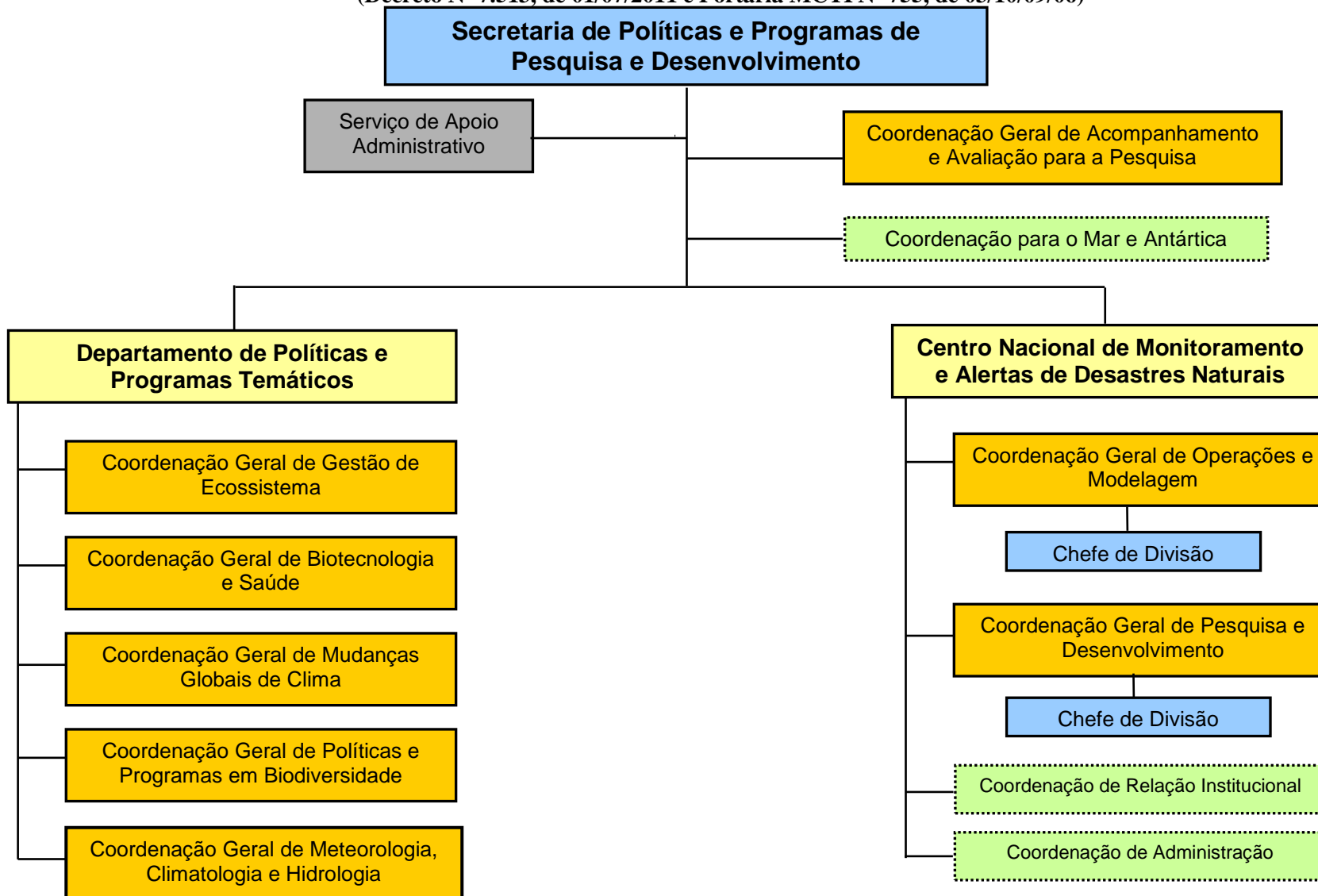
- **Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH)**
 - Administrar a Rede de Meteorologia e Climatologia e coordenar as ações de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos, assim como participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações em Meteorologia, Climatologia e Hidrologia conduzidas pelo Ministério.
- **Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde (CGBS)**
 - Promover a expansão do conhecimento científico, tecnológico e inovativo das áreas de biotecnologia, saúde e agricultura, com base no aproveitamento de oportunidades nacionais e regionais, visando à geração de produtos, processos e serviços em benefício da sociedade, em consonância com as políticas vigentes no país e as orientações estratégicas do MCTI.
- **Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC)**
 - Subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para: mitigação e adaptação às mudanças do clima, implementação de atividades relacionadas à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima no Brasil incluindo o Protocolo de Quioto e aprovação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima que inclui o Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (CEMADEN)

- Implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e à aplicação de tecnologias modernas à prevenção de desastres naturais, bem como elaborar operacionalmente alertas de desastres naturais com o objetivo precípua de salvaguarda de vidas e diminuição da vulnerabilidade social, ambiental e econômica aos desastres naturais.
- **Coordenação Geral de Operações e Modelagem (CGOM)**
 - Coordenar, acompanhar, avaliar e propor metas e indicadores para o desenvolvimento das atividades relacionadas à rotina operacional do CEMADEN, da Modelagem dos Sistemas Físicos e do Serviço Computacional; realizar operacionalmente o monitoramento e alertas de desastres naturais e disseminá-los para os usuários das informações e desenvolver, operar e implementar novas tecnologias que usam meios de telecomunicações para disseminação de alertas e informações de desastres naturais.
- **Coordenação Geral de Pesquisa e Desenvolvimento (CGPD)**
 - Desenvolver atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na área de meteorologia, recursos hídricos, geologia e desastres naturais, com ênfase na previsão, preparação, prevenção, e mitigação do impacto de eventos extremos em bacias hidrográficas urbanas e rurais com reduzido tempo de resposta e com vistas a reduzir perdas em vidas humanas e materiais em decorrência desses eventos. Confere ênfase, ainda, a integração de dados e a pesquisas multidisciplinares e interdisciplinares que levem ao desenvolvimento de técnicas inovadoras para modelagem desses eventos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SEPED

(Decreto Nº 7.513, de 01/07/2011 e Portaria MCTI Nº 755, de 03/10/09/06)



1.4 - Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada relacionam-se às áreas finalísticas - Biodiversidade e Ecossistemas; Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; Biotecnologia e Saúde; Mudanças Globais do Clima; Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden); Ciências do Mar e Antártica – e são conduzidos para o alcance dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), a saber:

- definição de estratégias para a implementação de programas, projetos, ações e atividades de fomento, objetivando diversificar e ampliar a base de conhecimento científico, tecnológico e de inovação, com vistas à geração de produtos, processos e serviços em benefício da sociedade;
- estruturação desses programas, projetos e atividades de fomento com o auxílio de Comissões e Comitês;
- articulação com instituições federais, estaduais e municipais a estruturação de redes de pesquisa que promovam a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos;
- participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações da SEPED;
- elaboração de alertas de desastres naturais com o objetivo precípuo de salvaguarda de vidas e diminuição da vulnerabilidade social, ambiental e econômica aos desastres naturais;
- acompanhamento e avaliação de programas, projetos, ações e atividades de fomento no âmbito da UJ.

Os macroprocessos foram conduzidos de forma articulada e contínua em diversas frentes que asseguraram a implementação de ações estruturadas em redes e programas de pesquisa que têm apoiado, por meio de editais (chamadas públicas) e ações orçamentárias, a capacidade instalada das instituições, o fortalecimento de grupos de pesquisa e a formação de recursos humanos.

Ainda nesse contexto, houve a participação ativa da SEPED em vários Conselhos e Comissões Temáticas (CONAMA, CONABIO, CMCH, CIRM, entre outras) que norteiam a elaboração de políticas públicas, como forma de implementação de seus macroprocessos finalísticos.

1.5 – Macroprocessos de Apoio

No exercício em comento, foram utilizadas, como macroprocessos de apoio, ações metodológicas de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira de programas, projetos e atividades, bem como infraestrutura material das áreas técnicas por meio da modernização de equipamentos de informática, novo mobiliário e capacitação de servidores.

1.6 - Principais Parceiros

INTERNOS

Secretaria Executiva - SEXEC

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP

Unidades de Pesquisa

Financiadora de Estudos e Projetos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

EXTERNOS

Universidades Federais e Estaduais

Centro de Pesquisa do Pantanal – CPP (OSCIP)

Institutos de Pesquisa

Fundações de Amparo/Apoio à Pesquisa

Petrobras

Companhia Vale do Rio Doce

2- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES (PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Como citado anteriormente, o plano estratégico da SEPED apresenta objetivo e escopo de atuação definidos em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), com período de abrangência 2012 a 2015.

2.1 - Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada.

Para consecução dos objetivos definidos na ENCTI, foram utilizadas as competências constitucionais, legais e normativas definidas pelos Decretos nº 5886/2006 e 7513/2011 e o Regimento Interno da Unidade Jurisdicionada SEPED (Portaria MCT 755/06).

Considerando a nova sistemática do PPA 2012-2015, os programas temáticos são os de governo, cabendo aos órgãos setoriais a responsabilidade pelo atingimento dos objetivos que compõem cada programa. No caso da SEPED, o relacionamento entre o seu Planejamento Estratégico e o Plano Plurianual estão identificados por 8 (oito) objetivos, em 5 (cinco) programas temáticos, assim distribuídos:

PROGRAMA 2018 – BIODIVERSIDADE

Objetivo 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando à conservação, à valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

PROGRAMA 2036 - FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS.

Objetivo 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo, com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, as queimadas e os incêndios florestais.

PROGRAMA 2040 – GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES.

Objetivo 0173 – Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

PROGRAMA 2046 - MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA.

Objetivo 0997 – Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

PROGRAMA 2050 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Objetivos:

0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escalas regional e global.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

As estratégias utilizadas pela SEPED para alcançar os seus objetivos caracterizaram-se pela construção de processos cooperativos voltados à implementação de políticas públicas relacionadas a P,D&I, em consonância com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012 – 2015).

Na linha de revisão de macroprocessos internos, a SEPED instalou Grupo de Trabalho com a finalidade de implantar mecanismos de Controles Internos, Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação da Gestão Operacional. Os trabalhos desse GT terão continuidade no exercício de 2013, quando se pretende analisar os resultados.

Entre os riscos para o desenvolvimento da estratégia, podem ser destacados os seguintes pontos:

- contingenciamento de recursos fundamentais, oriundos do FNDCT, que vem reduzindo significativamente a capacidade de indução e investimento em algumas redes de pesquisa;
- descompasso entre as diversas fontes de financiamento em algumas das redes, onde os desembolsos dos recursos devem ocorrer simultaneamente;
- inviabilização de meios e mecanismos de apoio a projetos de pesquisa multidisciplinares pela não criação de ação orçamentária no âmbito do Programa Temático “Mar, Zona Costeira e Antártida”, que visa otimizar a atuação do MCTI no que concerne ao oceano Atlântico Sul e Tropical e Antártica.

2.3 Execução do plano de metas ou de ações.

Nesse item, são apresentados os resultados e impactos do Plano de Ações da SEPED, bem como o atingimento das metas estabelecidas nas diversas **áreas técnicas** abrangidas por essa Unidade Jurisdicionada.

ECOSSISTEMAS E BIODIVERSIDADE

A atuação nesta grande área do conhecimento se pautou pelo objetivo de ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros e a biodiversidade associada, apoiando o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse patrimônio natural.

Os produtos e serviços em desenvolvimento estão baseados nas necessidades e alternativas econômicas de importância regional e nacional. O processo de desenvolvimento da ciência da Biodiversidade está fundamentado na disponibilização dos dados e resultados dos processos de investigação científica para toda a comunidade de modo a dar transparência à aplicação dos recursos públicos e beneficiar as interações e a integração entre os setores interessados no desenvolvimento sustentável do País.

Nesse contexto foram alcançados os seguintes resultados:

- elaboração do projeto estruturante para financiamento pelo FNDCT de Parques Científico-Tecnológicos para aproveitamento econômico da biodiversidade brasileira;
- apoio ao Programa de Pesquisa Ecológico de Longa Duração (PELD), em edital conjunto com o CNPq para 2 anos, com foco em ambientes costeiros;
- lançamento de Chamada Pública, por intermédio do CNPq, para repasse de recursos às redes: Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBIO), Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelo e Geoinformação para a Gestão Ambiental (GEOMA) e Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado (COMCERRADO);
- avaliação do Termo de Parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP) e celebração de novo Termo de Parceria (2012-2015);
- apoio ao Congresso Brasileiro de Oceanografia.

METEOROLOGIA, CLIMATOLOGIA E HIDROLOGIA

As atividades nessas áreas temáticas aderem aos objetivos e metas do Plano Plurianual por contribuírem para a execução das ações de programas como o 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres e o 2050 – Mudanças Climáticas, uma vez que o desenvolvimento da meteorologia nacional e regional fornece subsídios essenciais ao monitoramento das condições ambientais que precedem a ocorrência de desastres naturais, ao desenvolvimento da modelagem atmosférica (previsões de curtíssimo prazo) e à inclusão de processos físicos e dinâmicos em modelos de simulação das mudanças climáticas globais.

Três ações principais nortearam as atividades: a) o apoio aos Centros Estaduais de Meteorologia e Recursos Hídricos por meio de bolsas DTI do CNPq; b) a condução das reuniões da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia – CMCH, como Secretaria Executiva; c) o apoio à formação de recursos humanos na área de ciências climáticas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Desde o megadesastre natural ocorrido na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, o Governo Federal procurou elaborar e implementar políticas públicas para a redução do impacto dos desastres naturais sobre os setores econômicos e sociais, particularmente, com forte contribuição da SEPED/MCTI para a implementação de ações que pudessem reduzir o número de vítimas humanas decorrentes de desastres naturais, originando a criação do Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

As metas das atividades nessa área temática foram atingidas parcialmente, por meio do apoio a 16 Centros Estaduais de Meteorologia e Recursos Hídricos, a realização do Workshop Internacional sobre o impacto das mudanças climáticas globais, em Natal-RN, em maio/junho de 2012, e a realização das duas reuniões ordinárias da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.

BIOTECNOLOGIA E SAÚDE

Nessas áreas temáticas, os resultados foram executados na sua totalidade, chegando a superar as metas estabelecidas. Isso se deve à transversalidade da área de biotecnologia, que provoca o gestor a procurar diversificar as ações e investimentos. Apesar dos atrasos e inconvenientes relatados acima, foi possível alcançar os resultados esperados, com a contratação de 21 projetos de pesquisa (contemplados em quatro chamadas públicas e uma encomenda), além do apoio ao CBA, à Rede de Resíduos e Contaminantes, à gestão do CBAB e a realização do Simpósio CONCEA.

Um dos resultados mais expressivos é a grande demanda de projetos submetidos às chamadas públicas. Muito embora o financiamento à P, D & I no Brasil tenha aumentado consideravelmente nos últimos dez anos, a oferta de recursos para a biotecnologia e saúde ainda é insuficiente, já que o desenvolvimento tecnológico é oneroso e lento, pois requer diversas etapas, provas de conceitos e testes.

Os impactos para o país se darão no médio e longo prazos, quando tais produtos estiverem disponíveis no mercado. Até lá, o principal impacto é o investimento *per se*, pois permite o avanço no desenvolvimento de produtos e processos de base biotecnológica.

MUDANÇAS GLOBAIS DE CLIMA

Nessa área temática, a Unidade Jurisdicionada se destacou pela coordenação da implementação dos compromissos resultantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Convenção do Clima) – Comunicação Nacional.

Ao longo do ano de 2012, buscou-se a reestruturação da equipe que trabalha diretamente com a elaboração da Terceira Comunicação Nacional e a execução do projeto PNUD, com a contratação de supervisores especialistas, por parte do PNUD, e de consultoria técnica, por parte da CGMC/SEPED.

Houve modernização institucional para fortalecimento da Secretaria Executiva da CIMGC, gerando importantes avanços nos resultados alcançados pela execução do projeto PNUD BRA/07/002, principalmente no âmbito da capacitação técnica de profissionais brasileiros, dos setores público e privado, no que se refere ao trâmite, à institucionalidade, ao ciclo e à elaboração de projetos do MDL. Os resultados gerados pelo projeto possibilitaram a estruturação do processo de análise de projetos MDL no governo brasileiro, considerando a crescente demanda por tais projetos, bem como a ampliação da conscientização pública e da capacitação sobre o tema. Dessa forma, a sociedade brasileira como um todo está sendo beneficiada, uma vez que as atividades desses projetos promovem a mitigação de emissões de gases de efeito estufa e impulsionam o desenvolvimento sustentável do país, gerando ainda benefícios sociais, econômicos e ambientais, e atraindo, inclusive, investimentos externos.

No que concerne à contribuição da CGMC para o cumprimento das leis domésticas, no caso, a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a SEPED participou das reuniões do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) e dos grupos de trabalho específicos. Em continuidade aos trabalhos iniciados no ano anterior, a unidade participou do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Mercado de Carbono (GTI), do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), coordenado pelo Ministério da Fazenda, gerando Relatório Final em julho de 2012.

A fim de acompanhar o cumprimento do compromisso nacional voluntário para a redução das emissões até o ano de 2020, foi estabelecido, no Art. 11 do Decreto nº 7.390/2010, que serão publicadas, a partir de 2012, estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil em formato apropriado para facilitar o entendimento por parte dos segmentos da sociedade interessados. A responsabilidade da elaboração dessas estimativas, bem como do aprimoramento da metodologia de cálculo da projeção de emissões, é do MCTI. Em cumprimento à responsabilidade designada, esse Ministério executou em 2012 sua competência apresentando o Relatório de Estimativas Anuais.

A geração e a disponibilização de informações sobre os impactos ambientais e socioeconômicos são especialmente relevantes ao planejamento de políticas e instrumentos nacionais que pretende promover a

adoção de medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas e o aumento da resiliência desses sistemas.

Em 2012, a fim de iniciar o processo de planejamento da criação e implantação do Sistema de Monitoramento e Observações dos Impactos Ambientais das Mudanças Climáticas, foram organizadas reuniões com o objetivo de definir os requisitos necessários para a criação do Sistema e identificar as atividades de pesquisa em andamento que possuíssem aderência aos objetivos estabelecidos para o Sistema. Como desdobramento das reuniões, um estudo sobre o estado da arte dos sistemas de observação e monitoramento de impactos das mudanças climáticas no mundo foi incluído no termo aditivo do Contrato de Gestão estabelecido entre o MCTI e o CGEE e deverá ser entregue até junho de 2013.

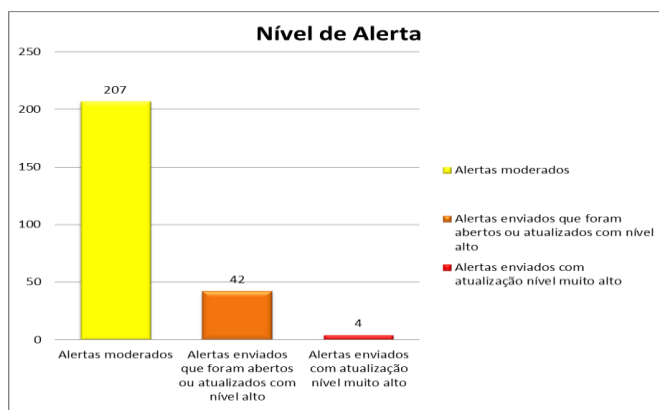
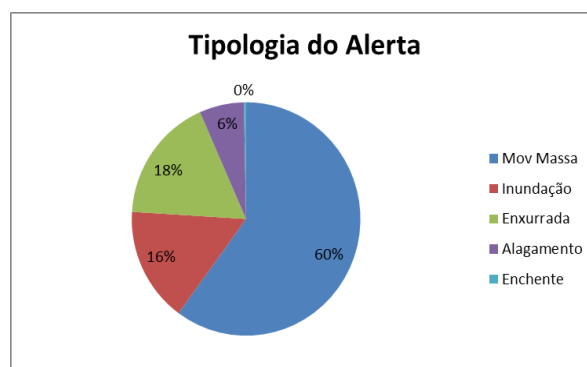
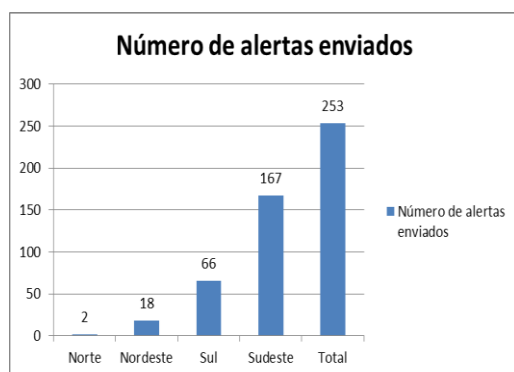
MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

Desastres naturais provocam grandes perdas humanas e materiais em todo o mundo e seu risco crescente é uma questão de preocupação internacional. Por sua grande extensão territorial e populacional, o Brasil é um país vulnerável a vários tipos de desastres naturais (deslizamentos de massa em encostas, tempestades violentas, inundações, enchentes, enxurradas, alagamentos, descargas elétricas, secas, queimadas chuvas de granizo, ressacas, entre outros) e seus impactos afetam uma boa parcela da população a cada ano.

Com vistas a mitigar esses desastres, o MCTI desenvolveu, em articulação com vários parceiros, um Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais e entre as ações estabelecidas para o funcionamento do Sistema foi criado o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN.

O CEMADEN alcançou excelentes resultados das ações planejadas para o exercício de 2012:

- 260 municípios monitorados, totalizando 26.650 áreas de risco monitoradas (aumento de 150% no número de municípios) – representação nos gráficos seguintes;
- 253 alertas emitidos, a saber: 207 de Nível Moderado, 42 de Nível Alto e 4 de Nível Muito Alto, com um total de 143 municípios alertados ao menos 01 (uma) vez.



Ao longo de 2012, passou-se a operar uma nova versão da plataforma de monitoramento que inclui várias novas funcionalidades, tais como: uma descrição muito mais detalhada das bacias hidrográficas;

inclusão de sistema de visualização de densidade de descargas elétricas; informações do radar da CEMIG; novas metodologias para cálculos de precipitação acumulada por radar e outras funcionalidades gráficas.

Paralelamente aos resultados supramencionados, outras ações foram implementadas com vistas ao melhor aparelhamento do Centro:

- contratação de 75 candidatos aprovados em Processo Seletivo Simplificado, para cargos de natureza temporária;
- ampliação do quadro colaborativo com bolsistas, terceirizados, estagiários e comissionados;
- aquisição de 1.500 (um mil e quinhentas) unidades de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos;
- aquisição de 1.100 (um mil e cem) unidades de Pluviômetros Semiautomáticos;
- aquisição de 09 (nove) unidades de Sistemas de Radares Meteorológicos;
- aquisição de 15 (quinze) equipamentos que serão utilizados para videoconferência e telepresença;
- aquisição de 15 (quinze) notebooks e 10 (dez) ipads para oferecer suporte à equipe técnica e de pesquisa;
- início e progressos nas negociações para construção da sede definitiva;
- aquisição de Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação (SysAid);
- fornecimento de solução de virtualização de servidores, armazenamento e backup, envolvendo equipamentos e softwares de infraestrutura de Tecnologia de Informação - TI, serviços de instalação, implementação, configuração, treinamento e suporte técnico;
- aquisição de veículos para a frota oficial para trabalho de campo;
- contratação com a UNESCO de (06) profissionais consultores para apoiar o planejamento e a proposição de ações para aprimorar o sistema de monitoramento e alertas de desastres naturais;
- funcionamento efetivo da plataforma SALVAR, com melhorias e monitoramento mais eficazes;
- aprovação de Projeto no CNPq, intitulado **DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PREVISÃO DE ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E MOVIMENTOS DE MASSA EM ENCOSTAS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS**. Esse projeto tem o objetivo de desenvolver sistemas pilotos de alerta de cheias e enxurradas e de alerta de movimentos de massa no Brasil, considerando metodologias que usam observações de precipitação por redes de pluviômetros automáticos e radares meteorológicos, bem como previsões meteorológicas de curtíssimo e curto prazos. Para tal fim, será instalada uma rede experimental de estações hidrológicas automáticas (telemétricas) e um sítio piloto para monitoramento geotécnico. Em paralelo, as previsões de precipitações pluviométricas de curtíssimo prazo (*nowcasting* a partir de informações de radares meteorológicos) serão utilizadas como dados de entradas num modelo hidrológico distribuído e de modelos de risco iminente de movimentos de massa, visando aperfeiçoar a confiabilidade dos alertas de desastres naturais. Estudar-se-á se previsões de precipitação usando a técnica de conjunto (a partir de modelos atmosféricos de alta resolução espacial) têm potencial para estender o horizonte de alerta de cheias e enxurradas. Também será explorado o uso de limiares de chuvas empiricamente determinados para a deflagração de movimentos de massa e de enxurradas;
- participação no evento Rio+20, com a Exposição intitulada "Cemaden: ciência, tecnologia e inovação para antecipar riscos de desastres naturais e ajudar a salvar vidas", a qual foi instalada no Pier Mauá, Armazém 4, juntamente com a exposição Biomas, organizada pelo MCTI;
- elaboração e aprovação de proposta no âmbito do Programa Ciência Sem Fronteiras, do CNPq, na área de Desastres Naturais, a qual contempla ofertas de bolsas de estudo para doutorado sanduíche, doutorado pleno no exterior, pós-doutorado no exterior e treinamento no exterior. O programa visa promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a formação de recursos humanos e estimular os processos de inovação no Brasil por meio de ações de intercâmbio de pesquisadores, docentes, alunos de pós-graduação e pós-doutorandos brasileiros ou estrangeiros alocados em instituições brasileiras, com instituições de excelência do exterior na área de Desastres Naturais. Nesse escopo, a proposta se propõe a incentivar ações no âmbito do *Programa Ciências sem Fronteiras*, visando contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico do país, na área de desastres naturais, e promover ações de inovação tecnológica na prevenção e mitigação dos desastres que venham a contribuir com a missão do CEMADEN e de toda a estrutura de prevenção de desastres naturais do país;
- realização da III Reunião Técnica do CEMADEN para discutir Colapso de Produção, visando aprofundar as discussões sobre "Extremos Climáticos e Colapso de Produção Agrícola". O evento foi realizado em Fortaleza - CE, em 02 e 03 de abril de 2012, e como resultado das discussões, concluiu-se destacando a necessidade de gerar informações prognósticas, com meses de antecedência, sobre quando, onde e quanto vai chover; a necessidade de campanhas educacionais, que podem ser feitas por agências bancárias e extensionistas; a oportunidade de gerar crédito/prêmio para o produtor que utiliza boas práticas de manejo das lavouras; a oportunidade de promover o cultivo de espécies nativas, adaptadas ao semiárido; a

- necessidade de criar uma base de dados nacional, com metadados associados, que possam estar disponíveis para mais usuários; e o grande desafio em trabalhar de forma articulada com as diversas instituições envolvidas no tema, visando promover o desenvolvimento socioeconômico do semiárido;
- de janeiro a dezembro de 2012, o CEMADEN estabeleceu Acordos de Cooperação Técnica com diversas Instituições da área de Meteorologia, de pesquisas e outras organizações que geram informações e dados relevantes para as atividades do Centro. Entre elas estão o Instituto Nacional de Meteorologia-INMET (ACT assinado em 20/01/2012); Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) do Comando da Aeronáutica (ACT assinado em 13/03/2012); Comissão Andina de Fomento-CAF (Acordo Marco de Cooperação assinado em 15/03/2012); Agência Nacional de Águas-ANA (ACT assinado em 18/05/2012); Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (ACT assinado em 12/07/2012); Fundação Cearense de Meteorologia-FUNCEME (ACT assinado em 14/08/2012); Instituto Tecnológico Sistema Meteorológico do Paraná-SIMEPAR (ACT assinado em 30/08/2012); Concessionária Rio Teresópolis S/A-CRT (ACT assinado em 26/11/2012); Agência Pernambucana de Águas e Clima –APAC (ACT assinado em 11/12/2012).

MAR E ANTÁRTICA

Nessa área temática, ressalta-se a elaboração da minuta de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos. Para elaboração dessa política, a CMA promoveu a reestruturação da composição do Comitê de Ciências do Mar (CCM), instância consultiva composta por lideranças científicas que coordenam os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia para o Mar (INCT-Mar) e por representantes de governo e da iniciativa privada. O novo CCM se reuniu em novembro de 2012 e compôs uma Força Tarefa que minutará uma proposta de Política para análise de todos, prevista para o primeiro semestre de 2013.

Em parceria com a Marinha do Brasil, foi fornecido apoio à execução de pesquisas oceanográficas de caráter global, multidisciplinar e integrado, com emprego do Navio Hidroceanoográfico Cruzeiro do Sul (Laboratório Nacional Embarcado - LNE). Os projetos conduzidos a bordo do LNE são aprovados por mérito, contemplam instituições de ensino e pesquisa de todo o Brasil e realizam estudos de larga escala, em consonância com prioridades estabelecidas pelo Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM).

Foi, ainda, estabelecido Acordo de Cooperação entre o MCTI, a Marinha do Brasil, a Petrobras e a Vale, para aquisição de embarcação moderna, com o estado da arte em equipamentos científicos que apoiarão a pesquisa oceanográfica nacional no Atlântico Sul e Tropical. Atuou, também, no fomento à cooperação internacional, principalmente no que concerne à realização de pesquisas inovadoras e de maior envergadura para a compreensão da dinâmica em escala macro de processos oceanográficos e meteorológicos no Atlântico Sul e Tropical, ainda pouco estudados, e para explorar as possibilidades de bio e geoprospecção em águas internacionais.

As ações no tema Ciências do Mar e Antártica apoiam a ciência, a tecnologia e a inovação em áreas relacionadas à estrutura e função dos ecossistemas marinhos e aos processos oceanográficos, incluindo as interações com a atmosfera e a utilização sustentável dos recursos naturais marinhos. Também apoia a realização de pesquisas multidisciplinares e de excelência internacional sobre a região Antártica e área adjacente, por meio do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, cujo propósito é o de compreender os fenômenos locais presentes e pretéritos, suas interações, influências e inter-relações globais, bem como seus efeitos sobre as condições meteorológicas no território brasileiro.

Atualmente, estão em vigência pelo PROANTAR, 19 projetos de pesquisa científica vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº 23/2009, bem como aqueles projetos associados aos dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia voltados à Antártica: o INCT da Criosfera (INCT Criosfera) e o INCT Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT APA).

Em janeiro de 2012, a Expedição Criosfera, concebida e realizada pela comunidade científica nacional, e financiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, marcou um novo estágio no Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Ao comemorar-se o centenário da chegada do homem ao Pólo Sul Geográfico e do trigésimo ano de vigência do PROANTAR, o Brasil instalou um laboratório científico no interior daquele continente, ampliando a área geográfica de atuação do PROANTAR em mais de 4 milhões de km². A Expedição Criosfera instalou e colocou em funcionamento um laboratório automatizado e sustentável para estudos atmosféricos a somente 670 km do Pólo Sul Geográfico. O módulo científico "Criosfera 1", instalado a 84°S, representa atualmente a atividade científica brasileira mais ao sul do Continente Antártico. Transmite dados meteorológicos e de química atmosférica diretamente para o Brasil, informações essenciais para melhorar as previsões meteorológicas e os estudos sobre o impacto das

mudanças do clima. O "Criosfera 1" também mede a concentração do CO₂, confirmando medições realizadas em outros lugares remotos do mundo.



Em 25 de fevereiro de 2012 ocorreu um incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) com perda de mais de 70% de suas instalações, incluindo alojamentos, laboratórios, geradores de energia e sistemas de tratamento de água e esgoto, além da fatídica perda de duas vidas do Grupo Base de militares em combate ao incêndio.

Em decorrência do trágico incidente, o MCTI convocou uma reunião emergencial em 01 de março de 2012 com os pesquisadores líderes do PROANTAR, oriundos de várias instituições de pesquisa nacionais, com o propósito de efetuar um balanço sobre o impacto do incêndio para as pesquisas nacionais, e avaliar o que seria necessário para garantir sua continuidade.



Dentre as ações emergenciais propostas, o grupo de pesquisadores elencou a necessidade de se garantir a reposição dos equipamentos científicos perdidos no incêndio da EACF, alocando recursos aos

projetos em execução, e providenciar, junto ao CNPq e demais setores responsáveis, a baixa dos equipamentos perdidos no sinistro.

Do levantamento minucioso realizado sobre equipamentos e materiais perdidos, foram elaborados dois TRs junto ao CNPq, que somados chegaram ao valor total de R\$ 4,3 milhões, destinados aos diversos projetos vigentes, vinculados aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais (INCT-APA) e da Criosfera (INCT Criosfera), bem como a alguns daqueles apoiados pelo Edital CNPq 23/2009 – PROANTAR.

Para suprir emergencialmente a perda da EACF, está em curso a instalação de Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) a fim de atender as solicitações da pesquisa até que a nova estação esteja concluída. Os MAEs estarão concluídos no final do verão de 2013.



Além disso, também foi criado Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para estabelecer as especificações técnicas para a futura Estação, através de publicação da Portaria Interministerial Nº 1.199 de 04.05.2012, publicada no DOU Nº 87, de 07.05.2012. Participação do Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério do Meio Ambiente.

O principal objetivo do GTI é conduzir o processo de estabelecimento “dos requisitos operacionais de alto nível para a nova EACF, os quais servirão de base para a elaboração de seu projeto”.

Por fim, foi lançado concurso público pela Marinha do Brasil em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, para a seleção do novo projeto para reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz.

O PROANTAR recebe o apoio, no âmbito do Plano Brasil Maior, de ação orçamentária específica para o apoio à pesquisa antártica, coordenada e executada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um dos principais desafios é, além do orçamento anual estabelecido no PPA, buscar também recursos de fontes alternativas estabelecendo orçamento anual garantido. Os recursos direcionados para a ciência antártica têm sido geridos e executados conforme os objetivos dos projetos aprovados por comitês específicos de pesquisadores pertencentes à base nacional de dados, especialmente o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas, CONAPA, coordenado pela SEPED/MCTI. Estes recursos são hoje insuficientes em vista ao avanço da ciência brasileira na Antártica.

Além da restrição orçamentária, outro desafio é a relação institucional com os demais parceiros do Programa. Mesmo quando se consegue alavancar a pesquisa com recursos de fontes alternativas, o atendimento logístico é restritivo, não podendo atender à demanda de pesquisa na Antártica em sua totalidade. Assim, são necessárias reuniões de coordenação entre os setores envolvidos de forma a estruturar cada Operação Antártica, o que demanda ativa participação dos envolvidos.

A ciência antártica tem forte componente político decorrente das peculiaridades do Tratado da Antártica, que no seu artigo IX exige "substancial atividade de pesquisa científica,..." para que as partes contratantes mantenham o direito de voto nas reuniões que decidem o futuro da região. Em suma, o Brasil alcançará um protagonismo antártico proporcional à sua relevância no cenário internacional na medida em que tiver um programa científico de vanguarda, bem estruturado gerencialmente e financeiramente.

Os processos atmosféricos, biológicos, criosféricos, geológicos e oceânicos que ocorrem na Antártica afetam diretamente o Brasil. Logo, investimentos em pesquisas científicas de vanguarda no âmbito do PROANTAR são, portanto, essenciais para aprimorar conhecimentos sobre as relações ambientais Antártica–Brasil, destacando-se as questões climáticas e a biodiversidade.

Consoante com as Metas 2 e 3 do Objetivo 0997, do Programa 2046 do PPA 2012-15, foi realizada Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal para debater a criação do Instituto. Como resultado, o tema foi levado à apreciação da Casa Civil da Presidência da República, bem como ao MPOG, que ora efetua análise sobre o modelo de gestão a ser empregado. Além disso, foram consultadas as Pastas interessadas e, como decorrência, foi alterado o nome

provável para Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH). Foi discutida a estrutura prévia do INPOH incluindo sua descentralização regional e por temas como Oceanografia, Portos e Hidrovias, Pesca e Aquicultura, por exemplo. Concomitantemente, a CMA já encaminhou ao Gabinete do Ministro proposta de Estatuto deste Instituto e expôs, pelos aspectos técnicos, seu escopo e diretrizes básicas. Além disso, desde o final de 2012 está em trâmite a contratação de consultores para compor grupo de trabalho com o objetivo de realizar estudos basilares que culminarão no Planejamento de criação e implantação do INPOH, incluindo sua Agenda Científica. Para 2013, espera-se que decisões de alto escalão aprovelem a sua implantação.

Considera-se bom o andamento da meta, estando sua execução a cargo de decisões políticas de alto escalão governamental e da alocação de recursos. Já houve comunicação do MCTI à Presidência solicitando destaque orçamentário para o início destas atividades, ainda não efetuado. Agregando os estudos técnicos, realizado pelo corpo de consultores, às decisões políticas, espera-se obter resultados mais concretos ainda em 2013.

O INPOH servirá como principal instrumento de implementação da nova Política Nacional de CTI para os Oceanos, e em consonância com as demais políticas de Estado relacionadas com os oceanos e águas interiores. Com a instalação e funcionamento do INPOH, todo o processo de prover e manter os meios para a realização sistemática e continuada da pesquisa científica marinha e hidroviária global e de alta qualidade, será eficazmente conduzido.

Ademais, elencam-se os seguintes benefícios diretos a partir de sua criação:

- a) fomento à pesquisa científica multidisciplinar em Águas Brasileiras, i.e. no oceano Atlântico Sul e Tropical, nas hidrovias, águas interiores, e suas interações com a atmosfera;
- b) manutenção de infraestrutura administrativa e operacional a bordo dos Laboratórios Nacionais Embarcados (navios de pesquisa), necessárias para a realização sistemática e continuada da pesquisa científica global e de padrão internacional;
- c) incentivo a ações de interesse estratégico nacional como, por exemplo, a Biotecnologia, aplicada na busca de novos fármacos e na melhoria da aquicultura com a produção de alimentos de alta qualidade proteica e a baixo custo; a geração de energia, inclusive as de fonte limpa e renovável; a exploração de recursos minerais como rochas cobaltíferas e terras raras, de elevado retorno econômico e; ferramenta científica e ambiental para a exploração da camada do pré-sal;
- d) formação de competências e recursos humanos que se farão necessários para a consecução de sua missão, em médio e longo-prazos;
- e) possibilidade do estabelecimento de parceria paritária internacional;
- f) fomento ao desenvolvimento de tecnologia nacional de instrumentação para o monitoramento oceânico e fluvial;
- g) responsabilidade pela oceanografia operacional, com vistas à previsão ambiental multiescala para o Brasil, em estreita consonância com instituições acadêmicas envolvidas em projetos de similar natureza;
- h) aperfeiçoamento dos atuais modelos de previsão do clima associados à operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), de forma a ampliar a capacidade nacional de previsão de eventos naturais extremos;
- i) implementação e execução de uma política de livre acesso aos dados e informações oceânico/fluvial/atmosféricos;
- j) manutenção e disponibilização de meios flutuantes e a infra-estrutura operacional de terra, necessários para o apoio aos projetos estratégicos nacionais; e
- k) principal ferramenta para o exercício de uma Governança nacional sobre projetos de interesse científico no oceano atlântico sul e tropical, que venham a se constituir em observatórios oceânicos permanentes.

Considerando-se que o INPOH ainda está em fase de discussão, mantiveram-se as negociações para a aquisição de um novo navio de pesquisa oceanográfica, a ser gerido pela Marinha do Brasil que, até a presente data, é a instituição nacional que dispõe de infraestrutura logística e pessoal qualificado para manutenção e operação de navios de pesquisa no País.

Cabe destacar que, no que tange à disponibilização de meios para pesquisa, esforços continuados têm sido feitos com a frota de embarcações existente. Em 2012 a CMA, em colaboração com a Marinha do Brasil apoiou, com emprego do Navio Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul (Laboratório Nacional Embarcado – LNE) e do Navio Oceanográfico Antares, a realização de três comissões oceanográficas de grande envergadura, atendendo seis projetos de pesquisa integrados, envolvendo pesquisadores do INPE, FURG, UFRJ, UFPE, UFPA e USP, e realizando coletas do Norte ao Sul do Brasil.

A aquisição do navio oceanográfico está embasada no Protocolo de Intenções No.11000/2012-001/00 (celebrado entre Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marinha do Brasil, Petrobras S.A., Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), bem como em Acordo de Cooperação dele decorrente, e que prevê a tempestiva ampliação da infraestrutura para a pesquisa científica marinha, por meio da aquisição de navio Hidroceanográfico (ou oceanográfico), com atividades previstas para terem início em 2014.

A embarcação a ser adquirida deverá apresentar as seguintes características funcionais:

- a) realizar a coleta de dados nas áreas de pesquisa oceanográfica de longa duração (autonomia mínima de 40 dias), com ênfase para o monitoramento e a caracterização física, química, biológica, geológica e ambiental de áreas oceânicas estratégicas, ampliando a presença brasileira em águas sob jurisdição nacional, bem como em águas internacionais contíguas no Atlântico Sul e Tropical;
- b) realizar a coleta de dados para avaliação e amostragem dos recursos minerais e biológicos (bioprospecção) dos fundos marinhos;
- c) realizar mapeamento batimétrico de alta precisão, com detalhamento do fundo oceânico, de interesse para a CTI e para a área de Defesa, com ênfase para a Zona Costeira e águas jurisdicionais brasileiras; e
- d) realizar levantamentos hidrográficos dos portos brasileiros, obtendo dados com qualidade conforme as especificações da Organização Hidrográfica Internacional.

Além das características acima, será adotado um modelo de governança onde um Comitê Gestor, composto por membros indicados pelo MCTI, Petrobras, Vale e Marinha do Brasil, avaliará em colegiado as atividades a serem executadas pelo navio visando maximizar a eficiência de seu uso nas pesquisas científicas em regiões oceânicas julgadas estratégicas pelo país. As especificações técnicas da embarcação estão detalhadas em Plano de Trabalho vinculado ao Acordo de Cooperação supra-citado.

A negociação intensa e inovadora, entre setor público e privado, para o fomento desta atividade delongou o processo de aquisição de um novo navio. Esse atraso culminou no repasse de recursos de todos os quatro parceiros no limite de prazo estabelecido pelo Governo Federal. Assim, não houve tempo hábil para a aquisição da embarcação ainda em 2012. Consequentemente, está em trâmite nova negociação com estaleiros estrangeiros de forma a identificar navio em estado que permita sua aquisição e adequação para uso somente em 2014.

Dotar a comunidade científica nacional de uma plataforma de pesquisa de elevado nível de qualidade, o que inclui o estado da arte em tecnologia para pesquisa oceânica, é permitir ao País desenvolver seu quadro técnico plenamente, o que gerará dados de alta complexidade que auxiliarão no processo de tomada de decisões estratégicas. Além disso, considerando-se o elevado nível de especialização da indústria naval nacional, pretende-se construir, pelo menos, mais dois Navios de Pesquisa Oceanográfico em estaleiros no País, também de emprego compartilhado, e culminando com o engajamento da indústria nacional para o desenvolvimento de sensores e equipamentos oceanográficos, que tornarão o Brasil menos dependente de importação desses sistemas.

A aquisição do novo Navio de pesquisa Oceanográfica permitirá:

- a) a ampliação imediata da infraestrutura embarcada existente no País para a pesquisa oceanográfica e a coleta de informações ambientais nas áreas de oceanografia, hidrografia, geologia, meteorologia e ciências afins, e que servirá como um “Laboratório Nacional Embarcado”, a operar no Atlântico Sul e Tropical (exceto região Antártica);
- b) a geração de conhecimento sobre o ambiente marinho na região do Atlântico Sul e Tropical bem com o desenvolvimento de tecnologias e inovação em produtos e serviços buscando a redução da vulnerabilidade e dos riscos decorrentes de eventos extremos e da variabilidade do clima e das mudanças climáticas sobre a Zona Costeira
- c) a capacitação de recursos humanos aptos a operar um Navio Oceanográfico, elencado entre os 5 melhores navios de pesquisa do mundo;
- d) a disponibilização de maior número de acomodações para embarque de pesquisadores, técnicos e estudantes, e que, por ser navio moderno, será construído para atender a demanda científica previamente conhecida de embarque de, no mínimo 40 a 60 pesquisadores, por cada etapa de trabalhos no mar;
- e) a definição de um novo modelo de gestão e uso de navios no País, otimizando a utilização da infraestrutura embarcada adquirida, em função dos interesses da comunidade científica, e a critério de um Comitê Gestor (a ser coordenado pelo MCTI), que norteará o seu emprego; e
- f) o amplo compartilhamento dos dados coletados entre os partícipes, e de interesse nacional.

2.4 Indicadores

A Unidade Jurisdicionada não adotou, no exercício de 2012, nenhum modelo de Indicador de desempenho da sua Gestão Institucional, com vistas a medir a sua efetividade. Entretanto, ao se analisar o comportamento da execução dos objetivos, iniciativas e ações (item 4 do anexo II da DN TCU N° 119, de 18/1/2012) por ela administrados, observam-se resultados satisfatórios e compatíveis com a sua missão institucional, voltados para a implantação de Políticas e Programas para a Pesquisa e Desenvolvimento em áreas estratégicas da Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mudanças Climáticas e Biotecnologia e Saúde.

Oportuno salientar que a SEPED instalou Grupo de Trabalho com a finalidade de implantar mecanismos de Controles Internos, Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação da Gestão Operacional. Os trabalhos desse GT terão continuidade no exercício de 2013, quando se pretende analisar seus resultados.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO (PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

3.1 Estrutura de Governança

Não se aplica a esta UJ.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Tabela 2: QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA SEPED

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
<p>Análise Crítica:</p> <p>A avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da SEPED vem sendo implementada nas duas áreas que melhor representam o negócio da SEPED, quais sejam o acompanhamento dos Programas e Ações sob sua responsabilidade e as transferências voluntárias.</p> <p>A SEPED, na qualidade de Unidade Jurisdicionada, compartilha com as demais unidades do MCTI, o mesmo sistema de informações gerenciais (SigMCT).</p> <p>Em sua última auditoria a Controladoria Geral da União - CGU entendeu que o SigMCT é um instrumento frágil e não propicia ao gestor alternativas de avaliação para o planejamento e execução das suas atividades e em especial porque não há metodologia de avaliação de riscos implementada.</p> <p>Por recomendação daquele órgão de controle esta Unidade Jurisdicionada instalou Grupo de Trabalho com a finalidade de implantar mecanismos de Controles Internos, Avaliação de Risco, Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação da Gestão Operacional.</p> <p>Os trabalhos desse GT terá continuidade no exercício de 2013, quando se pretende colher os seus resultados.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a esta UJ.

3.4 – Sistema de Correição

As atividades de Sindicância e PAD, no âmbito da sede do MCTI, são conduzidas pela SPOA, de cujo Relatório de Gestão constarão as informações correspondentes.

3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007, da CGU

As atividades de Sindicância e PAD, no âmbito da sede do MCTI, são conduzidas pela SPOA, de cujo Relatório de Gestão constarão as informações correspondentes.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

4.1.A - Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

4.1.A.1 Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 3: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2018			
Título	BIODIVERSIDADE			
Órgão Responsável				
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	6.313.498,00	81.413.497,00	20.696.872,00	
b) Outras Fontes	0,00			
c) Subtotais (a + b)	6.313.498,00	81.413.497,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	27.010.370,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
6.165.624,00	2.527.675,77	2.359.702,78	3.637.948,32	167.972,99
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0191	Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.	24.000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

O PPA 2012 – 2015 fixou, para a Unidade Jurisdicionada, no âmbito do Programa BIODIVERSIDADE, 7 (sete) objetivos que juntos representaram uma dotação prevista na PLOA da ordem de R\$ 6.313.498,00, suplementado no âmbito do Congresso Nacional em R\$ 75.100.000,00, provenientes de duas emendas parlamentares com a finalidade de implantação de um Centro (HIDROEX) no valor de R\$ 75.000.000,00 e de apoio ao Jardim Botânico de Brasília no valor de R\$ 100.000,00. Entretanto, face às restrições orçamentárias estabelecidas pelo decreto de limite para empenho, os recursos referentes à Emenda de R\$ 75.000.000,00 não foram efetivados (empenhados).

As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa demonstraram adequação ao planejamento previsto no PPA que tem como objeto o fortalecimento da capacidade instalada das instituições e redes de pesquisa, na forma de Editais (Chamadas Públicas) e de um Termo de Parceria.

Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 5.997.651,10, ou seja, quase a totalidade da sua dotação. Esses recursos foram descentralizados ao CNPq, em tempo hábil, porém, em atendimento ao calendário definido por aquele Conselho, esses só foram realizados no final do exercício. No caso do Termo de Parceria o repasse dos recursos financeiros não ocorreu no exercício de 2012, em função do prazo de vigência do Termo anterior.

4.1.A.2. Objetivos vinculados ao Programa Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 4: QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação do Objetivo						
Código	0191					
Descrição	Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.					
Programa	2018 - BIODIVERSIDADE					
Órgão Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.413.497,00	81.413.497,00	6.165.624,00	2.527.675,77	2.359.702,78	3.637.948,32	167.972,99
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
						6.413.497,00
						6.165.624,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

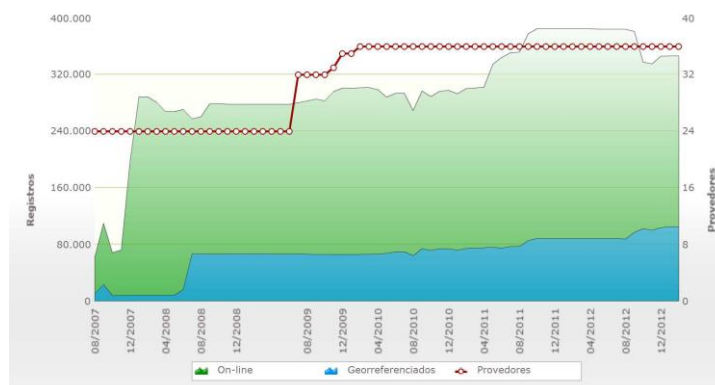
Esse objetivo absorveu todos os recursos previsto na LOA, sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, inclusive a emenda parlamentar no valor de R\$ 100.000,00, em favor do Jardim Botânico de Brasília.

O objetivo tem apoiado o fortalecimento da capacidade instalada das instituições e grupos de pesquisa estruturados em redes de pesquisa.

Para esse objetivo foram definidas 3 metas que obtiveram os seguintes resultados:

- Meta:1 - Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira.

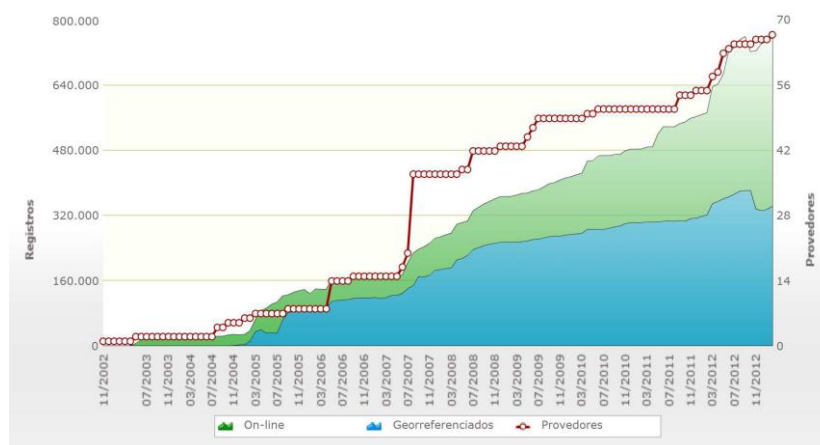
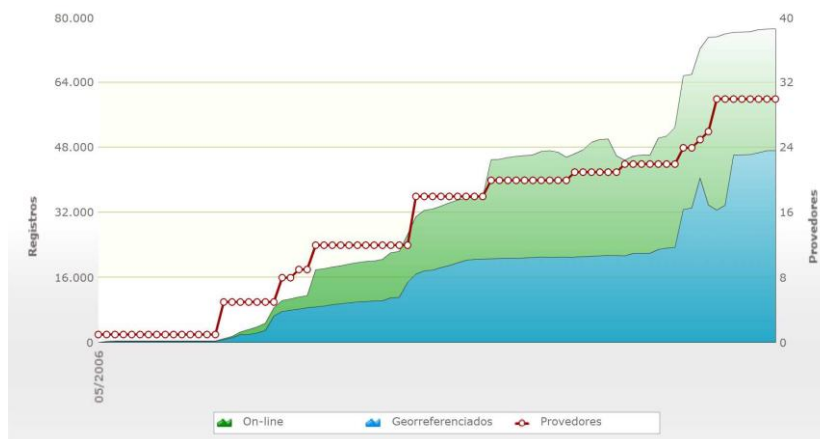
Índice alcançado: 398.865, o que representa 80% das coleções catalogadas e abertas a comunidade.



- Meta: 2 - Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada.

Índice alcançado: 800.000, as coleções de referência de invertebrados terrestres cresceram em mais de 100% entre 2011 e 2012. Foram mais de 740 mil registros disponibilizados dos quais 332.650 estão adequadamente georeferenciados para os invertebrados terrestres. Para invertebrados aquáticos no mesmo período a base de dados do CRIA cresceu em 200% no número de dados disponibilizados online e 150% no número de informações georeferenciadas. Em termos brutos os registros online de invertebrados aquáticos que em 2011 eram de 50,3 mil registros para mais de 77 mil em 2012.

Evolução das coleções de invertebrados aquáticos e terrestres (respectivamente) – fonte *species link* 2013

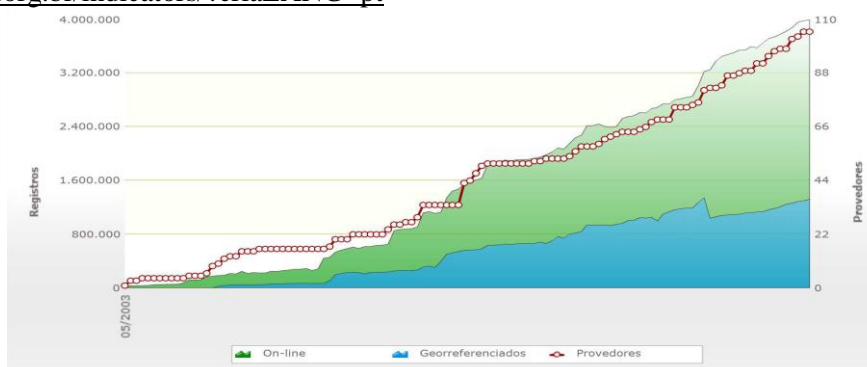


- Meta 3: Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros.

A meta proposta é de difícil aferição considerando a complexidade da diversidade biológica brasileira, todavia há dados promissores quanto a evolução das coleções e sua avaliação taxonômica. A Flora foi completada em 2011 e a Fauna começará em 2013.

São 4 milhões de registros de plantas e fungos disponibilizados online pelo species link, destes mais de um milhão tem georreferenciamento adequado. São mais de 500 mil registros de vertebrados cadastrados e disponibilizados online nesta base de dados.

Evolução dos dados de plantas e fungos em coleções nacionais registradas no *Species link* <http://splink.cria.org.br/indicators/?criaLANG=pt>



- Meta 4: Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas

Índice alcançado: 100% - Foi lançado edital para estruturação de coleções via CNPq, este processo é contínuo e vem sendo ampliado junto ao PPBio e ao SIB-BR, mas as metas são medidas na forma de evolução em relação ao tempo e não em porcentagem do total de coleções. Assim sendo o progresso tem sido considerável

e tem sobrepujado as metas numéricas estabelecidas tanto na inserção quanto na qualidade da informação inserida no species link.

Ao examinar as metas realizadas percebe-se que duas delas atingiram o previsto no PPA, uma atingiu 80% e outra não foi possível aferição considerando a complexidade da diversidade biológica brasileira.

Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 5.997.651,10, ou seja, quase a totalidade da sua dotação prevista para o objetivo. Esses recursos foram descentralizados ao CNPq, em tempo hábil, porém, em atendimento ao calendário definido por aquele Conselho, esses só foram realizados no final do exercício. No caso do Termo de Parceria o repasse dos recursos financeiros não ocorreu no exercício de 2012, em função do prazo de vigência do Termo anterior.

4.1.3. Iniciativas Vinculadas ao Programa Temático de Responsabilidade da SEPED

No que tange as iniciativas a análise crítica será apresentada de forma agregada ao final dos quadros abaixo.

Tabela 5: QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Iniciativa							
Código	00ME						
Descrição	Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal						
Objetivo	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00		100.000,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					100.000,00	100.000,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	00MH- Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade						
Descrição	Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade						
Objetivo	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.310.776,00	1.310.776,00	1.310.776,00	491.723,32	819.052,67	400.723,32	91.000,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					1.310.776,00	1.310.776,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	00MP						
Descrição	Instituição do Programa Nacional de Inventários Biológicos, incorporando técnicas moleculares e de bioinformática						
Objetivo	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.538.576,00	1.538.576,00	1.538.576,00	830.393,86	773.100,87	708.182,14	57.293,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					1.538.576,00	1.538.576,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	00MR						
Descrição	Modernização e adequação da infraestrutura dos acervos nacionais						
Objetivo	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valorização e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						

	sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
884.471,00	884.471,00	884.047,00	602.329,76	602.329,76	281.717,17		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					884.471,00	884.047,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	00MV						
Descrição	Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais						
Objetivo	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.379.674,00	77.379.675,00	2.132.225,17	603.228,83	583.548,83	1.528.996,34	19.680,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					2.379.674,00	2.132.225,17	
Identificação da Iniciativa							
Código	00M0						
Descrição	Apoio a implementação de programa de C,T&I com intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, populações tradicionais e com redes de pesquisa científica						
Objetivo	0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					200.000,00	200.000,00	

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica das Iniciativas

A análise crítica das iniciativas esta sendo agrupada uma vez que é entendimento desta Unidade Jurisdicionada que o tema se repete no âmbito das Ações de cada iniciativa.

Ao analisar a execução dessas iniciativas identifica-se que as suas atividades vem se mantendo estável já algum tempo. Os recursos alocados nas respectivas Ações não sofreram nenhum aporte adicional, com exceção do ingresso, por meio de Emendas Parlamentares, de dois projetos específicos – HIDROEX - R\$ 75.000.000,00 e Jardim Botânico de Brasília – R\$ 100.000,00), citados na avaliação da Crítica do Programa. No geral a execução orçamentária foi realizada na sua totalidade, representando 97,7%, entretanto, as liquidações e os pagamentos não ocorreram dentro do exercício, acarretando um Restos a Pagar elevado.

4.1.A.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 6: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.20MT.0050(*)					
Descrição	Apoio à Estruturação e Desenvolvimento de Jardins Botânicos, nos Âmbitos Federal, Estadual e Municipal					
Iniciativa	00ME: Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	,00	100.000,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Consolidação do herbário Ezechias Paulo Heringer do Jardim Botânico de Brasília	Un.	01		100.000,00	100.000,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

(*) A ação 20MT, em 2012, foi compartilhada com a UG: 443019- Instituto de Pesquisas Jardim, Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, com a dotação inicial/final de R\$ 18.000,00, foi empenhado à importância de R\$ 17.415,06, despesas liquidada e paga no valor de R\$ 10.273,83, com restos a pagar não processados de R\$ 7.141,23.

Análise Crítica:

Para o alcance do objetivo da ação foi elaborado convênio a ser assinado com o Jardim Botânico de Brasília (JBB), com os seguintes objetivos específicos:

- 1 - Ampliar a coleção e a diversificação do acervo do Herbário Ezechias Paulo Heringer - HEPH do JBB, por meio de 5 expedições em diferentes regiões;
- 2 - Capacitar técnicos do JBB para operar o novo sistema de informatização da coleção;
- 3 - Realização de 10 oficinas sobre montagem de herbários para fins didáticos, com produção de 1000 cartilhas para distribuição nas escolas públicas do Distrito Federal;
- 4 - Restauração da Coleção Flora Brasiliensis de Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban;
- 5 - Revisão da classificação do material botânico e manutenção do acervo do HEPH.

Para o cumprimento desses objetivos, além do aporte financeiro do MCTI, o JBB disporá de contrapartida financeira da ordem de R\$ 10.000,53. Por não haver tempo hábil para o cumprimento das etapas burocráticas para assinatura do convênio (apresentação de documentação, inscrição da proposta no SICONV, cumprimento de exigências legais emanadas em parecer jurídico do MCTI), o montante orçamentário do MCTI foi registrado em Restos a pagar.

Tabela 7: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.573.2018.10GO.0001					
Descrição	Implantação de Sistema de Informação sobre Recursos Naturais					
Iniciativa	00MH: Implantação da Plataforma Nacional de Informações em Biodiversidade					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.310.776,00	1.310.776,00	1.310.776,00	491.723,23	400.723,32	819.052,67	91.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema de informação implantado	%	5	5	1.310.776,00	1.310.776,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Metas do Exercício Para a Ação

Essa ação é a contrapartida brasileira do projeto internacional “Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade”, orçado em US\$ 28.172.728,00, sendo US\$ 20.000.000,00 (em valores em reais equivalentes) do Governo Brasileiro através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e suas agências e US\$ 8.172.728 do Fundo para o Meio Ambiente Global – GEF, gerenciados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, escritório do Brasil.

Descrição: O projeto visa o desenvolvimento e implantação de um sistema nacional de informação que permita a interoperabilidade entre bases de dados biológicos, físicos e socioambientais. Para tanto é necessário realizar 6 etapas, que são compostas por várias atividades. Conhecido como o Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros, atende pela sigla SiBBr.

Ordem: O projeto foi formalmente lançado no Senado Federal em abril de 2012 com a presença do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Marco Antônio Raupp e o Presidente da Comissão do Meio Ambiente do Senado, Senador Rodrigo Rollemberg. Um Conselho Técnico Consultivo foi formado com representantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Ministério do Meio Ambiente, da Embrapa, da Universidade de São Paulo, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, do Laboratório Nacional de Computação Científica, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além do MCTI, que o preside; 8 reuniões do CTC foram realizadas. Articulações com o IBGE foram aprofundadas para que o sistema seja de conformidade com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. Duas pessoas foram contratadas pelo PNUMA para atuar tempo integral nas atividades do Projeto e um especialista em Comunicação atua tempo parcial em apoio ao Projeto. O acordo de 2011 com a Rede de Educação e Pesquisa – RNP apoiou diversas atividades associadas ao Projeto. Um acordo de cooperação com o LNCC está em negociação para o Instituto ser o nodo nacional do sistema. A assinatura pelo Ministro Raupp do Memorando de Entendimento com a Plataforma Global para Informações sobre a Biodiversidade – GBIF em sua sigla em inglês, fez o Brasil um Membro Associado, sem pagamento de cota de contribuição à Plataforma, mas também sem direito a voto no Conselho Diretor do GBIF. Entretanto, a assinatura do Memorando autoriza o País a ter direito, sem custos, a todas as ferramentas desenvolvidas pela Plataforma em seus 11 anos de existência, o que alavancará o desenvolvimento do SiBBr. O site oficial do Sistema foi lançado: www.sibbr.gov.br. Duas encomendas foram contratadas para os sistemas do Biota/FAPESP (Sinbiota) e do INCT do Herbário Virtual através do CNPq; Chamada 45/2012 do CNPq foi lançada, recebeu 202 propostas, dos quais 126 foram recomendados. Entretanto, apenas 20 foram contratadas devido a limitações orçamentárias.

Análise Crítica

- **Eventuais problemas de execução:** Dos R\$8.000.000,00 originalmente previstos no planejamento do PPA, obtivemos apenas 15% desse valor e ainda houve contingenciamento. Quanto aos recursos com o PNUMA Brasil, o projeto planejado para ser implementado em cinco anos termina em 30 de junho de 2015.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** Houve grande progresso com o projeto em 2012 e já recuperamos uma boa parte do atraso.

- **Restos a pagar:** Teve apenas R\$ 91.000,00 dos R\$ 1.310.776,00, ou seja, 6,9%, o que consideramos satisfatório. Esse valor corresponde a uma das encomendas e deve ser liquidado depois da aprovação do Orçamento da União para 2013.
- No final dos cinco anos do projeto apoiado pela ação 10GO, há de ter sustentabilidade para o sistema de informações, tanto do ponto de vista institucional como financeiro; progredimos bem em 2012, mas haverá de ter concurso público para uma equipe mínima no LNCC e ação específica do PPA com recursos suficientes para sua evolução e manutenção.

Tabela 8:QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.8964.0001					
Descrição	Apoio a Redes de Inventários da Biota e Identificação Molecular					
Iniciativa	00MP: Instituição do Programa Nacional de Inventários Biológicos, incorporando técnicas moleculares e de bioinformática					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.538.576,00	1.538.576,00	1.538.576,00	830.393,86	773.100,87	708.182,14	57.292,99
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Rede apoiada no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)	Unidade	3	7	1.538.576,00	1.538.576,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

• **Cumprimento das metas:** Vale esclarecer que para o período de 2012 a 2014, as ações 6717, 6739, 8963, **8964**, 8978, 8460 e 6255 deverão apoiar os compromissos assumidos por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. As linhas de ação contempladas nessa Chamada abrangeram:

1. apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biota;
2. apoio à modernização de acervos biológicos (coleções *ex situ*);
3. apoio à pesquisa e ao desenvolvimento em áreas temáticas da Biodiversidade;
4. apoio a sistemas de informação, de base de dados e gerenciamento de repositórios da informação sobre a biodiversidade brasileira;
5. apoio à síntese do conhecimento.

Como resultados da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foram contratadas, ao final do exercício de 2012, sete redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 41 projetos. A Ação 8964 foi incorporada à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 para apoiar a instituição de redes de inventário regionais usuárias de metodologias padronizadas que permitam agilizar e organizar a produção do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira, harmonizando e articulando as diferentes iniciativas de inventário, permitindo que os conhecimentos gerados possam integrar bases de dados para múltiplos usuários. A meta prevista foi superada uma vez que apoiou a instituição de sete redes, contribuindo, assim, com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.

• **Superações significativas das metas estabelecidas:** O PPBio apoiou, até 2012, três redes de pesquisa (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido). Como o Programa deveria ter âmbito nacional, resolveu-se ampliar o PPBio para os Campos Sulinos, a Mata Atlântica e o Cerrado. Para tanto, foi lançada, para o período de 2012 a 2014, a Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. Como resultado dessa Chamada, foram contratadas sete redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 41 projetos. Esse fato fez com a meta estabelecida fosse superada (prevista 3, realizada 7).

• **Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o resultado da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 só ter sido publicado em dezembro/2012.

Nos dias 29 e 30 de agosto/2012, em Feira de Santana – BA, foi realizado o Seminário de Apresentação de Resultados do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio. O evento contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas e os resultados mais expressivos, para a Ação **8964**, foram:

- disponibilização de 278 metadados no Repositório de dados do PPBio Amazônia Ocidental;

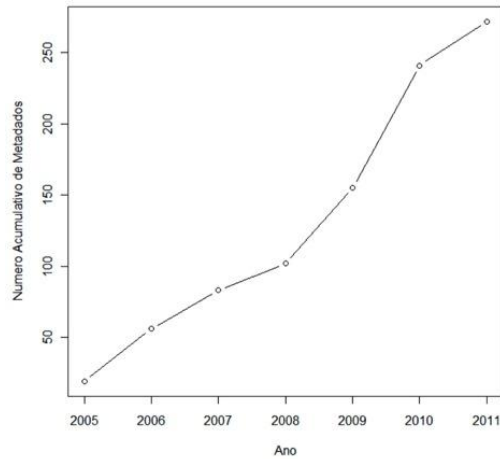


Figura 1: incremento na disponibilização de metadados (2005-2011).

- desenvolvimento de banco de dados de inventário – Sinbio e customização de banco de dados das coleções – Specify no âmbito do PPBio Amazônia Oriental;
- disponibilização de uma Biblioteca Virtual de Sons e Vídeos de Sapos da Amazônia;

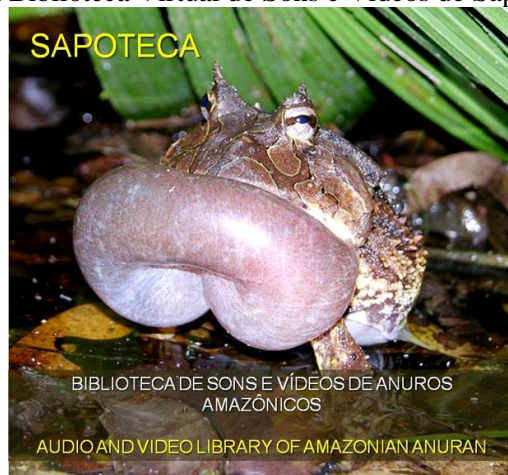


Figura 2: Biblioteca Virtual de Sons e Vídeos de Sapos da Amazônia.

- a metodologia RAPELD (PPBio) está sendo exigida pelo IBAMA nas instruções normativas para avaliação de impactos de grandes obras na Amazônia;
- a metodologia RAPELD (PPBio) está sendo usada em muitos sítios do Programa ARPA do ICMBIO;
- o Serviço Florestal Brasileiro está exigindo o uso da metodologia RAPELD (PPBio) para monitoramento da biodiversidade em novas concessões florestais.

Tabela 9: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.8963.0001					
Descrição	Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções Ex Situ)					
Iniciativa	00MR: Modernização e adequação da infraestrutura dos acervos nacionais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
884.471,00	884.471,00	884.471,00	602.329,76	602.329,76	281.717,17	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Coleção biológica informatizada no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)	Unidade	44	44	884.471,00	884.471,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** Vale esclarecer que para o período de 2012 a 2014, as ações 6717, 6739, **8963**, 8964, 8978, 8460 e 6255 deverão apoiar os compromissos assumidos por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. As linhas de ação contempladas nessa Chamada abrangem:

1. apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biota;
2. apoio à modernização de acervos biológicos (coleções *ex situ*);
3. apoio à pesquisa e ao desenvolvimento em áreas temáticas da Biodiversidade;
4. apoio a sistemas de informação, de base de dados e gerenciamento de repositórios da informação sobre a biodiversidade brasileira;
5. apoio à síntese do conhecimento.

Como resultados da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foram contratadas, ao final do exercício de 2012, sete redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 41 projetos. A Ação 8963 foi incorporada à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 para apoiar a modernização de acervos biológicos (coleções *ex situ*), com o escopo de criar meios para instituir uma política, em nível nacional, para gerenciamento de acervos biológicos e, ao mesmo tempo, promover a manutenção, a ampliação, a informatização e o estabelecimento de uma conexão entre esses acervos. A meta prevista foi atingida uma vez que apoiou a manutenção e modernização das coleções biológicas de todas as instituições envolvidas no Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), contribuindo, assim, com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.

- **Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o resultado da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 só ter sido publicado em dezembro/2012.

Nos dias 29 e 30 de agosto/2012, em Feira de Santana – BA, foi realizado o Seminário de Apresentação de Resultados do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio. O evento contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas e os resultados mais expressivos, para a Ação **8963**, foram:

- promoção do fortalecimento institucional (núcleos, sítios, expedições, infraestrutura de pesquisa, programas de pós-graduação), da organização da informação científica (padronização e modernização dos acervos e inclusão de informações em banco de dados) e da formação de recursos humanos (em inventários biológicos, análise de padrões e processos, curadoria, análise taxonômica e biogeográfica, bioinformática, entre outros);

- desenvolvimento do Sistema de Coleção de Culturas de Microrganismos da Bahia – SisCCMB pelo PPBio Semiárido;
- descrição de diversas espécies novas de microrganismos, vertebrados, invertebrados e plantas.



Figura 1: nova espécie de fungo encontrada por pesquisadores do PPBio Semiárido – Revista ISTO É.

- avanço significativo no conhecimento da riqueza de espécies, descrição de espécies novas e ampliação da distribuição de táxons e registros novos;
- aumento do acervo das coleções regionais;
- disponibilização de material para estudos, principalmente taxonômicos, em diversos níveis (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado), colaborando, assim, com a formação de taxonomistas;

Tabela 10: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código		19.571.2018.4951.0050				
Descrição		Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal				
Iniciativa		00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais.				
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI				
Unidade Orçamentária		240.101 – CGOF/SPOA/MCTI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
611.696,00	611.696,00	611.696,00	0,00	0,00	611.696,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada no que tange às três redes de pesquisa (pesca, pecuária e bioprospecção) apoiadas no âmbito do Termo de Parceria N° 13.0009.00/2008 com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP).	Unidade	3	3	611.696,00	611.696,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** No âmbito da ação 4951 (Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal), foi apoiado o terceiro Termo de Parceria com o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), assinado em 2008 e concluído em 2012, que teve por objeto dar continuidade ao Projeto “Consolidação da Rede de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal”, visando à sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal, à formação de recursos humanos e ao apoio à tomada de decisão para definição de políticas públicas. As atividades envolveram o fortalecimento de três redes temáticas de pesquisa - uma sobre a pecuária, outra sobre a pesca, e uma abordando a bioprospecção, atingindo, assim, as metas previstas para o exercício e contribuindo com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.

Em dezembro/2012, foi formalizado um novo Termo de Parceria, com vigência até 2015, para execução do Projeto “Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental”. Esse projeto pretende dar continuidade à pesquisa desenvolvida pelas Redes Pecuária e Pesca, por meio do componente “agregação de valor aos produtos da pesca e da pecuária pantaneira”, e expandir as atividades do CPP para abordar outros componentes: i) Lei do Pantanal; ii) uso e gestão de recursos pesqueiros do Pantanal; iii) rede municipal de adaptação e mitigação às mudanças climáticas: resposta a diferentes cenários de mudanças climáticas (ClimBAP); iv) capacidade de suporte e sustentabilidade do turismo no Pantanal; v) caracterização ocupacional de pescadores e pecuaristas do Município de Poconé na microrregião do Alto Paraguai.

- **Eventuais problemas de execução:** Cabe salientar que, com a publicação do Decreto N° 7.592, em 31.10.2011, determinando a avaliação da regularidade da execução de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, foram suspensas as transferências de recursos às entidades envolvidas, até avaliação de regularidade de execução desses instrumentos, a qual foi atestada para o CPP em janeiro/2012. Tal situação acarretou atraso na liberação dos recursos do exercício de 2011, sendo o repasse somente realizado em março de 2012, com a publicação do 2º Termo Aditivo que prorrogou o prazo de vigência do Termo de Parceria n° 13.0009.00/2008 para 31 de dezembro de 2012.
- **Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o novo Termo de Parceria somente ter sido formalizado no final de dezembro/2012.

Vale ressaltar que o Termo de Parceria N° 13.0009.00/2008 foi avaliado semestralmente durante sua vigência pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA), conforme a Lei n° 9790/99 e a Portaria MCT n° 883. Em todas as avaliações realizadas por essa Comissão, a atuação do CPP foi considerada, no mínimo, satisfatória, o que pode ser comprovado nos relatórios emitidos após cada avaliação *in loco*.

Além disso, as redes de pesquisa do CPP foram avaliadas anualmente por pesquisadores de nível internacional, garantindo dessa forma a qualidade dos trabalhos e ajudando a sanar uma importante lacuna na região, que é a falta de doutores seniores. A última avaliação ocorreu no período de 28 a 30 de novembro/2012 e conforme apresentado, o CPP tem contribuído para redução das assimetrias regionais em ciência e tecnologia; para o fortalecimento de uma comunidade de pesquisadores que interagem efetivamente na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável do Pantanal; para a conscientização sobre a fragilidade do bioma Pantanal dos diversos atores pantaneiros (pecuaristas, pescadores, agentes econômicos, políticos) que vivem na região ou fazem usos dos seus recursos naturais; para o desenvolvimento de leis e regulamentações adequadas para o Pantanal; para a formação de aproximadamente 385 estudantes em nível de Iniciação Científica, 246 de mestrado e 27 de doutorado; para a capacitação de uma equipe administrativa para a gestão de recursos destinados a C&T.

A Rede Pesca abrange oito projetos de pesquisa, que contam com aproximadamente 40 pesquisadores, doutores e mestres, além de diversos estudantes em níveis de Iniciação Científica e Pós-Graduação. Para essa Rede, podem ser enfatizados os seguintes resultados:

- desenvolvimento de produtos oriundos de pescado do Pantanal (cachara e pacu) como nuggets, fishburgers, quibes, filés defumados e patês. Os resultados preliminares demonstram que os produtos possuem qualidade e segurança. Entretanto, um estudo de mercado mais aprofundado ainda deve ser realizado;



Figura 1: produtos oriundos do pescado do Pantanal.

- realização de trabalho sobre as implicações da Lei Estadual MT nº 9794 de 30/07/2012 sobre a Pesca e Conservação dos Recursos Pesqueiros”;
- publicação de livro com a trajetória do projeto Voz dos Pescadores para dezembro/2012;
- avaliação do efeito, a longo prazo, da pesca sobre tamanho populacional da espécie, considerando as suas características biológicas;
- contribuição para a definição da legislação para captura de iscas vivas no Pantanal Sul;
- contribuição no programa Biota-MS no que tange à definição de políticas para o manejo de espécies com potencial ornamental;
- contribuição na determinação da política estadual do Mato Grosso do Sul para exploração de peixes ornamentais.

As atividades da Rede Pecuária são desenvolvidas no âmbito de sete projetos, contando com aproximadamente 80 pesquisadores, doutores e mestres, além de diversos estudantes em níveis de Iniciação Científica e Pós-Graduação. Podem ser apresentados os seguintes resultados para a Rede Pecuária:

- execução de estratégias de agregação de valor aos produtos típicos do Pantanal, com potencial para exploração comercial: couro, carne oreada, linguiça, derivados lácteos, sabão, mocotó e lã;



Figura 2: produtos do Pantanal.

- capacitação de 290 pessoas em 18 oficinas de artesanato com resíduos e produtos da pecuária e relacionadas à cultura pantaneira;
- criação de um Núcleo Permanente de Geração de Renda em Aquidauana, relacionado a produtos da pecuária;
- contribuição para a política pública estadual da lei de gestão do Pantanal;
- viabilização da implantação do Núcleo de Bovinos Pantaneiros em Aquidauana/MS (NUBOPAN);



Figura 3: bovinos pantaneiros.

- colaboração no documento preliminar sobre o Plano Diretor Participativo Integrado (PDPI) da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá;
- elaboração do atlas da questão agrária no Pantanal Norte Mato-Grossense;
- mapeamento da vegetação do Pantanal usando radar.

A Rede Pantaneira de Bioprospecção dois projetos que agregam aproximadamente 25 vinte e cinco pesquisadores doutores e mestres de diversas áreas de conhecimento, além de diversos estudantes em níveis de Iniciação Científica e alguns em nível de Mestrado. Entre os resultados, podem ser destacados:

- está em desenvolvimento de um bioinseticida natural, a partir de uma planta nativa do Pantanal, o qual poderá contribuir substancialmente para a melhoria da saúde da população e para a redução dos impactos ambientais gerados pela utilização de pesticidas. O produto tem ação contra o *Aedes aegypti*, podendo auxiliar no combate à dengue;
- caracterização de 70 substâncias no óleo essencial extraído das folhas de *Piper amalago*, 5 se mostraram como majoritárias. Esse óleo foi encaminhado para avaliação da atividade inseticida;
- identificação de 68 substâncias no óleo essencial dos caules de *Piper amalago*, 6 substâncias apresentaram-se como majoritárias. Esse óleo também foi encaminhado para avaliação da atividade inseticida;
- verificação de que óleo essencial *Potomorphe umbellata* apresenta potencial para o controle da praga de grãos armazenados como o besourinho-do-trigo, *Rhyzopertha dominica*.

Tabela 11: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.572.2018.6255.0010					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Desinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA					
Iniciativa	00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
235.940,00	235.940,00	169.816,30	169.816,30	,00	169.816,30	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pesquisa realizada	UN	6	1	235.940,00	169.816,30

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem: Similar as metas de 2009 (seis pesquisas apoiadas), mas sem aporte de recursos do FNDCT para a chamada no CNPq, em suplementação dos R\$235.940,00 no PPA. Sem os R\$ 3.000.000,00, a chamada CNPq/MCTI/035 com limite orçamentário de R\$ 170.000,00 por projeto e junto com recursos do PPBio com limite de R\$700.000,00 para cada projeto, os pesquisadores da Rede GEOMA ficaram desestimulados e apenas duas propostas foram apresentadas e apenas uma aprovada pelo comitê *ad hoc* do CNPq.

Descrição: No Edital de 2009, seis projetos nos seis temas da Rede foram aprovados, sendo duas para cada uma das instituições proponentes: INPA, MPEG e INPE. Em 2012 apenas uma proposta do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá foi aprovada.

Unidade de Medida: Pesquisas apoiadas.

Metas Físicas e Financeiras: Valores físicos e financeiros previstos e efetivamente realizados relativamente à ação detalhada.

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** Apenas uma sexta parte da meta foi atingida.
- **Eventuais problemas de execução:** Dotação insuficiente no PPA para atrair propostas viáveis na Chamada 035/2012.
- **Superações significativas das metas estabelecidas:** O contingenciamento do orçamento em 2012 foi integralmente aplicado ao FNDCT, o que inviabilizou qualquer aporte de recursos novos a essa ação e as demais do MCTI. A expectativa é melhor para 2013 quanto à possibilidade de aporte de recursos novos do FNDCT para ações prioritárias do Ministério.
- Vamos precisar repensar a ação e seu valor, pois apenas os recursos do PPA são muito poucos para tocar a Rede GEOMA para frente e atingir suas metas.

Tabela 12: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.6717.0001					
Descrição	Desenvolvimento de Estudos Estratégicos para os Biomas Brasileiros					
Iniciativa	00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
159.724,00	159.724,00	149.035,50	36.783,38	20.463,38	109.260,12	19.320,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada no que tange ao Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) no âmbito da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas.	Unidade	1	1	159.724,00	149.035,50

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** Vale esclarecer que para o período de 2012 a 2014, as ações 6717, 6739, 8963, 8964, 8978, 8460 e 6255 deverão apoiar os compromissos assumidos por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. Desde 2004, as ações 6739, 8963, 8964 e 8978 têm apoiado o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) na Região Amazônica e no Semiárido. Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo PPBio, por meio de um projeto piloto, no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). Como o Programa deveria ter âmbito nacional, resolveu-se ampliar o PPBio para os Campos Sulinos e o Cerrado, incorporando na Chamada Pública as ações 6717 e 8460.

Como resultados da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foram contratadas, ao final do exercício de 2012, sete redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 42 projetos. Como a Ação 6717 foi incorporada à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 para que o PPBio pudesse abranger os Campos Sulinos, a meta prevista foi atingida uma vez que foi apoiada pesquisa por meio de uma rede nesse bioma. Esse fator contribuiu com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.

De modo a ampliar o conhecimento científico sobre os ecossistemas brasileiros, incluindo o ecossistema marinho, e a biodiversidade associada e apoiar o desenvolvimento tecnológico e inovação para agregação de valor aos bens e serviços provenientes desse recurso natural, parte dos recursos da Ação 6717 foram destinados ao apoio do V Congresso Brasileiro de Oceanografia – CBO 2012. A grande importância técnico-científica do evento é comprovada pelos números gerados no último CBO 2010, que contou com a participação de 2.197 congressistas de 199 instituições. A programação contou com 26 palestras, 28 minicursos, 11 cursos técnicos, 32 *workshops*, 5 lançamentos de livros e 1.219 trabalhos científicos submetidos. Esses números demonstram o sucesso, e o grande envolvimento da comunidade científica, empresas, ONGs e outros profissionais da Oceanografia no conclave.

O evento foi organizado pela AOCEANO (Associação Brasileira de Oceanografia) e os recursos foram descentralizados para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), uma vez que o presidente da Comissão Científica do CBO 2012 e Presidente da Seção Regional São Paulo da AOCEANO é pesquisador dessa instituição. O evento foi realizado no Centro de Convenções Sul América, Rio de Janeiro – RJ, no período de 13 a 16 de novembro de 2012.

- **Eventuais problemas de execução:** No que tange ao Congresso Brasileiro de Oceanografia, o recurso não foi completamente gasto, pois não houve tempo hábil para celebração de certame licitatório para contratação de serviços. O saldo restante foi de R\$ 10.880,00, estornado aos cofres da união.
- **Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o resultado da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 só ter sido publicado em dezembro/2012.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi criado pelo MCTI, em 2004, com o objetivo central de articular as competências regionais para que o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada por meio de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização e ao uso sustentável da biodiversidade. O Programa iniciou suas atividades na Região Amazônica, fortalecendo a atuação dos institutos do MCTI na região: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) na Amazônia Ocidental e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) na Amazônia Oriental. Posteriormente, o PPBio foi expandido para o Semiárido, mediante colaboração com Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo Programa, por meio de um projeto piloto, no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). Por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, o PPBio também passou a abranger, recentemente, os biomas Cerrado e Campos Sulinos. No que tange aos Campos Sulinos, como resposta a essa Chamada, foi contratada uma rede de pesquisa, envolvendo seis projetos, conforme apresentado a seguir.

PPBio - Rede de Pesquisa em Biodiversidade dos Campos Sulinos		
Proponente	Instituição	Título
Carla Suertegaray Fontana	União Brasileira de Educação e Assistência	Comunidades de aves campestres no extremo sul do Brasil: mapeando a riqueza e estimando parâmetros demográficos.
Gerhard Ernst Overbeck	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	PPBio Campos Sulinos - vegetação campestre
Luiz Roberto Malabarba	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Peixes dos Campos Sulinos: estado do conhecimento, padrões de diversidade, relação com uso da terra e implicações para pesquisa, manejo e conservação.
Paula Beatriz de Araújo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Diversidade de invertebrados terrestres nos campos sulinos.
Sonia Zanini Cechin	Universidade Federal de Santa Maria	Padrões de diversidade e distribuição de anfíbios anuros dos Campos Sulinos do extremo sul do Brasil.
Valério de Patta Pillar (Coordenador da Rede)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rede de Pesquisa em Biodiversidade dos Campos Sulinos.

Tabela 13: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.6739.0001					
Descrição	Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade					
Iniciativa	00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
152.924,00	152.924,00	152.924,00	67.651,05	67.651,05	85.272,95	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto desenvolvido no que tange ao Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) no âmbito da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas.	Unidade	1	1	152.924,00	152.924,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

- Cumprimento das metas:** Vale esclarecer que para o período de 2012 a 2014, as ações 6717, 6739, 8963, 8964, 8978, 8460 e 6255 deverão apoiar os compromissos assumidos por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. Desde 2004, as ações 6739, 8963, 8964 e 8978 têm apoiado o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) na Região Amazônica e no Semiárido. Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo PPBio, por meio de um projeto piloto, no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). Como o Programa deveria ter âmbito nacional, resolveu-se ampliar o PPBio para os Campos Sulinos e o Cerrado, incorporando na Chamada Pública as ações 6717 e 8460.

Como resultados da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foram contratadas, ao final do exercício de 2012, sete redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 41 projetos. A Ação **6739** foi incorporada à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 para que o projeto piloto do PPBio Mata Atlântica pudesse ser incorporado em uma rede de pesquisa para esse bioma. Assim, a meta prevista foi atingida e contribuiu com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.
- Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o resultado da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 só ter sido publicado em dezembro/2012.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi criado pelo MCTI, em 2004, com o objetivo central de articular as competências regionais para que o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada por meio de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização e ao uso sustentável da biodiversidade. O Programa iniciou suas atividades na Região Amazônica, fortalecendo a atuação dos institutos do MCTI na região: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) na Amazônia Ocidental e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) na Amazônia Oriental. Posteriormente, o PPBio foi expandido para o Semiárido, mediante colaboração com Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo Programa, por meio de um projeto piloto, no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). Por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, o PPBio também passou a abranger, recentemente, os biomas Cerrado e Campos Sulinos.

No que tange à Mata Atlântica, como resposta a essa Chamada, foram contratadas duas redes de pesquisa, envolvendo nove projetos, conforme apresentado a seguir.

PPBio - Redes Mata Atlântica		
Proponente	Instituição	Título
Helena de Godoy Bergallo (Coordenadora da rede "Mata Atlântica: ações para integrar pesquisas e instituições")	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Mata Atlântica: ações para integrar pesquisas e instituições.
André Marcio Araújo Amorim	Universidade Estadual de Santa Cruz	Riqueza biológica e dinâmica de populações e comunidades em Floresta Atlântica do Nordeste, Brasil.
Claudia Franca Barros	Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Pesquisas em longo prazo e monitoramento da diversidade biológica no estado do Rio de Janeiro.
Marcia Cristina Mendes Marques	Universidade Federal do Paraná	Biodiversidade do LAGAMAR: avaliação dos efeitos antrópicos sobre a estrutura das assembleias e os processos ecossistêmicos.
Selvino Neckel de Oliveira	Universidade Federal de Santa Catarina	Avaliação e monitoramento da biodiversidade do Parque Nacional de São Joaquim, Santa Catarina, Brasil.
Rui Cerqueira Silva (Coordenador da Rede BioM.A.: Uma rede integrada de pesquisa sobre biodiversidade, uso do solo e mudanças climáticas na Mata Atlântica)	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rede BioM.A.: Uma rede integrada de pesquisa sobre biodiversidade, uso do solo e mudanças climáticas na Mata Atlântica.
Carlos Eduardo de Viveiros Grelle	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Efeitos sobre a biodiversidade da Mata Atlântica em diversas escalas.
Joao Alves de Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rede BioM.A. Coleções científicas: modernização e gerenciamento de Acervos de Tetrapodas na Mata Atlântica.
Marcus Vinicius Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rede BioM.A. Mudanças do uso do solo: efeitos sobre a biodiversidade da Mata Atlântica em diferentes escalas, organismos e processos.

Tabela 14: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.8460.0001					
Descrição	Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado					
Iniciativa	00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
270.894,00	270.894,00	100.249,00	80.611,28	80.611,28	19.638,09	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	UN	1	1	270.894,00	100.249,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

- **Cumprimento das metas:** Rede de Ciência e Tecnologia para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado - ComCerrado, aprovada no PPA 2008-2011, foi estruturada com participantes de várias instituições de ensino e pesquisa focadas no Bioma Cerrado. Seus objetivos específicos estão relacionados à conservação do bioma e ao desenvolvimento da região de modo a avaliar e mapear a sua biodiversidade; estudar seus fatores ambientais e sócio-econômicos, ampliar e disponibilizar o conhecimento científico e tecnológico oriundos dessas atividades além de organizar e desenvolver o potencial biotecnológico e de uso sustentável de sua biodiversidade e dos demais recursos naturais existentes no Bioma.

Desde sua institucionalização a Rede consolidou 08 Núcleos Regionais de Pesquisa nos estados da Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais.

Para o período de 2012 a 2014, as ações 6717, 6739, 8963, 8964, 8978, **8460** e 6255 deverão apoiar os compromissos assumidos por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. Desde 2004, as ações 6739, 8963, 8964 e 8978 têm apoiado o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) na Região Amazônica e no Semiárido. Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo PPBio, por meio de um projeto piloto, no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). Como o Programa deveria ter âmbito nacional, resolveu-se ampliar o PPBio para os Campos Sulinos e o Cerrado, incorporando na Chamada Pública as ações 6717 e **8460**.

Como resultados da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foram contratadas, ao final do exercício de 2012, sete redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 42 projetos. Como a Ação **8460** foi incorporada à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 para que o PPBio pudesse abranger o bioma Cerrado, a meta prevista foi atingida uma vez que foi apoiada uma rede de pesquisa nesse bioma com quinze projetos. Esse fator contribuiu com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.

- **Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o resultado da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 só ter sido publicado em dezembro/2012.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi criado pelo MCTI, em 2004, com o objetivo central de articular as competências regionais para que o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira seja ampliado e disseminado de forma planejada e coordenada por meio de redes de pesquisa voltadas à identificação, caracterização, valorização e ao uso sustentável da biodiversidade. O Programa iniciou suas atividades na Região Amazônica, fortalecendo a atuação dos institutos do MCTI na região: o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) na Amazônia Ocidental e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) na Amazônia Oriental. Posteriormente, o PPBio foi expandido para o Semiárido, mediante colaboração com Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Em 2010, a Mata Atlântica também foi abrangida pelo Programa, por meio de um projeto piloto, no âmbito do Projeto Nacional de Ações Integradas

Público-Privadas para a Biodiversidade (PROBIO II). Por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, o PPBio também passou a abranger, recentemente, os biomas Cerrado e Campos Sulinos. No que tange a Rede Cerrado, como resposta a essa Chamada, foi contratada uma rede de pesquisa, envolvendo quinze projetos, conforme apresentado a seguir.

PPBio - Redes Cerrado		
Guarino Rinaldi Colli (coordenador da Rede de Pesquisa Biota do Cerrado)	Universidade de Brasília	Rede de Pesquisa Biota do Cerrado.
Aldicir Osni Scariot	Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia	RPBCerrado 8 - Conservação de recursos genéticos nativos e parentes silvestres da flora do Cerrado.
Francisco Langeani Neto	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Caracterização da biota aquática das cabeceiras de bacias hidrográficas do Cerrado (RPBCerrado3: Biota Aquática).
Heraldo Luís de Vasconcelos	Universidade Federal de Uberlândia	Rede de Pesquisa Biota do Cerrado (RPBCerrado 6) - Isoptera e Hymenoptera.
Jose Carmine Dianese	Universidade de Brasília	Morfotaxonomia, micodiversidade e filogenia molecular de fungos e mixomicetos do Cerrado.
Luis Fabio Silveira	Universidade de São Paulo	RPBCerrado 2 - Diversidade morfológica, genética, e filogeografia comparada de aves e mamíferos endêmicos do Cerrado.
Rosane Garcia Collevatti	Universidade Federal de Goiás	Filografia e estrutura filogenética em comunidades vegetais do Cerrado.
Geraldo Wilson Afonso Fernandes (Coordenador da Rede "Geografia da biodiversidade, funcionamento e sustentabilidade no Cerrado" - Rede ComCerrado.	Universidade Federal de Minas Gerais	Ecosistemas extremos do Cerrado: a biodiversidade e funcionalidade nos Campos Rupestres.
Fernando Pedroni	Universidade Federal de Mato Grosso	Diversidade biológica do Cerrado: padrões espaciais, temporais e interações ecológicas no Vale do Araguaia.
Francisco Limeira-De-Oliveira	Universidade Estadual do Maranhão	Biodiversidade e monitoramento do processo de desmatamento do cerrado maranhense no Parque Estadual do Mirador.
Joaquim de Araújo Silva	Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre	Identificação de oportunidades de conservação e corredores de biodiversidade em mosaicos de áreas protegidas no Cerrado de Minas Gerais - Rede ComCerrado.
Jorge Antônio Silva Costa	Universidade Federal da Bahia	Biota Oeste da Bahia: inventários, padrões e síntese do conhecimento sobre a biodiversidade na Região Oeste da Bahia.
Paula Benevides de Moraes	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Inventário da biodiversidade em áreas de ecótonos de Cerrado no Estado do Tocantins: grupos fúngicos, insetos e aves.
Ricardo Bomfim Machado	Universidade de Brasília	Bases para a monitoração da biodiversidade do Cerrado do Brasil Central - Rede ComCerrado.
Soraia Diniz	Universidade Federal de Mato Grosso	Diagnóstico, análise, e síntese da biodiversidade do Parque Nacional Chapada dos Guimarães – MT.

Tabela 15: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.8978.0001					
Descrição	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade					
Iniciativa	00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
948.497,00	948.497,00	948.496,00	415.183,12	414.823,12	533.312,88	360,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio)	Unidade	2	41	948.497,00	948.496,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

• **Cumprimento das metas:** Vale esclarecer que para o período de 2012 a 2014, as ações 6717, 6739, 8963, 8964, **8978**, 8460 e 6255 deverão apoiar os compromissos assumidos por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. As linhas de ação contempladas nessa Chamada abrangeram:

1. apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biota;

2. apoio à modernização de acervos biológicos (coleções *ex situ*);

3. apoio à pesquisa e ao desenvolvimento em áreas temáticas da Biodiversidade;

4. apoio a sistemas de informação, de base de dados e gerenciamento de repositórios da informação sobre a biodiversidade brasileira;

5. apoio à síntese do conhecimento.

Como resultados da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012, foram contratadas, ao final do exercício de 2012, sete redes de pesquisa, uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo 41 projetos. A Ação 8978 foi incorporada à Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 para apoiar a geração de conhecimento e o desenvolvimento da pesquisa em áreas como bioprospecção, serviços ambientais, entre outras. A meta prevista foi superada uma vez que apoiou a instituição de sete redes, envolvendo **41 projetos**, contribuindo, assim, com a missão da Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC/SEPED) de promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em conservação e uso da biodiversidade, por meio da implementação de diversos programas e projetos, estruturados em redes de pesquisa.

• **Superações significativas das metas estabelecidas:** O PPBio apoiou, até 2012, três redes de pesquisa (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental e Semiárido). Como o Programa deveria ter âmbito nacional, resolveu-se ampliar o PPBio para os Campos Sulinos, a Mata Atlântica e o Cerrado. Para tanto, foi lançada, para o período de 2012 a 2014, a Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas. Como resultado dessa Chamada, foram contratadas sete redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo com 41 projetos. Esse fato fez com a meta estabelecida fosse superada (prevista 2, realizada 41).

• **Restos a pagar:** Os recursos foram registrados em restos a pagar (processados) em função de o resultado da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 só ter sido publicado em dezembro/2012.

Nos dias 29 e 30 de agosto/2012, em Feira de Santana – BA, foi realizado o Seminário de Apresentação de Resultados do Programa de Pesquisa em Biodiversidade – PPBio. O evento contou com a participação de aproximadamente 40 pessoas e os resultados mais expressivos, para a Ação **8978**, foram:

• envolvimento de mais de 300 pesquisadores e disponibilização de aproximadamente 100 bolsas pelo Programa;

- realização de cerca de 60 eventos, compreendendo cursos, treinamentos, oficinas, seminários e simpósios para funcionários de agências ambientais, grupos comunitários, estudantes, pesquisadores e professores de pós-graduação.
- publicação de mais de 120 artigos, 4 livros, 30 capítulos de livros e 16 guias de identificação de espécies;



Figura 1: algumas publicações produzidas pelo PPBio.

- promoção do fortalecimento institucional (núcleos, sítios, expedições, infraestrutura de pesquisa, programas de pós-graduação), da organização da informação científica (padronização e modernização dos acervos e inclusão de informações em banco de dados) e da formação de recursos humanos (em inventários biológicos, análise de padrões e processos, curadoria, análise taxonômica e biogeográfica, bioinformática, entre outros);
- possível patente com o pólen (cápsula gelatinosa) e geoprópolis (uso tópico veterinário) da jandaíra (*Melipona subnitida* Ducke), meliponíneo típico do sertão e endêmico na Caatinga Nordestina;
- captação de recursos adicionais de outros editais devido ao fortalecimento dos grupos do PPBio.

Por meio da Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma - Redes de Pesquisa, Monitoramento e Modelagem em Biodiversidade e Ecossistemas, foram contratadas sete redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, uma nos Campos Sulinos e duas no Cerrado, envolvendo **41** projetos, conforme apresentado a seguir.

PPBio - Rede Amazônia Ocidental		
Proponente	Instituição	Título do Projeto
Cecilia Veronica Nunez	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Bioprospecção, uso da biodiversidade amazônica e manutenção/ampliação das coleções biológicas.
Domingos de Jesus Rodrigues	Universidade Federal de Mato Grosso	Conhecimento da biodiversidade na Amazônia Meridional: informações integradas para subsidiar planos de conservação e uso sustentável.
Elder Ferreira Morato	Universidade Federal do Acre	Inventário e monitoramento da biodiversidade na paisagem fragmentada e em áreas de lacuna de informação biológica no Estado do Acre.
Marcelo Menin	Universidade Federal do Amazonas	Inventários biológicos na Amazônia Ocidental: Sub-Rede Manaus.
William Ernest Magnusson (Coordenador da Rede de Pesquisa PPBio Amazônia Ocidental)	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Rede de Pesquisa PPBio Amazônia ocidental.
PPBio - Rede Semiárido		
Flora Acuna Junca	Universidade Estadual de Feira de Santana	Diversidade e composição de espécies de vertebrados de áreas prioritárias para a conservação do Semiárido nordestino.
Freddy Ruben Bravo Quijano	Universidade Estadual de Feira de Santana	Inventário e taxonomia de táxons seletos de invertebrados no Semiárido.
Iuri Goulart Baseia	Universidade Federal do	Diversidade de fungos em áreas de extrema importância

	Rio Grande do Norte	biológica no Semiárido brasileiro.
Luciano Paganucci de Queiroz	Universidade Estadual de Feira de Santana	Diversidade filogenética de grupos de Angiospermas e a conservação da biodiversidade no Semiárido.
Luis Fernando Pascholati Gusmao	Universidade Estadual de Feira de Santana	Diversidade filogenética de grupos de Angiospermas e a conservação da biodiversidade no Semiárido.
Reyjane Patricia de Oliveira	Universidade Estadual de Feira de Santana	Conhecendo a biodiversidade nos limites do Semiárido: inventário da flora fanerogâmica e criptogâmica.
PPBio - Redes Mata Atlântica		
Helena de Godoy Bergallo (Coordenadora da rede "Mata Atlântica: ações para integrar pesquisas e instituições")	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Mata Atlântica: ações para integrar pesquisas e instituições.
Andre Marcio Araujo Amorim	Universidade Estadual de Santa Cruz	Riqueza biológica e dinâmica de populações e comunidades em floresta atlântica do Nordeste, Brasil.
Claudia Franca Barros	Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Pesquisas em longo prazo e monitoramento da diversidade biológica no estado do Rio de Janeiro.
Marcia Cristina Mendes Marques	Universidade Federal do Paraná	Biodiversidade do LAGAMAR: avaliação dos efeitos antrópicos sobre a estrutura das assembleias e os processos ecossistêmicos.
Selvino Neckel de Oliveira	Universidade Federal de Santa Catarina	Avaliação e monitoramento da biodiversidade do Parque Nacional de São Joaquim, Santa Catarina, Brasil.
Rui Cerqueira Silva (coordenador da Rede BioM.A.: Uma rede integrada de pesquisa sobre biodiversidade, uso do solo e mudanças climáticas na Mata Atlântica)	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rede BioM.A.: uma rede integrada de pesquisa sobre biodiversidade, uso do solo e mudanças climáticas na Mata Atlântica.
Carlos Eduardo de Viveiros Grelle	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Efeitos sobre a biodiversidade da Mata Atlântica em diversas escalas.
Joao Alves de Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rede BioM.A. Coleções científicas: modernização e gerenciamento de acervos de tetrapodas na Mata Atlântica.
Marcus Vinicius Vieira	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rede BioM.A. Mudanças do Uso do Solo: Efeitos sobre a biodiversidade da Mata Atlântica em diferentes escalas, organismos e processos
PPBio - Redes Cerrado		
Guarino Rinaldi Colli (coordenador da Rede de Pesquisa Biota do Cerrado)	Universidade de Brasília	Rede de Pesquisa Biota do Cerrado.
Aldicir Osni Scariot	Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia	RPBCerrado 8 - Conservação de recursos genéticos nativos e parentes silvestres da flora do Cerrado.
Francisco Langeani Neto	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Caracterização da biota aquática das cabeceiras de bacias hidrográficas do Cerrado (RPBCerrado3: Biota Aquática).
Heraldo Luís de Vasconcelos	Universidade Federal de Uberlândia	Rede de Pesquisa Biota do Cerrado (RPBCerrado 6) - Isoptera e Hymenoptera.
Jose Carmine Dianese	Universidade de Brasília	Morfotaxonomia, micodiversidade e filogenia molecular de fungos e mixomicetos do Cerrado.
Luis Fabio Silveira	Universidade de São Paulo	RPBCerrado 2 - Diversidade morfológica, genética, e filogeografia comparada de aves e mamíferos endêmicos do Cerrado.
Rosane Garcia Collevatti	Universidade Federal de Goiás	Filografia e estrutura filogenética em comunidades vegetais do Cerrado.
Geraldo Wilson Afonso	Universidade Federal de	Ecossistemas extremos do Cerrado: a biodiversidade e

Fernandes (Coordenador da Rede "Geografia da biodiversidade, funcionamento e sustentabilidade no Cerrado" - Rede ComCerrado.	Minas Gerais	funcionalidade nos Campos Rupestres.
Fernando Pedroni	Universidade Federal de Mato Grosso	Diversidade biológica do Cerrado: padrões espaciais, temporais e interações ecológicas no Vale do Araguaia.
Francisco Limeira de Oliveira	Universidade Estadual do Maranhão	Biodiversidade e monitoramento do processo de desmatamento do cerrado maranhense no Parque Estadual do Mirador.
Joaquim de Araújo Silva	Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre	Identificação de oportunidades de conservação e corredores de biodiversidade em mosaicos de áreas protegidas no Cerrado de Minas Gerais - Rede ComCerrado.
Jorge Antônio Silva Costa	Universidade Federal da Bahia	Biota Oeste da Bahia: inventários, padrões e síntese do conhecimento sobre a biodiversidade na Região Oeste da Bahia.
Paula Benevides de Morais	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Inventário da biodiversidade em áreas de ecótonos de Cerrado no Estado do Tocantins: grupos fúngicos, insetos e aves.
Ricardo Bomfim Machado	Universidade de Brasília	Bases para a monitoração da biodiversidade do Cerrado do Brasil Central - Rede ComCerrado.
Soraia Diniz	Universidade Federal de Mato Grosso	Diagnóstico, análise, e síntese da biodiversidade do Parque Nacional Chapada dos Guimarães – MT.
PPBio - Rede Campos Sulinos		
Carla Suertegaray Fontana	União Brasileira de Educação e Assistência	Comunidades de aves campestres no extremo sul do Brasil: mapeando a riqueza e estimando parâmetros demográficos.
Gerhard Ernst Overbeck	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	PPBio Campos Sulinos - vegetação campestre.
Luiz Roberto Malabarba	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Peixes dos Campos Sulinos: estado do conhecimento, padrões de diversidade, relação com uso da terra e implicações para pesquisa, manejo e conservação.
Paula Beatriz de Araujo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Diversidade de invertebrados terrestres nos campos sulinos.
Sonia Zanini Cechin	Universidade Federal de Santa Maria	Padrões de diversidade e distribuição de anfíbios anuros dos Campos Sulinos do extremo sul do Brasil.
Valerio de Patta Pillar (Coordenador da Rede de Pesquisa em Biodiversidade dos Campos Sulinos)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rede de Pesquisa em Biodiversidade dos Campos Sulinos.

Tabela 16: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2018.8978.0058					
Descrição	Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade					
Iniciativa	00MV: Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
75.000.000,00	75.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
		%	0	0	75.000.000,00	0,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica:

Esta Orçamento foi objeto de **Emenda Parlamentar da bancada de Minas Gerais**, adicionado a **Iniciativa: 00MV** Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais, no valor de **R\$ 75 milhões de reais**, incluída nesta na Ação: **8978** - Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade, o orçamento em questão foi totalmente contingenciado pelo Governo Federal com a finalidade de assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

Tabela 17: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código		19571.2018.20HU.0001				
Descrição		C, T & I Aplicadas aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Biológicos – Nacional				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas da SEPED/MCTI				
Unidade Orçamentária		240.101 – CGOF/SPOA/MCTI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
200.000,00	200.000,00	200.000,00	,00	,00	200.000,00	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Encomenda de projeto	Unidade	1	1	200.000,00	200.000,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

Finalidade

A finalidade desta Ação é de fomentar pesquisas interdisciplinares e interculturais que incorporem o conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos para geração de conhecimento, produtos e processos, agregando valor a biodiversidade brasileira.

Descrição

Essa ação visa apoiar a implementação de um programa de pesquisas para valorização e valoração do conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos, sistematização de protocolos para pesquisas colaborativas, investirá na infra-estrutura básica dos povos indígenas e/ou comunidades tradicionais para garantir as condições de participação equitativa no processo de produção e circulação de conhecimentos. Apoiará também a expansão de práticas de manejo sustentável de baixo impacto ambiental, para o uso sustentável dos recursos naturais, beneficiando as populações amazônicas.

Situação e Comentários da Execução

Para o desenvolvimento desta Ação, encomenda de projeto foi contratada através do CNPq para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha para promoção de articulações necessárias à estruturação do programa de pesquisas para valorização e valoração do conhecimento tradicional associado aos recursos biológicos. Devido ao elevado fluxo de propostas apresentadas, os procedimentos internos no CNPq, para a realização de encomendas, culminaram com a abertura de link à pesquisadora somente em meados de dezembro de 2012. Dessa forma, a responsável pela execução dos recursos já foi orientada e tem o prazo de 90 dias para o preenchimento dos formulários para que, com o projeto aprovado, o recurso seja liberado e a execução da Ação pela pesquisadora seja iniciada.

ACÇÕES APOIADAS POR MEIO DOS FUNDOS SETORIAIS

1) REDE PRÓ-CENTRO OESTE

A Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste) foi instituída, por meio da Portaria MCT-MEC Nº 1.038 de 10 de dezembro de 2009, com o objetivo de fortalecer e consolidar a formação de recursos humanos, a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Região Centro Oeste, com vistas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado e do Pantanal. Congrega instituições de ensino e pesquisa dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, suas respectivas Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia e Fundações de Amparo à Pesquisa.

Como primeira ação da Rede, foi lançado o Edital MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº 031/2010, contemplando três linhas de pesquisa: Ciência, Tecnologia e Inovação para Sustentabilidade da Região Centro Oeste; Bioeconomia e Conservação dos Recursos Naturais;

Desenvolvimento de Produtos, Processos e Serviços Biotecnológicos. Como resultados desse Edital, foram contratadas 16 redes, envolvendo 101 projetos de pesquisa.

Para a formação de recursos humanos, foi estruturado um programa de pós-graduação multi-institucional, em nível de doutorado, que integra os quatro estados da Região Centro Oeste, sendo as áreas de concentração Biotecnologia e Biodiversidade. O Aplicativo de Proposta de Cursos Novos (APCN) foi submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em julho/2011 e aprovado em maio/2012.

Nos dias 7 e 8 de novembro/2012, em Goiânia – GO, foi realizado o Seminário de Apresentação de Resultados da Rede Pró-Centro Oeste. O evento contou com a participação de aproximadamente 25 pessoas e os principais resultados, impactos e gargalos apresentados são listados a seguir.

Resultados

- Envolvimento de mais de 500 pesquisadores e 300 alunos e disponibilização de aproximadamente 190 bolsas pelo Programa.
- Publicação de mais de 100 artigos científicos.
- Realização de estudos avançados na caracterização de genes de resistência, sequências promotoras com possibilidade de patentes para resistência a estresses bióticos, patógenos (fungos, bactérias, nematoides e vírus) e estresse hídrico.
- Desenvolvimento de novas estratégias e novas moléculas na geração de resistência de plantas a estresses bióticos e abióticos a partir da caracterização de genes.
- Isolamento de fungos filamentosos produtores de enzimas potencialmente úteis no controle de patógenos humanos e na degradação de biomassa lignocelulósica.
- Obtenção e sintetização de protótipos de novos fármacos, tais como: Triterpeno seco-cycloartano, LRB 16.1, ZINC08879874.
- Validação do modelo de “screening” de absorção *ex vivo* HTS SNAPWELL para avaliação de fitofármacos dos biomas Cerrado e Pantanal.
- Na Rede de Terapias Inovadoras Aplicadas à Nanomedicina (NANOMED), foi introduzida uma técnica de spray eletrostático capaz de recobrir a superfície de stents de forma homogênea, foi preparado um tipo de stent cuja possibilidade de patente está sob investigação; foi desenvolvido um equipamento de hipertermia magnética *in vitro*. Além disso, resultados preliminares *in vivo* mostraram que já há capacidade de atingir temperatura intra-tumoral terapêutica por hipertermia magnética e dados preliminares *in vivo* já indicaram redução da velocidade de crescimento tumoral aumentando a dose de hipertermia magnética.
- Em desenvolvimento: polímero funcional para o revestimento de sementes de forrageiras tropicais e método para superação de dormência de sementes de BRS Tupi para utilização em nível industrial.
- Desenvolvimento de plataforma computacional usando algoritmos de otimização para bancos de germoplasma e coleções biológicas.
- Realização do levantamento Batimétrico do Lago Paranoá e do Reservatório do Descoberto, além do cálculo do assoreamento do Reservatório do Descoberto.
- Um genoma completo de *Mycobacterium massiliense* foi sequenciado e publicado: J Bacteriol. 2012 Oct;194(19):5455. Complete Genome Sequence of *Mycobacterium massiliense*. Raiol T, Ribeiro GM, Maranhão AQ, Bocca AL, Silva-Pereira I, Junqueira-Kipnis AP, Brigido Mde M, Kipnis A.
- Caracterização reprodutiva de sete criatórios de bovinos Curraleiros e três de bovinos Pantaneiros e estabelecimento de prenhez, acompanhada do nascimento de 11 bezerros da raça Pantaneira.



Figura 1: bovino e bezerro da raça pantaneira.

- Construção de modelos tridimensionais de proteínas e rastreamento virtual de candidatos a inibidores da Malato sintase e Isocitrato liase (Paracoccidioides), Catepsina B e POP tc 80 (*Trypanosoma cruzi*) e protease NS3 (vírus da dengue).

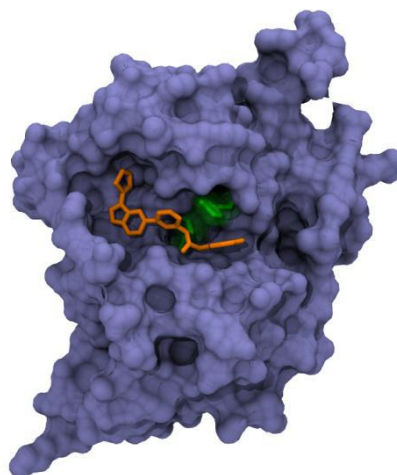


Figura 2: Docking molecular com a proteína TcCatB de *Trypanosoma cruzi* e composto inibidor.

- Desenvolvimento de processo para expressão e purificação de antígenos multiepitopo para diagnóstico de hepatite C e B e citomegalovírus.
- Estabelecimento de estratégia para a construção de vetor de expressão para *Escherichia coli* com características inovadoras e desenvolvimento de processo para expressão e purificação dos biofármacos humanos filgrastima e interferon-beta em *Escherichia coli*.
- Implantação da Unidade de Demonstração em Fruticultura visando à transferência de tecnologias de produção aos produtores rurais de Mato Grosso: informações sobre espaçamento e tratamentos culturais, potencialidades dos diferentes sistemas de cultivo, proteção de plantas (doenças e pragas), sistemas de espaladeira, controle de plantas daninhas.
- Realização de eventos com produtores e profissionais da área agropecuária para difundir conceitos de conservação de recursos genéticos animais e indicação geográfica.



Figura 3: eventos realizados em maio e outubro/2011.

Impactos

- Formação de recursos humanos, principalmente de mestres e doutores, em áreas estratégicas.
- Formação de empreendedores com atuação na criação e desenvolvimento de empresas de biotecnologia no Centro Oeste brasileiro.
- Consolidação de grupos de pesquisa emergentes, por meio de infraestrutura e potencial de integração com grupos mais consolidados.
- Aprimoramento científico dos pesquisadores das redes visando à consolidação dos grupos de pesquisas, tornando-os referência na produção do conhecimento na Região Centro Oeste.
- Implantação de novos laboratórios e instrumentalização dos laboratórios já existentes, melhorando a qualidade da pesquisa com aquisição de equipamentos modernos.



Figura 4: Imagens do Laboratório de Biotecnologias da Reprodução da UEMS. As fotos mostram os vários equipamentos que foram adquiridos para estruturar o referido laboratório.

- Estabelecimento de infraestrutura única na Região Centro Oeste para estudos de escalonamento de produção de biofármacos.
- Fortalecimento dos programas de pós-graduação existentes e estruturação de novos programas na Região Centro Oeste.
- Captação de recursos por meio da submissão de novos projetos às agências financiadoras.
- Divulgação científica dos resultados para a sociedade por meio de entrevistas na televisão e vídeos para alunos de ensinos fundamental e médio.
- Estabelecimento de acordos de cooperação científico-acadêmica com intercâmbio e estágios dos membros das redes.
- Estabelecimento de parcerias com empresas nacionais de biofármacos (Cristália, Ouro Fino, WAMA Diagnóstica).
- Aumento e consolidação da integração entre iniciativa pública e privada com as empresas Farmacêuticas como, por exemplo, SAUAD.
- Desenvolvimento de tecnologia inovadora para a produção nacional de biofármacos.
- Potencial para registro de propriedade intelectual (patente), pois novos fármacos que apresentem alvos de ação diferenciados, baixa toxicidade ou escapem da extensa metabolização hepática serão sempre uma alternativa importante para o tratamento de doenças.
- Sustentabilidade da produção agrícola e redução do risco ambiental no Cerrado com menor uso de agrotóxicos.
- Identificação e agregação de valor às espécies vegetais do cerrado de plantas, garantindo sua conservação e o desenvolvimento sustentável para futuros fitoterápicos do cerrado.

Principais gargalos na execução

- Ausência de liberação dos recursos da FAP- DF e FAP-MT e liberação parcial dos recursos pelo CNPq, comprometendo o cronograma de execução das atividades das redes.
- Descompasso entre a execução do projeto e das bolsas de pesquisa uma vez que os recursos não foram liberados ao mesmo tempo em que as bolsas foram implementadas.
- Demora no processo de nacionalização/liberação de equipamentos importados.
- Ausência de novos editais que ampliem o apoio financeiro a novos projetos associados às redes ou aqueles já existentes.

2) REDE BIONORTE

Criada em 2008 pelo MCTI em parceria com as Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia dos 9 Estados da Amazônia Legal, a Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal - Rede BIONORTE tem o objetivo de integrar competências para o desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e formação de doutores, com foco na biodiversidade e biotecnologia visando gerar conhecimentos, processos e produtos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

A Rede BIONORTE, por meio do Edital BIONORTE (MCT/CNPq/FNDCT/CT-AMAZÔNIA/BIONORTE) Nº 66/2009, aprovou 20 projetos nas áreas de biodiversidade, conservação e biotecnologia no formato de Redes Interestaduais que iniciaram suas atividades no ano de 2012 com execuções previstas para 3 anos seguintes.

Outra ação da Rede que merece destaque foi a criação do Programa de Pós-Graduação da Rede BIONORTE (PPG-BIONORTE), aprovado recentemente pela CAPES com conceito 4. A proposta engloba 100 professores das principais instituições da área da Amazônia Legal, responsáveis pelo oferecimento de 38 disciplinas com atuação em 2 áreas de concentração e 3 linhas de pesquisa: Área Biodiversidade e Conservação e linhas de pesquisa voltadas para o *Conhecimento da Biodiversidade e Conservação e o Uso*

Sustentável da Biodiversidade e Área Biotecnologia linha de pesquisa Bioprospecção e Desenvolvimento de Bioprocessos e Bioprodutos.

A estrutura organizacional do PPG-BIONORTE está implantada com seus 100 (cem) primeiros doutorandos iniciando o curso em março de 2012 e a previsão para mais 94 discentes para o curso de doutorado em 2013. A Rede realizou sua primeira reunião de avaliação nos dias 24 e 25 de agosto/2012, em Goiânia – GO, com a participação de aproximadamente 35 pessoas. Entre os resultados, pode-se destacar a formação de recursos humanos, principalmente de doutores, em áreas estratégicas para a Amazônia, o aprimoramento científico dos pesquisadores e consolidação das redes de pesquisa e o potencial para registro de propriedade intelectual (patentes).

4.1.B - Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

4.1.B.1 Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 18: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2021			
Título	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Órgão Responsável				
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012			g) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	4.444.026,00	4.444.026,00		14.568.373,00
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)	4.444.026,00	4.444.026,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	19.012.399,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
4.379.190,73	2.039.283,00	1.309.860,00	2.339.907,73	729.243,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

No que tange aos **Objetivos e Iniciativas** do Programa **2021 –Ciência, Tecnologia e Inovação**, importante salientar, que não está na responsabilidade da Unidade Jurisdicionada as informações sobre o seus respectivos monitoramentos. Entretanto, foram executadas Ações no âmbito da Coordenação Geral de Biotecnologia, unidade técnica da SEPED, que juntos representaram dotação orçamentária em 4 (quatro) Ações da ordem de R\$ 4.444.026,00, para o exercício.

Dos recursos aprovados na LOA, a maior parte foi descentralizada ao CNPq, para apoiar projetos de pesquisa e eventos científicos destinados a promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação em biotecnologia. Outra parte foi para atendimento a parceria com a SUFRAMA com vistas apoiar Editais para seleção de bolsistas e projetos de pesquisa para o Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA, responsável por pesquisas nas áreas de fitocosméticos, fitofármacos e de extratos para produção de concentrados de bebidas não alcoólicas.

As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, com ênfase em Biotecnologia, demonstraram adequação ao planejamento previsto e no geral a execução orçamentária foi realizada na sua totalidade, representando 97,7%. Entretanto, as liquidações e os pagamentos não ocorreram dentro do exercício, acarretando um Resto a Pagar elevado.

Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 3.649.767,73, ou seja, quase a totalidade da sua dotação, porém, em atendimento ao calendário definido pelo CNPq, esses só foram realizados no final do exercício.

4.1.4.B Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 19: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.572.2021.8482.0001					
Descrição	Apoio a Pesquisas de Resíduos e Contaminantes					
Iniciativa	0176: Fomento a pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e a inovação em recursos hídricos					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
262.155,00	262.155,00	262.155,00	262.155,00	262.155,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Modernização da infra-estrutura de institutos tecnológicos necessária para pesquisa de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes; ampliação da formação de recursos humanos de institutos tecnológicos em biotecnologia, química, bioquímica, entre outras; acreditação de institutos tecnológicos junto ao INMETRO; criação de uma rede de institutos tecnológicos para desenvolvimento de novas metodologias de detecção de resíduos e contaminantes	Un.	1	1	262.155,00	262.155,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

A Rede de Resíduos e Contaminantes – RRC foi criada em 2008, por meio de Portaria Interministerial entre o MCTI e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Um dos principais objetivos da RRC é capacitar de laboratórios de ensaio e análise de resíduos e contaminantes destinados a consumo e processamento, de modo a contribuir para a estruturação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes e outros programas oficiais.

Um dos objetivos específicos da RRC é que todos os laboratórios possuam acreditação da ISO 17025 junto ao INMETRO para ensaios de resíduos e contaminantes relevantes para o cumprimento do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC. O laboratório que já tivesse esta acreditação antes da instituição da Rede deveria expandi-la com a inclusão de novos escopos (ensaios), situação em que se encontravam cinco laboratórios. As atividades realizadas pela Rede em 2012 atingiram as metas previstas: a) ampliação do escopo de análises dos laboratórios; b) validação de análises por meio da acreditação dos estudos perante o INMETRO - órgão competente pela certificação da qualidade das análises a nível nacional e reconhecido por órgãos certificadores internacionais, condição necessária para atender o PNCRC; c) sistema de gestão de qualidade implementado.

Atualmente a Rede de Resíduos e Contaminantes conta com 13 laboratórios, a saber: 1) Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS- RJ): conta com 08 ensaios acreditados pelo INMETRO, 06 métodos analíticos validados e 07 em processo de validação, além de 09 ensaios de proficiência oferecidos à Rede e às empresas; 2) Laboratório de Toxicologia do Instituto de Tecnologia de Pernambuco: acreditação pelo INMETRO de cerca de 404 pesticidas, além de 09 novas matrizes no processo de validação no laboratório; 3) Laboratório de Contaminantes em Alimentos (TECPAR- PR): possui 05 ensaios acreditados pelo INMETRO; 4) Laboratório de Análise de Resíduos (LADETEC/UFRJ, RJ): conta com 06 ensaios acreditados pelo INMETRO; 5) Laboratório de Resíduos de Pesticidas- Instituto Biológico (IB), São Paulo: possui 03 ensaios acreditados, sendo que um deles inclui mais de 140 ingredientes ativos de agrotóxicos analisados; 6) Laboratório de Toxicologia da Universidade de Brasília – LabTox/UnB, DF: 02 ensaios multirresíduos acreditados, sendo que um deles para 46 analitos identificáveis; 7) Laboratório de

Cromatografia – CROMA/USP, São Carlos, SP: conta com 08 ensaios multirresíduos acreditados, com uma média de 60 analitos identificáveis; 8) Laboratório de Análises de Resíduos de Pesticidas – LARP/UFSM, RS: 02 ensaios acreditados com 46 analitos identificáveis para cada ensaio; 9) Centro de Pesquisa e Análise de Resíduos e Contaminantes – CEPARC/UFSM, RS: 01 método multirresíduos com 34 analitos, mais 02 métodos individuais, todos acreditados pelo INMETRO; 10) Laboratório de Bioquímica de Alimentos – LBqA/UFGM, MG: 01 estudo acreditado pelo INMETRO; 11) Embrapa Agroindústria de Alimentos – EMBRAPA/CTAA, RJ: 01 estudo acreditado pelo INMETRO; 12) Embrapa Meio Ambiente – EMBRAPA/CNPMA, Jaguariuna, SP: 01 estudo acreditado pelo INMETRO para 12 analitos; 13) EMBRAPA/CENARGEN: 01 estudo acreditado pelo INMETRO. Todos os laboratórios oferecem treinamento de recursos humanos nas análises e manipulação de equipamentos e nos métodos acreditados.

Para o exercício de 2012, apesar do planejamento desta Ação Orçamentária prever o repasse dos recursos no máximo em setembro, ocorreram alguns problemas relativos aos trâmites e avaliações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o que prejudicou sobremaneira a execução da ação, conforme o planejado. Por essa razão, os recursos foram repassados ao Coordenador da Rede de Resíduos e Contaminantes apenas em novembro de 2012.

Os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela RRC atendem às recomendações do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC – no que diz respeito ao controle e vigilância de alimentos, visando à ampliação da oferta de insumos, produtos, serviços, pessoal e sistemas certificadores que atendam às normas e procedimentos nacionais e internacionais, impulsionando, dessa forma, a competitividade internacional de produtos que possam encontrar barreiras sanitárias e técnicas quando de suas exportações. O objetivo final da RRC é integrar o Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC do MCTI, rede temática de serviços tecnológicos que tem como finalidade ofertar às empresas serviços de avaliação da conformidade (calibração, ensaios, análises, certificação) para auxiliá-las na superação de exigências técnicas para o acesso aos mercados interno e externo. Para isso, a rede deverá atender aos pré-requisitos de manter sistema de gestão da qualidade laboratorial implementado (Norma NBR ISO/IEC 17025) e estudos acreditados pelo INMETRO, para que possam atender a demandas de empresas. Essa acreditação faz com que os resultados de ensaio e calibração exarados pela RRC possam ser aceitos em outros países, desde que os laboratórios utilizem os critérios da ISO/IEC 17025 e sejam credenciados por um organismo que estabeleça acordos de reconhecimento mútuo com organismos equivalentes de outros países, no caso o INMETRO, que estabeleceu um acordo de reconhecimento mútuo com a *European co-operation for Accreditation* (EA). O cumprimento dessas metas permite que as novas demandas requisitadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possam ser atendidas a fim de que os produtos brasileiros cumpram os requisitos técnicos de qualidade e participem dos mercados interno e externo. Essas demandas estão sendo atendidas por meio do uso de equipamentos mais sofisticados que aumentem a seletividade e a sensibilidade durante a realização das análises, bem como a incorporação de novas matrizes no escopo de análises dos laboratórios, a fim de que abranjam as áreas de alimento, meio ambiente, energia, saúde pública, entre outras. Ademais, alguns laboratórios são competentes na realização de ensaios de proficiência e preparação de amostras de referência certificadas para a determinação de contaminantes inorgânicos, orgânicos e de micro-organismos patogênicos, em amostras de alimentos de origem vegetal e animal. Além de atuarem nos estudos de validação desses métodos e de estimativas de incertezas dos métodos de ensaios já implantados.

Assim, podemos concluir que a RRC possui um papel determinante na aceitação de produtos brasileiros. Os reflexos para a economia do país serão vistos no médio e longo prazo. Apesar das dificuldades acima mencionadas, as metas estabelecidas vêm sendo alcançadas e a RRC vem se aperfeiçoando no controle e vigilância de alimentos.

Tabela 20: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.572.2021.2092.0010(*)					
Descrição	Desenvolvimento de Produtos e Processos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA					
Iniciativa	017F: Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
436.926,00	436.926,00	436.926,00	436.926,00	0,00	0,00	436.926,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Implementação de atividades de treinamento e capacitação de RH nas diversas etapas do desenvolvimento de produtos / processos biotecnológicos, bem como técnicas de inventário, coleta e cultivo de espécies (matérias-primas) e comercialização final, inclusive para prestação de serviços à empresas e laboratórios da região.	Un.	1	1	436.926,00	436.926,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Observação: (*) A ação 2092, em 2012, foi compartilhada com a UG: 193028 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, com a dotação inicial de R\$ 1.600.000,00.

Análise Crítica

O Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA foi criado em 1997, com o objetivo de criar alternativas tecnológicas e inovação para aproveitamento e uso sustentável da biodiversidade. Embora se constitua num importante ator no âmbito da área de biotecnologia, em especial na região Norte do Brasil, o CBA não possui natureza jurídica própria e está ligado à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Esta entidade é a principal mantenedora, com 70% do aporte financeiro, sendo responsável pela execução e administração do Centro. Por isso, a SUFRAMA recebeu do MCTI os recursos provenientes da Ação 2092, que contribuem para a fixação de pessoal especializado no CBA, responsável por pesquisas nas áreas de fitocosméticos, fitofármacos e de extratos para produção de concentrados de bebidas não alcoólicas.

A ação é executada por meio da descentralização dos recursos para a SUFRAMA que, por sua vez, faz os repassa à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, por meio de convênio. À FAPEAM compete o lançamento dos Editais para seleção de bolsistas e projetos e o pagamento das bolsas. A meta da ação é, portanto, cumprida de maneira integrada entre os quatro atores envolvidos: MCTI, SUFRAMA, FAPEAM e os bolsistas do CBA, conforme relatado a seguir.

Em visita técnica ao CBA, realizada nos dias 9 e 10 de agosto de 2012, sete dos nove bolsistas apoiados com recursos da ação 2092, foram entrevistados e relataram que os projetos vêm sendo conduzidos conforme o planejado e de maneira integrada com outros laboratórios do CBA.

No âmbito das pesquisas conduzidas no Centro, não há qualquer problema com relação à execução. Contudo, os trâmites burocráticos trazem alguns incômodos. São realizados dois repasses dos recursos (do MCTI para a SUFRAMA e da SUFRAMA para a FAPEAL), envolvendo instâncias federais e estaduais, com trâmites e prazos bastante diferenciados. Isto dificulta um pouco, mas não impede a execução da ação e seu adequado acompanhamento.

O principal problema, no entanto, está no fato do CBA não possuir natureza jurídica própria. Isto é um impeditivo para a contratação formal de pesquisadores e é, no nosso entendimento, o principal empecilho à fixação de profissionais qualificados no Centro, que possam atuar de maneira mais incisiva na capacitação e treinamento de recursos humanos e no desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos. O treinamento e a capacitação de RH nas diversas etapas do desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos têm logrado êxito sem, no entanto, garantias de que o pessoal capacitado se fixe no CBA.

Consideramos que isso poderá trazer prejuízos futuros. Instâncias governamentais têm discutido possíveis soluções para o CBA, mas ainda não se chegou a um consenso sobre a natureza jurídica mais apropriada. Apesar disso, o aporte de recursos financeiros para a região amazônica tem um papel de destaque na formação e capacitação de recursos humanos qualificados, se constituindo em incentivo a empreendimentos futuros: sem mão-de-obra qualificada não haverá interesse de investidores. O CBA é, sem dúvida, a porta de entrada de muitos pesquisadores e resta apenas a solução das questões acima mencionadas para sua completa consolidação como referência na área de Biotecnologia na região Norte.

Tabela 21: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19572.2021.4942.0001					
Descrição	Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia					
Iniciativa	0104: Fomento a pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.052.448,00	3.052.448,00	2.987.612,73	1.262.202,00	998.705,00	1.725.410,73	272.497,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Serão apoiados projetos que contribuam para a ampliação da base de inovação, para tornar a biotecnologia mais competitiva e/ou gerar produtos, processos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. O conhecimento obtido com os estudos genômicos, proteômicos, transcriptômicos, metabolômicos e interatômicos possibilitará o mapeamento dos caminhos metabólicos celulares e a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e novos marcadores biológicos para uso em diagnóstico clínico, certificação de qualidade e rastreabilidade de produtos. Os conhecimentos gerados por meio deste investimento possuem grande campo de aplicações, tais como: identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos, vacinas e métodos diagnósticos em biomedicina; entendimento sobre os mecanismos de associação entre diferentes organismos, como a relação parasita-hospedeiro, permitindo a compreensão de doenças acometidas pelo homem, ou por animais e vegetais de interesse da agropecuária; associações benéficas como microrganismos-plantas de interesse para a agricultura; busca de produtos naturais bioativos com potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos da biodiversidade brasileira; e melhoramento genético de plantas.	Un.	3	6	3.052.448,00	2.987.612,73

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

No exercício de 2012, os recursos da Ação 4942 foram executados em sua totalidade. Foram apoiados seis grandes projetos, sendo dois em forma de Encomenda e quatro Chamadas Públicas. Todos os projetos investidos possuem claro alinhamento com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, principal documento direcionador das políticas públicas em C, T & I no período 2012 a 2015. As metas previstas na execução desta ação foram superadas, dada a grande demanda, a associação com a ação 8480 e a contribuição de parceiros como a Assessoria de Assuntos Internacionais – ASSIN do MCTI e o CNPq.

Não foi evidenciado nenhum problema grave durante a execução. A maior parte do recurso disponível foi aplicada em Chamadas Públicas, tendo o CNPq como parceiro. Contudo, observou-se um atraso na execução financeira, devido aos trâmites burocráticos que envolvem o processo, desde a elaboração da chamada até a contratação dos projetos, que ficou a cargo do CNPq, agência de fomento do MCTI. Como consequência, houve aumento dos “Restos a Pagar”.

Apesar deste ocorrido, para a CGBS, aplicar o recurso das ações orçamentárias em chamadas públicas é a maneira mais transparente e eficaz de selecionar projetos para apoio, pois lança mão da avaliação por pares. Além disso, as chamadas públicas proporcionam aos gestores conhecimento da demanda, podendo, eventualmente, contribuir na elaboração de políticas públicas para a área.

Abaixo, seguem detalhes da execução, projeto a projeto.

1- Encomenda: Projeto Papilomavirus bovino - Instituto Butantan

Recursos da Ação R\$ 147.000,00

A infecção por papilomavírus bovino (BPV) provoca perdas significativas na produção de carne, leite e derivados e da qualidade do couro, decorrendo em relevantes prejuízos econômicos. O grupo de pesquisa coordenado pela Dra. Rita de Cássia Stocco obteve, nos últimos anos, um produto vacinal capaz de prevenir infecções por papilomavírus bovino. Tal produto, já revertido em patente depositada, se encontra em teste de campo em rebanho nacional. A CGBS já vem acompanhando este projeto há alguns anos, considerando-o bastante promissor do ponto de vista tecnológico. Segundo a coordenadora, é possível que nos próximos cinco anos uma vacina preventiva e terapêutica já esteja disponível aos pecuaristas. Assim, com este apoio, pretendeu-se contribuir para o avanço dos testes de campo, essenciais ao desenvolvimento e registro de uma vacina contra a infecção por BPV.

Ressalte-se que o desenvolvimento de uma vacina (produto biotecnológico) de amplo espectro capaz de combater as principais cepas virais do BPV presentes no território nacional é uma importante aplicação da biotecnologia. Os reflexos advindos do futuro uso da vacina serão relevantes para importantes setores da economia brasileira, notadamente nas indústrias de carnes, laticínios e couros.

2- Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 25/2012 - Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA)

Recursos da Ação R\$ 627.503,00

O Brasil ainda é incipiente na utilização de métodos *in vitro* para testes de eficácia e segurança de medicamentos, cosméticos e outros produtos e vem utilizando basicamente animais de laboratório para a realização de testes pré-clínicos. Contudo, em muitos casos, o uso de animais poderia ser reduzido ou substituído por métodos alternativos e a tendência mundial, inclusive do Brasil, é que o uso de animais seja diminuído ou até mesmo banido, dependendo do modelo estudado. Para tanto, é preciso que haja métodos alternativos validados e amplamente aceitos pelas agências reguladoras nacionais e internacionais. Diante deste quadro, o MCTI instituiu a Rede Nacional de Métodos Alternativos – RENAMA, cujo objetivo é o desenvolver, validar e certificar tecnologias e métodos alternativos para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos. Os modelos desenvolvidos/implementados poderão ser utilizados para avaliar os mecanismos de ação, a efetividade e a toxicidade de substâncias relevantes para saúde humana, incluindo (mas não se limitando a) fármacos, medicamentos, cosméticos, químicos, pesticidas e testes de potência para produtos imunobiológicos.

Neste sentido, foi lançada uma Chamada Pública para dar início à Rede, com o apoio a projetos que atendessem a uma das duas linhas consideradas: (i) Linha 1 – Financiamento de projetos de pesquisa para a implementação, em laboratórios brasileiros, de métodos alternativos ao uso de animais já validados e reconhecidos internacionalmente e; (ii) Linha 2 – Financiamento de projeto(s) de pesquisa para desenvolvimento e validação de modelo de pele humana reconstituída na forma de kits para testes de segurança e eficácia.

A Chamada Pública teve um total de 53 propostas submetidas e nove projetos foram aprovados, sendo oito da Linha 1 e um da Linha 2. A CGBS entende que o uso de métodos alternativos contribuirá sobremaneira para o avanço da biotecnologia, notadamente na área de saúde humana e animal. Abaixo estão os projetos selecionados na Chamada MCTI / CNPq Nº 25/2012:

Linha 1:

1. **Título:** Desenvolvimento e validação de métodos analíticos alternativos ao uso de animais no controle de qualidade de imunobiológicos. Pesquisador: Wagner Quintilio
2. **Título:** Implementação de métodos alternativos ao uso de animais no Instituto Royal. Pesquisador: Izabel Vianna Villela
3. **Título:** Implementação de métodos alternativos ao uso de animais no Centro de Referência em Farmacologia Pré-Clínica. Pesquisador: Joao Batista Calixto

4. **Título:** Implementação de técnicas *in vitro* para: i) avaliação pirogênicos em produtos estéreis; ii) testes de reatividade biológica. Pesquisador: Cleber Alberto Schmidt
5. **Título:** Capacitação da Unidade de Pesquisa Clínica-HUAP-UFF como laboratório credenciado da RENAMA: Implantação de métodos alternativos validados. Pesquisador: Gutemberg Gomes Alves
6. **Título:** Implantação de Testes In Vitro de Eficácia e Toxicidade em Triagem de Alto Desempenho para a Descoberta de Fármacos. Pesquisador: Eduardo Pagani
7. **Título:** Métodos alternativos para avaliação de irritação ocular: aplicação em formulações de glifosato com classificação toxicológica divergente na ANVISA. Pesquisador: Marize Campos Valadares Bozini
8. **Título:** Avaliação toxico-genética de quimioterápicos derivados da platina utilizados na terapia do câncer. Pesquisador: Mauricio Lehmann

Linha 2:

1. **Título:** Desenvolvimento de plataforma de epiderme equivalente para avaliação de segurança e eficácia pré-clínica de substâncias químicas. Pesquisador: Silvy Stuchi Maria-Engler

3- Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana.

Recursos da Ação R\$ 1.300.000,00

As perspectivas futuras para a indústria de produtos biológicos aplicados à saúde humana são promissoras. Apesar dos investimentos reduzidos em atividades de P&D pelo setor privado, as empresas farmacêuticas nacionais movimentam-se para a formação de joint-ventures com empresas multinacionais na área de biotecnologia, numa clara indicação de mudança estrutural do setor no país e uma movimentação para incorporar competências na produção de medicamentos biológicos. Adicionalmente, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa publicou em 2010 a RDC 55/2010, com diretrizes para o registro de produtos biológicos. Este é o primeiro conjunto de normas para o registro de tais produtos, o que pode favorecer a produção interna e, conseqüentemente, a inovação tecnológica. Considerando este contexto, ainda em 2011, a CGBS planejou o lançamento de uma chamada pública para produtos biológicos, com recursos da ação 4942, mas devido às novas diretrizes do MCTI para aquele ano, este projeto foi adiado para 2012, quando pôde também contar com recursos provenientes da Ação 8480.

Esta é considerada uma área estratégica para o país, pois anualmente o sistema público de saúde gasta mais de quatro bilhões de dólares com a importação de medicamentos biológicos. À Chamada Pública Nº 20/2012, foram submetidas 116 propostas, tendo sido selecionados três projetos focados no desenvolvimento de biofármacos e/ou bioprocessos aplicados à saúde humana, com impacto na indústria e nos serviços de saúde, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País. É necessário ressaltar que os recursos aplicados nesta Chamada estão muito aquém da demanda e das necessidades do país, uma vez que para o desenvolvimento de um produto biotecnológico são necessários investimentos vultosos. Com os recursos disponíveis, foi possível apoiar apenas três projetos, a saber:

1. **Título:** Desenvolvimento tecnológico de vacina terapêutica para tuberculose. Pesquisador: Celio Lopes Silva
2. **Título:** Produção do hormônio de crescimento humano recombinante em biorreator para ensaios pré-clínicos. Pesquisador: Diógenes Santiago Santos
3. **Título:** Amilina humana peguilada para terapêutica em diabetes. Pesquisador: Luis Mauricio Trambaioli da Rocha e Lima

4- Encomenda de Projeto de Gestão para o Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia - CBAB

Recursos da Ação R\$ 125.497,00

O CBAB/CABBIO foi criado em 29 de julho de 1986, no âmbito do Protocolo nº9 – Biotecnologia, com o objetivo de promover a integração para o desenvolvimento científico e tecnológico em atividades comuns aos dois Países. Sua missão é promover o intercâmbio, a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, a formação e treinamento de recursos humanos em ambos os países.

Em 25 anos de existência, o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB/CABBIO) tem sido considerado em vários fóruns internacionais como uma iniciativa de caráter regional, que proporciona um relacionamento horizontal e dinâmico, constituindo-se em modelo de cooperação bem sucedida que o Brasil mantém com o outro país no campo da biotecnologia. O apoio ao CBAB foi direcionado à manutenção do acordo firmado com a Argentina e, mais recentemente, com o Uruguai. Para tanto, os recursos serão utilizados para envio de alunos e professores brasileiros a estes dois países, para a organização e realização

de reuniões do Conselho Binacional do Centro, de sessões nacionais, para organização e realização de reuniões de avaliação de projetos apoiados pelo Centro, entre outras atividades.

5- Chamada Pública MCTI/CNPq 19/2012 – ISTP Canadá

Recursos da Ação R\$ 400.000,00

A presente Chamada teve por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de pesquisa no âmbito da Cooperação CNPq/International Science and Technology Partnerships Canada (ISTP-Canada) visando intensificar e promover novas parcerias entre os setores industrial, acadêmico e de pesquisa entre o Brasil e o Canadá. Esta Chamada teve o CNPq como parceiro, com aporte de bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras.

Para a seleção, os projetos deveriam atender a uma necessidade específica ou desafio do mercado, além de demonstrar potencial comercial e proporcionar benefícios a todos os participantes, e, mais amplamente, aos países que financiam as iniciativas. No campo da Biotecnologia as áreas apoiadas pela chamada foram em:

- Doenças neurodegenerativas: diagnóstico, biomarcadores e produtos farmacêuticos (biofármacos);
- Doenças infecciosas (dengue): diagnóstico, biomarcadores, produtos farmacêuticos (biofármacos) e vacinas.

Foram submetidas treze propostas relacionadas à biotecnologia, dentro dos temas acima mencionados, tendo sido selecionados quatro projetos para apoio, a saber:

1. **Título:** Identificação de novos agentes farmacológicos para o tratamento da doença de Huntington Pesquisador: Fabiola Mara Ribeiro
2. **Título:** Modelling and simulation of nanoparticle Pesquisador: Paulo Cesar de Moraes
3. **Título:** Desenvolvimento de Novos Ligantes Multialvo-Dirigidos Para a Doença de Alzheimer, Planejados a Partir do LCC Pesquisador: Luiz Antônio Soares Romeiro
4. **Título:** Neuro-degeneração pelo uso de álcool e suas implicações comportamentais Pesquisador: Ana Carolina Luchiari

6- Chamada Pública MCTI/CNPq/CBAB Nº 21/2012 para financiamento de projetos no Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia-CBAB

Recursos da Ação R\$ 400.000,00

O objetivo da chamada foi de apoiar projetos de pesquisa na área de Biotecnologia, a serem executados no âmbito da cooperação científico-tecnológica entre Brasil, Argentina e Uruguai. Para esta chamada foram também empregados recursos da Ação 6147. No total, foram submetidas 35 propostas e cinco delas foram selecionadas para apoio:

Título: Desenvolvimento de biofármacos, baseado no uso de bactérias lácticas selvagens e / ou geneticamente modificadas, para o tratamento de doenças inflamatórias intestinais e câncer colorretal Pesquisador: Anderson Miyoshi

Título: Desenvolvimento de novos fármacos para aterosclerose: nitroalcenos eletrofilicos análogos da vitamina E (α -tocoferol) Pesquisador: Francisco R. M. Laurindo

Título: Obtenção e integração de dados “ômicos” de helmintos em um novo banco de dados relacional, FlatDB, para identificação de candidatos a alvos terapêuticos Pesquisador: Guilherme Corrêa de Oliveira

Título: O pseudo-vírus Junín (JUNV-VLPs) como nova plataforma biotecnológica para produção de vacinas contra Dengue, Malária e Hepatite E Pesquisador: Oscar Bruna-Romero

Título: Desenvolvimento de um vetor neurotrópico expressando anticorpos de cadeia única contra oligômeros solúveis do peptídeo A β como ferramenta para a Doença de Alzheimer Pesquisador: Sergio T. Ferreira

Tabela 22: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2021.8480.0001					
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e Medicamentos					
Iniciativa	0100: Fomento a pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e a inovação em saúde					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
692.497,00	692.497,00	692.497,00	78.000,00	58.000,00	614.497,00	20.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação cooperativos, envolvendo empresas nacionais de base biotecnológica e instituições públicas de excelência científica para promover transferência de tecnologia e absorver recursos humanos especializados pelas bioindústrias; promoção de atividades de cooperação internacional como instrumento de desenvolvimento conjunto e transferência de tecnologias para empresas por meio de programas internacionais já consolidados no âmbito do MCTI.	UN.	2	3	692.497,00	692.497,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

No exercício de 2012, os recursos da Ação 8480 foram executados em sua totalidade. Foram apoiados três projetos, sendo uma Encomenda e duas Chamadas Públicas. Todos os projetos investidos estão alinhados com a ENCTI, principal documento direcionador das políticas públicas em C, T & I no período 2012 a 2015. As metas previstas na execução desta ação foram superadas, devido à associação com a Ação 4942 para as Chamadas Públicas. Contudo, é importante ressaltar que tais recursos ainda são insuficientes para o apoio consistente de pesquisa científica no Brasil, notadamente nas áreas de saúde humana e animal.

Conforme mencionado para a ação 4942, não foi evidenciado nenhum problema grave durante a execução. Contudo, observou-se um atraso na execução financeira, devido aos trâmites burocráticos que envolvem o processo, desde a elaboração da chamada até a contratação dos projetos, que ficou a cargo do CNPq, agência de fomento do MCTI. Isto resultou no aumento dos “Restos a Pagar”.

Reforçamos que para a CGBS a aplicação dos recursos das ações orçamentárias em chamadas públicas é o melhor caminho para apoiar projetos, pois lança mão da avaliação por pares. Além disso, as chamadas públicas proporcionam aos gestores o conhecimento da demanda no país, podendo, eventualmente, contribuir na elaboração de políticas públicas para a área.

Abaixo, segue uma breve análise da execução, projeto a projeto.

1- Encomenda Simpósio CONCEA

Recursos da Ação R\$ 20.000,00

Com a sanção da Lei 11.794, de 08 de março de 2009, instalou-se no Brasil uma importante instância com competência normativa relativa ao uso de animais em pesquisas científicas e ensino e ao MCTI foi atribuída a administração do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA. Por essa razão, fez-se necessária a realização de um evento para as instituições que utilizam animais para fins científicos, para auxiliar no entendimento e no cumprimento da legislação vigente.

O Simpósio foi realizado nos dias 13 e 14 de junho de 2012 e contou com a participação de 216 pessoas, além de todos os membros do CONCEA e do MCTI. Durante o evento, foram abordados os seguintes temas:

- (i) a relação CEUA-CONCEA;
- (ii) os problemas ligados tanto à área produção de animais para propósitos científicos e didáticos quanto ao ensino da Ciência de Animais de Laboratório;
- (iii) uso de animais silvestres no ensino e na pesquisa;

- (iv) área de ciências de animais de laboratório;
- (v) abrangência do termo bioterismo.

2- Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 25/2012 - Apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA)

Recursos da Ação R\$ 200.000,00

Conforme comentado anteriormente, o MCTI instituiu a Rede Nacional de Métodos Alternativos – RENAMA, com o objetivo de desenvolver, validar e certificar tecnologias e métodos alternativos para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos, buscando atender às demandas internacionais e à necessidade de certificar a qualidade dos produtos. Os modelos desenvolvidos/implementados poderão ser utilizados para avaliar os mecanismos de ação, efetividade e a toxicidade de substâncias relevantes para saúde humana, incluindo (mas não se limitando a) fármacos, medicamentos, cosméticos, químicos, pesticidas e testes de potência para produtos imunobiológicos.

Para dar início à Rede, foi lançada a Chamada Pública, para apoiar projetos que atendessem a uma das duas linhas consideradas: (i) Linha 1 – Financiamento de projetos de pesquisa para a implementação, em laboratórios brasileiros, de métodos alternativos ao uso de animais já validados e reconhecidos internacionalmente e; (ii) Linha 2 – Financiamento de projeto(s) de pesquisa para desenvolvimento e validação de modelo de pele humana reconstituída na forma de *kits* para testes de segurança e eficácia. Conforme mencionado acima, foram selecionados nove projetos das 53 propostas submetidas.

3- Chamada Pública MCTI/CNPq - Nº 20/2012 - Seleção pública de propostas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana.

Recursos da Ação R\$ 471.000,00

A área de bioprodutos e bioprocessos é considerada estratégica para o país, pois anualmente o sistema público de saúde gasta mais de quatro bilhões de dólares com a importação de medicamentos biológicos. À Chamada Pública Nº 20/2012, foram submetidas 116 propostas, tendo sido selecionados três projetos, com impacto na indústria e nos serviços de saúde, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do País. Conforme mencionado na Ação 4942, os recursos aplicados nesta Chamada estão muito aquém da demanda e das necessidades do país, uma vez que para o desenvolvimento de um produto biotecnológico são necessários investimentos mais vultosos. A lista de projetos apoiados pode ser verificada na análise da Ação 4942.

4.1.C - Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

4.1.C.1 Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 23: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2040			
Título	GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES			
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	27.000.000,00	100.311.000,00	238.921.000,00	
b) Outras Fontes (Créditos Suplementar e Extraordinários)		96.500.000,00		
c) Subtotais (a + b)	27.000.000,00	196.811.000,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	265.921.000,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
99.741.829,54	17.748.294,04	9.199.247,00	81.993.535,50	8.549.047,04
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0173	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.	24.000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

No PPA de 2012-2015, foi fixado no **Programa 2040 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, 5** (cinco) Objetivos, entretanto, a SEPED é responsável pela coordenação e execução parcial do **Objetivo 0173**.

A LDO de 2012 aprovou inicialmente o total de R\$ 100.311.000,00, distribuídos em três Iniciativas e três Ações, a saber: 12QB, 20GB e 7S23 (Emenda Parlamentar).

Ainda no mesmo exercício foram adicionados ao Programa dois **Créditos**, um **Suplementar** no valor de R\$ 44.000.000,00, disponibilizado através do Decreto de 29 de outubro de 2012, DOU de 30/10/12, Seção 1, página 5, e outro **Extraordinário** no valor de R\$ 52.500.000,00, disponibilizado através da Medida Provisória n.º 598 de 27/12/12, DOU de 27/12/12, Edição Extra, Seção 1, página 2 e 16, este último não utilizado face à data da sua publicação. Esse crédito, foi reaberto em 2013 através do Decreto de 23/01/2013, DOU, Seção 1, páginas 17 e 20, totalizando dotação orçamentária para o exercício de 2012, da ordem de R\$ 196.811.000,00.

Vale ressaltar que a Ação 4S23 - Implantação de Centro Estadual/Regional Integrado de Emergência, Prevenção e Defesa Civil, foi objeto de Ementa Parlamentar e todo seu orçamento foi contingenciado pelo Governo Federal, com a finalidade de assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

4.1.C.2. Objetivos vinculados ao Programa Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 24: QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação do Objetivo						
Código	0173					
Descrição	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais					
Programa	2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
56.811.000,00	196.811.000,00	99.741.829,54	17.748.294,04	9.199.247,00	81.993.535,50	8.549.047,04
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					56.811.000,00	99.741.829,54

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

Em 2012, a SEPED foi responsável pela coordenação e execução parcial do **Objetivo 0173**, com uma dotação inicial de R\$ 100.311.000,00, distribuídos em três Iniciativas e três Ações, a saber: 12QB, 20GB e 7S23 (Emenda Parlamentar),

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, foram lançados Editais de Processos Licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos foram contratados no final do exercício. Quanto ao monitoramento hidrológico foi estabelecido um termo de cooperação com o CNPq para a encomenda de projeto de pesquisa que contempla a aquisição e instalação de 100 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas.

No que concerne aos mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco, vale salientar que estas atividades serão desenvolvidas por outras instituições, fazendo parte de outros Objetivos do Programa 2040. Por conseguinte, a emissão de alertas com alto grau de confiabilidade depende da execução destas importantes atividades. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e pelas atividades de integração, modelagem e análise de todos os dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Para esse objetivo foram definidas 3 metas que obtiveram os seguintes resultados:

- Meta: 1- Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas.

A modelagem hidrológica foi realizada nas bacias hidrográficas da região Sudeste, pois nesta região está concentrada a maior parte dos municípios monitorados pelo Cemaden. Além disso, são as principais bacias que apresentam riscos hidrológicos. Espera-se para o próximo ano (2013) a realização da modelagem hidrológica em outras bacias situadas na região Sul e Nordeste e a inclusão de outros municípios nas bacias já estudadas da região Sudeste. O modelo hidrológico está sendo calibrado na bacia do Rio das Velhas (MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Paraíba (SP, RJ e MG), Doce (ES e MG), e Capibaribe (PE). Durante 2013, pretende-se avançar na bacia do Rio Itajai (SC), Córrego Pirajussara (SP) e em algumas bacias do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que a meta estabelecida no quadro acima foi estimada para ser alcançada ao final do PPA2012-2015, portanto, o atingimento da meta para o ano de 2012, deve ser relativizado. Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, tem-se que os trabalhos foram iniciados, porém, devido ao curto espaço de tempo para a preparação das equipes e a natureza complexa dos modelos, alguns modelos foram calibrados, mas ainda não estão operacionalmente integrados a Plataforma Salvar. Contudo, ressalta-se que a meta total para o período do PPA continua sendo perseguida pelo CEMADEN.

Vale destacar que por questões circunstanciais do bom momento econômico brasileiro (há escassez de profissionais qualificados no mercado), e da impossibilidade de contratar profissionais estrangeiros no processo seletivo realizado em 2011, houve dificuldade para preencher as vagas destinadas para as áreas de

geologia e hidrologia no referido processo. Diante deste fato, o concurso público para cargos efetivos, negociado atualmente (Fevereiro de 2013) com o MPOG, permitirá a participação de candidatos estrangeiros, especialmente das áreas de geologia e hidrologia.

Especificamente no tocante ao desenvolvimento de modelos de monitoramento de risco geotécnico com o uso de sensores/ instrumentação geotécnica, prevê-se para o ano de 2013, o trabalho piloto em cerca de 3 áreas de risco de deslizamentos, com montagem de projeto de rede de monitoramento geotécnico, visando o aperfeiçoamento do modelo de observação e monitoramento de risco de movimentos de massa, com vistas a sua aplicação em maior escala, e para diversos cenários de risco de diferentes tipologias de processos de instabilização de encostas.

Prevê-se o desenvolvimento dos trabalhos em parceria com órgãos técnicos e prefeituras locais.

Meta 2: - Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade para 251 municípios com riscos de deslizamentos de massa.

Em dezembro de 2012, no início da operação do período chuvoso 2012-2013, o Cemaden já monitorava 274 municípios, sendo que destes, 249 apresentam riscos de deslizamentos de massa. Atualmente (15/02/2013) 294 municípios são objeto de monitoramento e até o dia 19/02/2013 mais 18 municípios terão os dados de mapeamentos de áreas de risco consolidados na plataforma Salvar e serão objeto de monitoramento. Em relação aos 294 municípios atualmente monitorados pelo Cemaden, 259 desses municípios apresentam áreas de risco de movimentos de massa/ deslizamentos.

Até o final de 2014 pretende-se monitorar 821 municípios, nos quais pode existir ou não áreas de risco de deslizamento/movimentos de massa. Inicialmente, foi difícil agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma, pois os mapeamentos eram de diversas fontes, com diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de escorregamentos. Atualmente, depois de vencida as dificuldades técnicas de consolidação de dados de diferentes fontes e escalas, esses trabalhos tem sido realizados de forma rápida, já que a maioria dos mapeamentos são realizados pela CPRM, segundo um mesmo padrão. O mapeamento da CPRM contempla dados e informações de levantamentos e observações de campo, que são organizadas na plataforma SALVAR e colocadas assim a disposição da operação.

O Cemaden desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados. Neste sentido, a definição apresentada na descrição do Objetivo 0173/Programa 2040, de “monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidade a existência de mapas de suscetibilidade ao risco na escala de, no mínimo, 1:2000, com coberturas de radares meteorológicos e pluviômetros”, não reflete o trabalho que vem sendo realizado e o atingimento da meta deve ser relativizada. Destacando-se ainda que a meta acima foi estimada para ser alcançada ao final do PPA2012-2015, mas após o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, a meta foi expandida para atingir o monitoramento das áreas de risco de 821 municípios até o final de 2014, incorporando os elementos característicos do “alto grau de confiabilidade” até o final do Plano Plurianual.

A complementação da rede de cobertura de radares meteorológicos e a melhoria da rede de pluviômetros automáticos em andamento pelo CEMADEN neste ano de 2013, bem como o mapeamento das áreas de risco em escalas apropriadas, por outros órgãos federais, estaduais e municipais possibilitarão melhorias substanciais na qualidade dos alertas. Ao mesmo tempo, as ferramentas computacionais de monitoramento e cruzamento de informações estão sendo desenvolvidas e implantadas operacionalmente no CEMADEN de forma gradual e sendo aperfeiçoadas continuamente. Desta forma, as bases para a produção de alertas com “alto grau de confiabilidade” estão estabelecidas, e, tão logo, estas informações complementares sejam disponibilizadas, o CEMADEN será capaz de incorporá-las rapidamente no sistema de monitoramento e produção de alertas.

Meta 3: - Monitoramento e alerta com alto grau de confiabilidades para 205 municípios com riscos de inundações e enxurradas.

Dos 258 municípios monitorados em 28/11/2012, 164 apresentam áreas de risco de inundação e enxurrada. Até 2014 pretende-se monitorar 821 municípios, dos quais pode existir ou não áreas de risco de inundação e

enxurradas.

Da mesma forma que para as áreas de risco de movimentos de massa/deslizamentos, os critérios técnicos definidos possibilitam avaliar o grau de confiabilidade dos alertas de risco de inundações e enxurradas.

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d'água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao amadurecimento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.

4.1.C.3. Iniciativas Vinculadas ao Programa Temático de Responsabilidade da SEPED

No que tange as *Iniciativas* a análise crítica será apresentada de forma agregada ao final dos quadros abaixo.

Tabela 25: QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Iniciativa							
Código	00FM						
Descrição	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais						
Objetivo	0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
46.500.000,00	143.000.000,00	90.467.710,18	9.196.674,50	8.329.247,00	81.271.035,68	867.427,50	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					46.500.000,00	90.467.710,18	
Identificação da Iniciativa							
Código	00FQ						
Descrição	Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco						
Objetivo	0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
10.311.000,00	10.311.000,00	9.274.119,36	8.551.619,54	870.000,00	722.499,82	7.681.619,54	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					10.311.000,00	10.311.000,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	04AJ – (EMENDA PARLAMENTAR)						
Descrição	Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil						
Objetivo	0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
0	43.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					0,00	0,00	

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

A análise crítica das iniciativas esta sendo agrupada uma vez que é entendimento desta Unidade Jurisdicionada que o tema se repete no âmbito das Ações de cada iniciativa. (00FM, 00FQ e 04AJ)

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos. No que concerne aos mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco, vale salientar que estas atividades serão desenvolvidas por outras instituições, fazendo parte de outros Objetivos do Programa 2040. Por conseguinte, a emissão de alertas com alto grau de confiabilidade depende da execução destas importantes atividades. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e pelas atividades de integração, modelagem e análise de todos os dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Desta forma, é importante o estabelecimento de uma ampla rede observacional e computacional, que possibilite atividades de pesquisa e monitoramento relacionadas à previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

Para o monitoramento dos agentes deflagradores, em particular os hidrometeorológicos, é necessária a ampliação, a captação, o processamento e a avaliação sistemática de uma série de variáveis indicativas da iminência de desastres naturais. Essas variáveis são obtidas por meio de radares meteorológicos; sensores remotos (satélites); estações meteorológicas e hidrológicas. Após a obtenção dos dados observacionais, faz-se necessário integrar todas as informações contando com uma infraestrutura computacional que possibilite analisar com eficiência e rapidez as inúmeras variáveis, analisá-las e produzir modelos de previsão, incluindo a sistematização e o processamento de imagens de alta resolução de aerolevantamentos geofísicos, modelos digitais de elevação e análises tridimensionais, imagens de satélite de alta resolução e sensoriamento remoto (imagens de radares).

Além disso, o sistema em questão também deverá associar informações hidrometeorológicas a informações agrônomicas, com vistas ao desenvolvimento de modelos de previsão de colapsos de safras de subsistência do semiárido brasileiro, que geram profundos impactos socioeconômicos.

Assim, para a consecução deste objetivo, o CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, tem procurado estruturar-se administrativamente e organizacionalmente. Ainda em 2011, realizou processo seletivo simplificado para a contratação de 75 profissionais para atuarem junto a área técnica (geologia, hidrologia, meteorologia, desastres naturais e engenharia). A contratação destes servidores temporários permitiu o início do monitoramento operacional contínuo das áreas de risco levantadas pela CPRM e ANA, e permitiu iniciar os trabalhos de modelagem numérica dos elementos deflagradores de desastres naturais. O CEMADEN busca agora autorização junto ao MPOG para a realização de concurso efetivo para preencher/complementar os quadros de pessoal do Centro. As tratativas com o MPOG encontram-se em fase avançada de negociação, sendo esperado, ainda para 2012, a publicação da autorização para a abertura de concurso público.

Buscou-se formalizar parcerias com as principais instituições fornecedoras de dados ambientais, estabelecendo acordos de cooperação com instituições tais como, ANA, INMET, DECEA e SIMEPAR, dentre outros. A interação com o CENAD/MI, o braço responsável pela tomada de ações quando os alertas são emitidos, foi consolidado com a publicação do Protocolo de Ação entre o CENAD/MI e o CEMADEN/MCTI, por meio da Portaria MI/MCTI Nº 314, de 17 de outubro de 2012.

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, foram lançados Editais de Processos Licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos estão em fase final de processamento, sendo aguardada a adjudicação e assinatura do contrato ainda em 2012. Quanto ao monitoramento hidrológico foi estabelecido um termo de cooperação com o CNPq para a encomenda de projeto de pesquisa que contempla a aquisição e instalação de 100 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas.

Após trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o Serviço Geológico do Brasil - CPRM iniciou levantamento de áreas de risco dos municípios considerados críticos quanto aos desastres naturais. De posse destes dados, o CEMADEN já implantou sistema de monitoramento e alertas de desastres naturais para 258 municípios com áreas de risco mapeadas, dentre os quais apenas 74 possuem pluviômetros automáticos, enquanto 184 não possuem; e, 148 municípios possuem algum tipo de cobertura de radar, enquanto 110 estão descobertos. Embora ainda não se disponha dos mapas de susceptibilidade na escala de 1:25.000, os mapeamentos de risco na escala de 1:2000 já permitiu ao CEMADEN emitir, até setembro de 2012, 477 alertas de possibilidade de ocorrência de desastres naturais.

Construção de prédio adequado para abrigar o centro de alertas dentro do campus do instituto nacional de pesquisas espaciais (inpe) em cachoeira paulista-sp, aquisição e instalação de equipamentos necessários para o funcionamento do centro, aquisição e instalação de equipamentos para a atuação das equipes de trabalho e

aquisição e instalação de equipamentos de monitoramento hidrometeorológico e geotécnico (radares meteorológicos, pluviômetros, medidores de raios intranuvens, medidores de umidade do solo, estações hidrometeorológicas etc), além da aquisição do supercomputador para ser utilizado em simulações de modelos, inclusive com compartilhamento do seu uso por instituições parceiras.

Em 2012, a SEPED foi responsável pela coordenação e execução da Iniciativa 00FM, a LDO aprovou inicialmente o orçamento de R\$ 46.500.000,00, através da Ação 12QB, ainda no exercício de 2012, nesta Ação foram adicionados dois créditos, sendo: um Crédito Suplementar na ordem de R\$ 44.000.000,00, aberto através do Decreto de 29 de outubro de 2012, DOU de 30/10/12, Seção 1, página 5 e um Crédito Extraordinário no valor de R\$ 52.500.000,00, aberto através da Medida Provisória n.º 598 de 27/12/12, DOU de 27/12/12, Edição Extra, Seção 1, página 2 e 16, esse crédito, foi reaberto em 2013 através do Decreto de 23/01/2013, DOU, Seção 1, páginas 17 e 20, totalizando o orçamento final o montante de R\$ 143.000.000,00, comentários de sua execução no item 4.1.4 a seguir.

Na LDO de 2012, foi aprovado por meio da Emenda Parlamentar na Iniciativa **04AJ** - Ação 4S23 (Implantação de Centro Estadual/Regional Integrado de Emergência, Prevenção e Defesa Civil), o montante de R\$ 43.500.000,00, vale ressaltar que a dotação orçamentária objeto dessa Ementa Parlamentar, foi contingenciada pelo Governo Federal, com a finalidade de assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

4.1.C.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 26: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2040.12QB.0001					
Descrição	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais					
Iniciativa	00FM: Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais					
Unidade Responsável	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN/SEPED					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.500.000,00	143.000.000,00	90.467.710,18	9.196.674,50	8.329.247,00	81.271.035,68	867.428,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro implantado	%	110*	10	143.000.000,00	90.467.710,18

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

(*) A Meta Prevista para 2012, foi estabelecida o percentual de 10% (dez por cento), entretanto, devido erro na digitação, este número foi elevado e publicado o percentual de 110% (cento e dez por cento).

Análise Crítica

O orçamento inicial aprovado através da LOA em 2012 do Programa de Trabalho 19.571.2040.12QB.0001 - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, foi de R\$ 46.500.000,00, ainda em 2012, foram adicionados nesta ação dois Créditos sendo: um **Crédito Suplementar** na ordem de R\$ 44.000.000,00, aberto através do Decreto de 29 de outubro de 2012, DOU de 30/10/12, Seção 1, página 5 e um **Crédito Extraordinário** no valor de R\$ 52.500.000,00, aberto através da Medida Provisória n.º 598 de 27/12/12, DOU de 27/12/12, Edição Extra, Seção 1, página 2 e 16, esse crédito, foi reaberto em 2013 através do Decreto de 23/01/2013, DOU, Seção 1, páginas 17 e 20. Totalizando o montante de R\$ 143.000.000,00.

Os recursos destinados a essa ação foram utilizados na Implantação do CEMADEN/MCTI, sobretudo em sua atuação operacional, como aquisições de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos, Pluviômetros Semiautomáticos e Sistemas de Radares Meteorológicos. Além disso, parte do recurso também foi direcionada ao Projeto do CNPq intitulado: **DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PREVISÃO DE ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E MOVIMENTOS DE MASSA EM ENCOSTAS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS.**

Diante da complexidade técnica dos principais equipamentos científicos adquiridos por meio de processos licitatórios, o tempo demandado para a realização dos processos foi superior ao estimado, os quais foram concluídos ao final de 2012, portanto gerando os valores em Restos a Pagar.

Tabela 27: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.1421.12QB.0001					
Descrição	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais					
Iniciativa						
Unidade Responsável	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN/SEPED					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.861.434,00	6.861.434,00	6.777.841,78	222.896,77	0,00	6.554.945,01	222.896,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
		%			6.861.434,00	6.777.841,78

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítico:

A composição Orçamentária em 2012 do Programa de Trabalho 19.571.1421.12QB.0001 (Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), foi estabelecido através das reaberturas dos créditos orçamentários **Especial e Extraordinário** do exercício de 2011, conforme comentários abaixo:

1. Reabertura de **Crédito Especial**, no valor de R\$ 861.433,00, através do Decreto de 15 de fevereiro de 2012, DOU de 15/02/2012, Seção 1, página 2;
2. Reabertura de **Crédito Extraordinário** no valor de R\$ 6.000.000,00, através do Decreto de 04 de janeiro de 2012, DOU de 05/01/2012, Seção 1, página 1.

Os recursos destinados a essa ação foram utilizados na Implantação do CEMADEN/MCTI, sobretudo em sua atuação operacional, como aquisições de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos, Pluviômetros Semiautomáticos e Sistemas de Radares Meteorológicos. Além disso, parte do recurso também foi direcionada para o Projeto do CNPq intitulado: **DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PREVISÃO DE ENXURRADAS, INUNDAÇÕES E MOVIMENTOS DE MASSA EM ENCOSTAS PARA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS**.

Diante da complexidade técnica dos principais equipamentos científicos adquiridos por meio de processos licitatórios, o tempo demandado para a realização dos processos foi superior ao estimado, os quais foram concluídos ao final de 2012, portanto gerando os valores em Restos a Pagar.

Tabela 28: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código		19.571.2040.20GB.0001				
Descrição		Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais				
Iniciativa		00FQ: Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco				
Unidade Responsável		Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN/SEPED				
Unidade Orçamentária		240.101 – CGOF/SPOA/MCTI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.311.000,00	10.311.000,00	9.274.119,36	8.551.619,54	870.000,00	722.499,82	7.681.619,54
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
		%	50	274	10.311.000,00	9.274.119,36

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

Os recursos alocados nessa ação foram destinados ao pagamento de salários e encargos dos servidores sob o Regime de Contrato Temporário – CDT em exercício no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN-SEPED/MCTI.

Em se tratando de recursos para cobertura de pagamento de salários e encargos de servidores, justificam-se os recursos em Restos a Pagar, haja vista que os valores a serem pagos no final de cada ano são liquidados no início do ano subsequente.

Tabela 29: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código		19.571.1421.20GB.0001				
Descrição		Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Nacional				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN/SEPED				
Unidade Orçamentária		240.101 – CGOF/SPOA/MCTI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
830.000,00	830.000,00	809.960,00	313.372,99	29.185,59	496.586,53	284.187,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
		%	0	0	830.000,00	809.960,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

A composição Orçamentária em 2012 do Programa de Trabalho 19.571.1421.20GB.0001 Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, foi reaberto no exercício de 2012, através do crédito **Especial**, no valor de R\$ 830.000,00, conforme Decreto de 15 de fevereiro de 2012, DOU de 15/02/2012, Seção 1, página 2.

Os recursos alocados nessa ação foram destinados ao pagamento de salários e encargos dos servidores CDTs do CEMADEN/MCTI.

Em se tratando de recursos para cobertura de pagamento de salários e encargos de servidores, justificam-se os recursos em Restos a Pagar, haja vista que os valores a serem pagos no final de cada ano são liquidados no início do ano subsequente.

Tabela 30: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2040.7S23.0056					
Descrição	Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil					
Iniciativa	04AJ: Implantação de Centro Estadual/Regional Integrado de Emergência, Prevenção e Defesa Civil					
Unidade Responsável	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN/SEPED					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.500.000	43.500.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
		%	0	0,0	0,00	0,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica:

Os recursos dessa Ação foi objeto de **Emenda Parlamentar**, adicionado a **Iniciativa: 04AJ**: Implantação de Centro Estadual/Regional Integrado de Emergência, Prevenção e Defesa Civil, no valor de **R\$ 43,5 milhões de reais**, incluída nesta na **Ação: 7S23** - Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil, o orçamento em questão foi totalmente contingenciada pelo Governo Federal com a finalidade de assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

4.1.D - Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

4.1.D.1 Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 31: QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2050			
Título	MUDANÇAS CLIMÁTICAS			
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		g) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	4.524.376,00	4.524.376,00	14.831.764,00	
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)	4.524.376,00	4.524.376,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	19.356.140,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
4.252.809,99	2.509.567,57	1.876.340,08	1.743.242,42	633.227,49
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0540	Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).	24.000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
0734	Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.	24.000 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

O PPA 2012 – 2015 fixou, para a Unidade Jurisdicionada, no âmbito do Programa Mudanças Climáticas, 2 (dois) objetivos. Entretanto, a SEPED é responsável por duas Ações que envolvem outro objetivo de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa demonstraram adequação ao planejamento previsto no PPA. Das metas estabelecidas nenhuma delas esta sob a responsabilidade da SEPED. Em consulta ao SIOP é possível avaliar que a as metas estão em fase inicial de planejamento e os seus resultados devem ocorrer no exercício de 2013.

Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$, 3.619.582,50, ou seja, quase a totalidade da sua dotação. As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, demonstraram adequação ao planejamento previsto e no geral a execução orçamentária foi realizada na sua totalidade, representando 94%. Entretanto, as liquidações e os pagamentos não ocorreram dentro do exercício, acarretando um Restos a Pagar elevado.

4.1.D.2. Objetivos vinculados ao Programa Temáticos de Responsabilidade da SEPED

No que tange aos *Objetivos* a análise crítica será apresentada de forma agregada ao final dos quadros abaixo.

Tabela 32: QUADRO A.4.2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação do Objetivo						
Código	0540					
Descrição	Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas					
Programa	2050 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
877.726,00	877.726,00	606.160,00	192.647,00	0,00	413.513,00	192.647,00
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					877.726,00	606.160,00
Identificação do Objetivo						
Código	0734					
Descrição	Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.					
Programa	2050 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS					
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	2.999.999,99	1.093.210,57	1.876.340,06	1.093.789,42	29.870,49
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada	UN	20	36	3.000.000,00	2.999.999,99

Análise Crítica

Os **Objetivos** estão sendo agrupados, uma vez que é entendimento desta Unidade Jurisdicionada que o tema se repete no âmbito das Ações de cada iniciativa. Dos objetivos do Programa, 2 (dois) são de responsabilidade da SEPED. Oportuno salientar, que a Unidade é responsável por duas Ações que envolvem outro objetivo de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. As atividades desenvolvidas no âmbito do Programa demonstraram adequação ao planejamento previsto no PPA

4.1.D.3. Iniciativas Vinculadas ao Programa Temático de Responsabilidade da SEPED

No que tange as Iniciativas a análise crítica será apresentada de forma agregada ao final dos quadros abaixo.

Tabela 33: QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Iniciativa							
Código	020X						
Descrição	Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas						
Objetivo	0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
877.726,00	877.726,00	606.160,00	192.647,00	0,00	413.513,00	192.647,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Unidade implantada	UN	27	20	877.726,00	606.160,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	02MF						
Descrição	Elaboração da Comunicação Nacional do Brasil a Convenção sobre Mudança do Clima						
Objetivo	0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
235.940,00	235.940,00	235.940,00	0,00	0,00	235.940,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Inventário atualizado	UN	25	25	235.940,00	235.940,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	02MX						
Descrição	Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)						
Objetivo	0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
410.710,00	410.710,00	410.710,00	410.710,00			410.710,00	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
					410.710,00	410.710,00	
Identificação da Iniciativa							
Código	02UC						
Descrição	Desenvolvimento de Sistema de Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas nos sistemas naturais e nas atividades econômicas do Brasil						
Objetivo	0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.						
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	2.999.999,99	1.093.210,57	1.876.340,06	1.093.789,42	29.870,49
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pesquisa realizada	UN	20	36	3.000.000,00	2.999.999,99

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

A análise crítica das iniciativas esta sendo agrupada uma vez que é entendimento desta Unidade Jurisdicionada que o tema se repete no âmbito das Ações de cada iniciativa. As iniciativas estabelecidas para os objetivos não estão sob a responsabilidade da SEPED. Por outro lado, a execução de 4 (quatro) Ações estão sob a governabilidade da Unidade, que serão comentadas nos quadros a seguir.

4.1.D.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da SEPED

Tabela 34: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2050.200B.0001					
Descrição	Rede Clima					
Iniciativa	020X: Fomento a pesquisas no âmbito de impactos, adaptação e vulnerabilidades das mudanças climáticas					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
877.726,00	877.726,00	606.160,00	192.647,00		413.513,00	192.647,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Unidade implantada	UN	27	20	877.726,00	606.160,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Informa-se que o orçamento da ação “Rede Clima” foi distribuído em três fontes de recursos denominadas: fonte 100, no valor de R\$ 436.926,00 (oriundos do PPA); fonte 195, no montante de R\$ 250.800,00 (advindos de recursos de doação externa do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) e fonte 5100, no valor de R\$ 190.000,00 (referentes a recursos de contrapartida do MCTI à doação), totalizando a soma de R\$ 877.726,00.

Em 2012, a SEPED/MCTI descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de dois Termos de Descentralização de Créditos (TDC), a importância de R\$ 606.160,00, sendo R\$ 436.926,00 da fonte 100, R\$ 100.208,00 da fonte 195 e R\$ 69.026,00 da fonte 5100. O CNPq empenhou a totalidade desses recursos em 2012, o que corresponde a 69,1% do valor global da ação. O saldo de 30,9%, não comprometido pela SEPED/MCTI, refere-se aos recursos de doação externa e de contrapartida à doação não executados em 2012.

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos TDCs supracitados:

Processo 1: n.º 01200.003050/2012-05, que trata da contratação de bolsistas, na modalidade DTI (Desenvolvimento Tecnológico e Industrial), para o período de vigência de agosto/2012 a agosto/2013.

Objetivo: incrementar os recursos para bolsas da Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA), com a finalidade de prover pesquisadores e técnicos, inclusive, para que a Rede gere relatórios setoriais como subsídio para a confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa, que fará parte da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas (Rede Clima) compreende 13 sub-redes tratando de aspectos de adaptação e mitigação de mudanças climáticas de relevância para o Brasil. Envolve mais de 70 instituições de pesquisa em todo o território nacional e conta com mais de 400 pesquisadores e estudantes, incluindo um grande número de bolsistas de todas as regiões brasileiras. Desde 2009, a Rede Clima já concedeu em bolsas de pesquisa, cujos recursos provêm deste ministério, o equivalente a R\$ 7.189.600,00 (repartidas em 68 bolsas de mestrado, 93 de doutorado, 23 de pós-doutorado, 51 de iniciação científica, 55 de nível técnico e 17 para programas de pós-graduação).

Recentemente a Rede CLIMA assumiu a tarefa de realizar o inventário nacional de gases de efeito estufa. Os resultados desse inventário farão parte da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Para realizá-lo, a Rede CLIMA está agregando pesquisadores para, *inter alia*, criar a sub-rede “Mudanças Climáticas e Uso da Terra”, operacionalizar a plataforma de dados do inventário e gerar relatórios setoriais (agropecuária, energia, processos industriais, tratamento de resíduos e mudança no uso da terra), contemplando pesquisas bibliográficas e de dados.

Nesse sentido, os recursos ora considerados estão sendo empregados na forma de bolsas DTI com 12 meses de duração, para que os bolsistas contemplados contribuam para o processo de confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa.

Ressalta-se que os recursos descentralizados para o CNPq neste Processo, no montante de R\$ 436.926,00, foram integralmente empenhados em 2012 (fonte 100). Como se tratam de bolsas DTI, sua execução se dá de forma mensal até o final da vigência deste Processo.

É digno de nota que os recursos foram empregados em conjunto com parte dos recursos da ação 6126 (Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa) e parte dos recursos da ação 20HY (Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas), dada a insuficiência da dotação específica pela complexidade das atividades a serem executadas e a confluência de objetivos entre as três ações. Assim, o valor total da iniciativa foi de R\$ 862.876,00 (oitocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais). No momento, há 15 bolsistas executando atividades relacionadas à confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa.

Processo 2: n.º 01200.003903/2012-09, que trata do apoio à Formação de Recursos Humanos em Clima e Eventos Climatológicos Extremos provocados por Mudanças Globais do Clima, com período de vigência de setembro/2012 a fevereiro/2014.

Objetivo: criar uma iniciativa de formação de Recursos Humanos no Brasil em Ciências Climáticas, o que significa atuar na fronteira do conhecimento para enfrentamento das mudanças do clima e para a adaptação a eventos climáticos extremos (secas prolongadas, inundações nas cidades provocando deslizamentos de terra e soterramento, tornados e furacões com consequências ainda não mensuráveis) resultantes da variabilidade natural do clima e da ação humana.

É importante destacar que os recursos descentralizados para o CNPq neste Processo, no montante de R\$ 169.234,00 (fontes 195 e 5100), foram inteiramente empenhados, liquidados e pagos, em 2012. Estes recursos foram primordialmente utilizados para a formação de recursos humanos em ciências climáticas da UFRN, contribuindo decisivamente para criar competência nesta área no Nordeste do Brasil e para a fase de implementação e consolidação do primeiro curso de doutorado em Ciências Climáticas no Brasil, sediado no Depto. de Física, da UFRN.

Inclui-se a tabela abaixo, que apresenta o detalhamento da Ação 200B, “Rede Clima”.

FONTE	ORÇAMENTO	DESCENTRALIZAÇ AO PARA O CNPq	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
0100	436.926,00	436.926,00	436.926,00	23.413,00	23.413,00	0,00
0195*	250.800,00	100.208,00	100.208,00	100.208,00	100.208,00	150.592,00
5100**	190.000,00	69.026,00	69.026,00	69.026,00	69.026,00	120.974,00
TOTAL	877.726,00	606.160,00	606.160,00	192.647,00	192.647,00	271.566,00

Notas: (*) Recursos Externos, (**) Recursos de contrapartida.

Análise Crítica

Os procedimentos institucionais para descentralização dos recursos para a agência de fomento executora (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), bem como os procedimentos internos do CNPq para disponibilização das bolsas aos pesquisadores contemplados fez com que os bolsistas só pudessem ser indicados ao final do ano de 2012, com consequente atraso para o início da parcela das pesquisas necessárias para a confecção dos relatórios setoriais do inventário nacional de gases de efeito estufa financiada com os recursos ora considerados. Estes foram os motivos que resultaram no alto valor inscrito nos restos a pagar pertinentes a essa ação. O impacto do referido contratempo foi minimizado com o aproveitamento de competências e conhecimentos provenientes de investimentos complementares com recursos de outras fontes.

O projeto “Apoio à Formação de Recursos Humanos em Clima e Eventos Climatológicos Extremos Provocados por Mudanças Globais do Clima” no valor total de US\$ 500.000,00 teve o suporte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com US\$ 400.000,00 de doação e US\$ 100.000,00 de

contrapartida do MCTI. Das 4 atividades programadas para 2012 e 2013, a maior delas foi efetuada com a realização do simpósio internacional no período de 27 de Maio a 1º de Junho de 2012, cujo tema foi “*Climate Change, Impacts and Vulnerabilities of Brazil: Preparing the Brazilian Northeast for the Future*”, contou com a participação de 370 pessoas, entre pesquisadores nacionais e estrangeiros, além de estudantes e profissionais. O evento foi avaliado pelo BID como bem sucedido. O workshop ocorreu em Natal-RN, contribuindo para o avanço das ciências do clima e, simultaneamente, contribuiu para promover o desenvolvimento regional. Como desdobramento deste evento, foi realizada em Natal, no mês de outubro de 2012, pela primeira vez no Brasil, a reunião do EUROCLIMA com foco em desertificação na América Latina. Houve atrasos na execução das etapas do Projeto, fato que contribuiu para que os recursos alocados na fonte 195 (doação externa) e 5100 (contrapartida à doação) não pudessem ser empenhados. E para que isso não volte a ocorrer, a CGMH está buscando meios de auxiliar a Pesquisadora responsável pelo Projeto na execução do mesmo.

Tabela 35: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.573.2050.6126.0001					
Descrição	Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa					
Iniciativa	02MF: Elaboração da Comunicação Nacional do Brasil a Convenção sobre Mudança do Clima					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGOF/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
235.940,00	235.940,00	235.940,00	235.940,00	0,00	235.940,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Inventário atualizado	UN	25	25	235.940,00	235.940,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

Durante o ano de 2012, a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) se tornou a responsável – na esfera científica – pela confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa.

Criada pelo MCTI no final de 2007, a Rede Clima tem como missão gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. A Rede é atualmente constituída por treze sub-redes temáticas (a saber, modelagem climática, recursos hídricos, energias renováveis, agricultura, economia das mudanças climáticas, cidades, biodiversidade, saúde humana, desenvolvimento regional, zonas costeiras, serviços ambientais e dos ecossistemas, oceanos e desastres naturais) e uma secretaria executiva (sediada no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE).

Os recursos da ação foram investidos integralmente em bolsas para a Rede Clima (bolsas DTI, com 12 meses de duração), com o objetivo de prover pesquisadores para que a Rede gere relatórios setoriais (energia, agropecuária, processos industriais, tratamento de resíduos e uso da terra e florestas) como subsídio para a confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa, parte integrante da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

É digno de nota que os recursos foram empregados em conjunto com parte dos recursos da ação 200B (Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais) e parte dos recursos da ação 20HY (Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas), dada a insuficiência da dotação específica pela complexidade das atividades a serem executadas e a confluência de objetivos entre as três ações. Assim, o valor total da iniciativa foi de R\$ 862.876,00 (oitocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais). No momento, há 15 bolsistas executando atividades relacionadas à confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa.

Em que pese o fato de que a realização financeira foi de 100%, os procedimentos institucionais para descentralização dos recursos para a agência de fomento executora (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), bem como os procedimentos internos do CNPq para disponibilização das bolsas aos pesquisadores contemplados fez com que os bolsistas só pudessem ser indicados ao final do ano de 2012, com consequente atraso para o início da parcela das pesquisas necessárias para a confecção dos relatórios setoriais do inventário nacional de gases de efeito estufa financiada com os recursos ora considerados. Estes foram os motivos que resultaram no alto valor inscrito nos restos a pagar pertinentes a essa ação.

O impacto do referido contratempo foi minimizado com o aproveitamento de competências e conhecimentos provenientes de investimentos complementares com recursos de outras fontes.

Tabela 36: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2050.6909.0001					
Descrição	Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo					
Iniciativa	02MX: Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
410.710,00	410.710,00	410.710,00	410.710,00	0,00	0,00	410.710,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Parecer emitido	UN	80	216	410.710,00	410.710,00

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

Do recurso disponível para 2012, R\$ 71.400,00 foi empenhado e liquidado em favor do projeto 914BRZ2018 – Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, firmado entre o MCTI e a UNESCO. Estes recursos foram utilizados para contratação de consultoria técnica para auxiliar nos trabalhos da CIMGC.

O saldo restante, R\$ 339.310,00, foi transferido ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para viabilizar a execução do projeto BRA/07/002 – Modernização Institucional para Fortalecimento da Secretaria Executiva da CIMGC, conforme acordo realizado entre o MCTI, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o Pnud. O projeto BRA/07/002 tem como objetivo a consolidação de uma estrutura permanente de apoio à implementação de projetos MDL no Brasil.

Em 2012, a Secretaria Executiva da CIMGC emitiu 216 pareceres, meta superada devido ao grande número de projetos recebidos em 2012. Algumas ações foram determinantes para o cumprimento da meta estabelecida, bem como para o ágil atendimento das crescentes demandas:

- A manutenção e a recomposição do Painel de Especialistas – a contratação de 10 especialistas foi fundamental para o atendimento da meta e da demanda por emissão de pareceres técnicos sobre projetos do MDL;
- Aumento de servidores efetivos do MCTI na composição da equipe da CGMC;
- Contratação de quatro consultores que auxiliaram na elaboração de pareceres, notas técnicas, atas de reunião da CIMGC e em outras atividades da Secretaria Executiva da CIMGC;
- Atualizações contínuas de informações e instruções para submissão de projetos do MDL à CIMGC – somente em 2012 a Secretaria Executiva publicou 2.663 páginas no sítio de Mudanças Climáticas do Portal do MCTI, aumento significativo em relação aos anos anteriores em função do número de atividades de projeto MDL submetidas à CIMGC neste ano;
- Realização de curso de formação técnica e gerencial em análise técnica de projetos do MDL.

Além disso, a Secretaria Executiva a CIMGC realizou em 2012, sete reuniões ordinárias e seis extraordinárias, o que equivale a mais de uma reunião por mês (1,08), fato inédito desde a criação da Comissão. No âmbito da Convenção do Clima, até o dia 31 de dezembro de 2012, o Brasil possuía 255 projetos registrados no Conselho Executivo do MDL, ocupando a terceira posição no ranking mundial.

Como a totalidade dos recursos da ação foi transferida para projetos de cooperação internacional e considerando a orientação da CGU para que pagamentos de diárias e passagens para servidores (efetivos, comissionados ou temporários) sejam custeados diretamente pela Administração Pública, a participação de servidores da CGMC/SEPED em reuniões internacionais da Convenção do Clima e de seus grupos subsidiários ficou prejudicada. A Secretaria Executiva da CIMGC somente enviou representantes para as reuniões que previam ajuda de custo de organismos internacionais.

Por fim, cabe ressaltar que o Projeto BRA/07/002 tinha seu encerramento previsto para dezembro de 2012. Entretanto, atrasos no repasse de recursos para os exercícios de 2010 a 2012 provocaram o adiamento da conclusão de importantes atividades contempladas no projeto, fato que motivou a prorrogação do prazo de vigência para dezembro de 2014.

Os principais pontos do plano de trabalho previsto para o próximo ano são:

- Manter a execução dos trabalhos de análise de projetos MDL encaminhados à CIMGC, visando ao aumento do número de projetos aprovados e registrados pelo Conselho Executivo do MDL.
- Dar continuidade a atualização e melhorias no Sistema de Informações Gerenciais de Projetos MDL para que o sistema possa executar de forma plena as funcionalidades previstas quando da sua implantação.
- Dar início a realização do estudo sobre o desempenho do MDL no Brasil durante o primeiro período de cumprimento do compromisso do Protocolo de Quioto.
- Dar continuidade aos cursos de treinamento em MDL, realizados em parceria com a GIZ.
- Reconstituir o quadro de consultores *ad hoc* (painel de especialistas).
- Organizar e atualizar as Resoluções da CIMGC para incluir as novas decisões do EB
- Atualizar o Manual para Submissão de Atividades de Projeto no Âmbito do MDL, de acordo com as novas Resoluções da CIMGC.

Tabela 37: QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA SEPED

Identificação da Ação						
Código	19.571.2050.20HY.0001					
Descrição	Operacionalização do Sistema Nacional de Observações Ambientais dos Impactos das Mudanças Climáticas					
Iniciativa	02UC: Desenvolvimento de Sistema de Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas nos sistemas naturais e nas atividades econômicas do Brasil					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima da SEPED/MCTI					
Unidade Orçamentária	240.101 – CGRL/SPOA/MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000,00	3.000.000,00	2.999.999,99	1.093.210,57	1.093.210,57	1.093.789,42	29.870,49
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Pesquisa realizada	UN	20	36	3.000.000,00	2.999.999,99

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

Análise Crítica

Diante da necessidade de geração e disponibilização de informações sobre os impactos das mudanças climáticas nos sistemas ambientais e socioeconômicos que possibilitem o planejamento de políticas e instrumentos nacionais que procurem promover a adoção de medidas de mitigação e de adaptação e o aumento da resiliência desses sistemas, o MCTI propôs a implantação do Sistema de Monitoramento e Observações dos Impactos Ambientais das Mudanças Climáticas (novo nome proposto para o sistema).

Em 2012, a fim de iniciar o processo de planejamento da criação e implantação do Sistema, a CGMC/SEPED organizou reuniões com eminentes pesquisadores das áreas mais representativas das mudanças climáticas. O objetivo das reuniões era esclarecer os requisitos necessários para a criação do Sistema e identificar as atividades de pesquisa em andamento que possuíssem aderência aos objetivos estabelecidos para o Sistema.

Durante as reuniões, foi revelada a carência de conhecimento sobre experiências relacionadas ao tema desenvolvidas em outros países. Por este motivo, a realização de um estudo sobre o estado da arte dos sistemas de observação e monitoramento de impactos das mudanças climáticas no mundo foi prevista no termo aditivo do Contrato de Gestão estabelecido entre o MCTI e o CGEE e deverá ser concluído até junho de 2013.

Nesta primeira etapa, optou-se por empregar os recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa que fossem paradigmáticos considerando os objetivos previstos para o Sistema, gerando conhecimento que alimentaria o Sistema tão logo ocorresse sua implementação e favorecendo a mobilização, a capacitação e a interação colaborativa por parte de grupos de pesquisa nas diversas regiões do Brasil com atuação na área, conforme mostrado no quadro abaixo:

Distribuição de recursos da ação 20HY.

Projetos apoiados	Valor (R\$)		
Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SiMCosta	200.000,00		
Apoio à Consolidação da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (bolsas), especificamente voltados para a geração de relatórios setoriais que subsidiarão a confecção do inventário nacional de gases de efeito estufa.	190.000,00		
Mini-curso sobre acidificação oceânica e os impactos decorrentes.	30.000,00		
CHAMADA MCTI/CNPq/FAPs Nº 34/2012 – Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD	400.000,00		
Apoio à Consolidação da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (bolsas), para os projetos listados abaixo.	666.000,00		
CNPq – para diversos projetos – coordenação do Dr. Humberto Rocha	Capital	Custeio	Total
- Projeto Pirata (Fernando de Noronha)	270.000,00	280.000,00	550.000,00
- Torres de fluxo de CO ₂ na Amazônia	150.000,00	65.000,00	215.000,00
- Rede Sul Brasileira de Fluxos Superficiais e Mudanças Climáticas – Sulflux	100.000,00	40.000,00	140.000,00
- Monitoramento dos perfis verticais atmosféricos dos gases de efeito estufa	180.000,00	69.000,00	249.000,00
- Prejuízos Agrícolas	100.000,00	45.000,00	145.000,00
- Observatório de Saúde	-	60.000,00	60.000,00
- Observatórios Ecohidrológicos	100.000,00	55.000,00	155.000,00
TOTAL	3.000.000,00		

Dessa forma, a ação orçamentária 20HY apoiou o desenvolvimento de 36 projetos de pesquisa, superando a meta prevista de 20 pesquisas realizadas. Entretanto, é importante ressaltar que a meta física definida mostra-se inconsistente com a finalidade pretendida para esta atividade, sendo necessária sua revisão.

A necessidade de definição do desenho do Sistema a ser criado e implantado gerou atrasos na implementação da atividade. Adiciona-se a isso a demora por parte da agência de fomento executora em avaliar as demandas originárias da CGMC/SEPED. Estes foram os motivos que resultaram no alto valor inscrito nos restos a pagar pertinentes a essa ação.

4.2 Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 Unidade Orçamentária

Tabela 38: QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA SEPED/MCTI

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	24.101	240.101

4.2.2 Programa da Despesa

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Tabela 39: QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO						24.810.363	19.204.460
	PLOA						24.810.363	19.204.460
	LOA						32.221.363	19.204.460
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos					0,00	8.930.000
		Reabertos					1.131.353	
	Extraordinários	Abertos					0,00	
		Reabertos					0,00	
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total						33.352.716	28.134.460	

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

4.2.2.2 Programa de Despesas de Capital

Tabela 40: QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		17.471.537	3.756.171				
	PLOA		17.471.537	3.756.171				
	LOA		158.471.537	3.756.171				
CRÉDITOS	Suplementares		44.000.000					
	Especiais	Abertos		2.000.000				
		Reabertos	560.081					
	Extraordinários	Abertos	52.500.000	6.000.000				
		Reabertos	6.000.000					
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		261.531.618	11.756.171					

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Tabela 41: QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	24.810.363	19.204.460	17.471.537	3.756.171			
	PLOA	24.810.363	19.204.460	17.471.537	3.756.171			
	LOA	32.221.363	19.204.460	158.471.537	3.756.171			
CRÉDITOS	Suplementares			44.000.000				
	Especiais	Abertos	0,00		2.000.000			
		Reabertos	1.131.353		560.081			
	Extraordinários	Abertos	0,00		52.500.000	6.000.000		
		Reabertos	0,00		6.000.000			
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total		33.352.716	28.134.460	261.531.618	11.756.171			

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

4.2.2.4 Análise Crítica

Para compor o Orçamento de 2012, foram reabertos os créditos **Extraordinário** no Programa de Trabalho: 19.571.1421.12QB.0101 (Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional), no valor de R\$ 6.000.000,00, em Capital, crédito originado por meio da Medida Provisória n.º 553, de 21 de dezembro de 2011, (DOU de 22/12/2011), Seção 1, página 1 e **Especiais** no Programa de Trabalho: 19.571.1421.12QB.0001 (Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional), no valor de R\$ 861.433,00, em Custeio e Capital e no Programa de Trabalho 19.571.1421.20GB.0001 (Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional), o valor de R\$ 830.000,00, através do Decreto de 14 de fevereiro de 2012, (DOU de 15/02/2012), Seção 1, páginas 1 e 2.

Ainda no exercício de 2012, o Programa de Trabalho: 19.571.2040.12QB.0001 (Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - Nacional), recebeu 2 créditos, sendo um **Suplementar** no valor de R\$ 44.000.000,00, aprovado através do Decreto de 29 de outubro de 2012, (DOU de 30/10/2012), Seção 1, página 5 e outro crédito **Extraordinário** no valor de R\$ 52.500.000,00, aberto através da Medida Provisória n.º 598, de 27 de dezembro de 2012, DOU de 27/12/12, Seção 1 – edição Extra, páginas 2 e 16

EMENDAS PARLAMENTARES:

Emenda Parlamentar adicionado a **Iniciativa: 00MV** - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais, no valor de **R\$ 75 milhões de reais**, incluída nesta na Ação: **8978** - Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade e a **Emenda Parlamentar**, adicionado a **Iniciativa: 04AJ** - Implantação de Centro Estadual/Regional Integrado de Emergência, Prevenção e Defesa Civil, no valor de **R\$ 43,5 milhões de reais**, incluída nesta na Ação: **7S23** - Implantação de Centros Regionais Integrados de Emergência, Prevenção e Defesa Civil, o orçamento em questão foram totalmente contingenciada pelo Governo Federal com a finalidade de assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos

4.2.3 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Tabela 42: QUADRO A.4.11 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240.101	240.106	19.571.2040.20GB.0001			700.000,00
	Concedidos	240.101	240.106	19.571.2040.12QB.0001			700.000,00
	Concedidos	240.101	240.106	19.571.2018.6717.0001			30.000,00
	RECEBIDO	447.002	240.101	18.541.2050.20G4.0001			987.600,00
Movimentação Externa	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2040.20GB.0001			31.842,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2021.8480.0001			20.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2040.20GB.0001			75.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.1421.20GB.0001			304.259,52
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.1421.20GB.0001			300.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.4942.0001			400.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.200B.0001			436.926,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.20HY.0001			190.010,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.573.2050.6126.0001			235.940,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.4942.0001			627.503,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2021.8480.0001			322.957,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.4942.0001			1.300.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.4942.0001			125.497,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.4942.0001			400.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.4942.0001			147.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.20HY.0001			400.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8460.0001			192.247,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2018.6255.0001			235.940,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8964.0001			1.276.421,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8963.0001			640.256,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8978.0001			553.496,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.6739.0001			152.924,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.6717.0001			129.724,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.200B.0001			169.234,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2040.12QB.0001			2.100.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.20HY.0001			666.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2040.20GB.0001			288.000,00
Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.20HY.0001			30.000,00	

	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.20HY.0001			613.990,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8978.0001			53.100,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.8482.0001			174.770,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.573.2018.10GO.0001			823.332,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.573.2018.10GO.0001			50.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.20HU.0001			200.000,00
	Concedidos	240.101	364.102	19.573.2018.10GO.0001			111.000,00
	Concedidos	240.101	193.028	19.572.2021.2092.0001			436.926,00
	Concedidos	240.101	154.042	19.571.1421.20GB.0001			200.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Externa	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2021.8480.0001	149.540,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2021.8480.0001	200.000,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8460.0001	78.647,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8964.0001	262.155,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8963.0001	244.215,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2040.12QB.0001	5.200.000,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2050.20HY.0001	900.000,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.2018.8978.0001	321.900,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.572.2021.8482.0001	87.385,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.573.2018.10GO.0001	274.444,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.573.2018.10GO.0001	52.000,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.1421.20GB.0001	400.000,00		
	Concedidos	240.101	364.102	19.571.1421.12QB.0001	100.000,00		
	RECEBIDO	447.002	240.101	18.541.2050.20G4.0001	7.785.950,00		

Fonte: DIOF/CGRL/SPOA/MCTI

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Tabela 43: QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	23.437.754,87	2.853.340,29	2.397.123,00	116.112,54
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	1.899.000,00		1.003.278,11	
d) Pregão	21.538.754,87	2.853.340,29	1.3393.844,89	116.112,54
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	976.182,30		935.416,09	
g) Dispensa	974.864,15		934.097,94	
h) Inexigibilidade	1.318,15		1.318,15	
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outro 1: (Não se Aplica)	25.734.808,70		2.360.857,76	
6. Outro 2 (Regime Diferenciado de Contratação)	68.389.743,00		0,00	
7. Total (1+2+3+4+5)	118.538.488,87	2.853.340,29	5.693.396,85	116.112,54

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXECUCAO CREDOR, extraído em: 28-JAN-2013

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Tabela 44: QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	10.476.574,21		6.569.046,67		3.847.527,54		607.573,00	
2º elemento de despesa	10.376.008,70		4.166.844,70		6.209.164,00		2.166.844,70	
3º elemento de despesa	6.726.226,33		6.726.226,33		0,00		6.726.226,33	
Demais elementos do grupo	4.133.101,52		629.068,75		3.504.032,77		599.883,16	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	82.085.713,18		434.227,50		81.651.485,68		434.227,50	
2º elemento de despesa	8.269.861,92		6.835.676,19		1.434.185,73		52.000,00	
3º elemento de despesa	65.539,00		0,00		65.539,00		0,00	
Demais elementos do grupo	54.230,79		0,00		54.230,79		0,00	
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: EXEC FIM EXERC ATU, extraído em: 10-FEV-2013

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SEPED por Movimentação

4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Tabela 45: QUADRO A.4.14 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1 Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	8.426.240,41		156.089,77	
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	8.426.240,41		156.089,77	
e) Concurso				
f) Consulta				
3 Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade				
3 Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4 Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5 Outros (Não se Aplica)	46.807,60		46.807,60	
6 Total (1+2+3+4+5)	8.473.048,01		202.897,37	

Fonte: SIAFI-GERENCIAL - EXERCICIO_LISTA – 2012 – EXTRAÍDO EM 20-03-13

4.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos de Movimentação

Tabela 46: QUADRO A.4.15 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes						0,00	0,00	
1º elemento de despesa	556.937,19		556.937,19			0,00	0,00	
2º elemento de despesa	84.239,77		84.239,77			0,00		
3º elemento de despesa	46.807,60		46.807,60					
Demais elementos do grupo	0,00		0,00				0,00	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	7.785.063,45		7.785.063,45		0,00		71.850,00	
2º elemento de despesa	0,00		0,00				0,00	
3º elemento de despesa	0,00		0,00				0,00	
Demais elementos do grupo	0,00		0,00				0,00	
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

5.1 Reconhecimento de Passivos.

NÃO HOUE LANCAMENTO DE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

5.2 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela 47: QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.000.000,00	0,00		0,00
2010	0,00	0,00		0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	7.010.761,90	848.687,13	3.434.113,97	2.716.456,68
2010	0,00	14.704,12		3.200,00
...				

Fonte: Base: SIAFI - UG: 240103 – UO: 24101 Grupo de Itens Utilizado: RP PROC N PROC NE, extraído em: 10-FEV-2013

5.3 Transferências de Recursos

5.3.1 Relação de dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Tabela 48: QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED									
CNPJ: 03.132.745/0001-00					UG/GESTÃO: 240101-00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Termo de Cooperação	01200.001649/2012-04	240.106	1.400.000,00		1.400.000,00	1.400.000,00	05/2012	12/2012	1
Termo de Cooperação	01200.003633/2012-28	240.106	30.000,00		30.000,00	30.000,00	08/2012	11/2012	4
Termo de Cooperação	01200.003191/2012-10	193.028	436.926,00	3.259.626,00	436.926,00	436.926,00	12/2012	11/2013	1
Termo de Cooperação	01200.003408/2012-91	154.042	200.000,00	1.960.000,00	200.000,00	200.000,00	08/2012	08/2013	1
Termo de Cooperação	01200.004440/2011-11	154.040	2.500.000,00		200.000,00	200.000,00	11/2011	12/2012	1
Termo de Cooperação	01200.000131/2012-45	364.102	31.842,00		31.842,00	31.842,00	01/2012	12/2012	1
Termo de Cooperação	01200.001203/2012-71	364.102	20.000,00		20.000,00	20.000,00	05/2012	06/2012	1
Termo de Cooperação	01200.001656/2012-06	364.102	75.000,00		75.000,00	75.000,00	05/2012	08/2012	4
Termo de Cooperação	01200.001997/2012-73	364.102	304.259,52		304.259,52	304.259,52	07/2012	06/2013	1
Termo de Cooperação	01200.002175/2012-18	364.102	300.000,00		300.000,00	300.000,00	07/2012	02/2013	1
Termo de Cooperação	01200.002411/2012-98	364.102	400.000,00		400.000,00	400.000,00	08/2012	12/2014	1
Termo de Cooperação	01200.003050/2012-05	364.102	862.876,00		862.876,00	862.876,00	08/2012	08/2013	1
Termo de Cooperação	01200.003072/2012-67	364.102	1.100.000,00		1.100.000,00	1.100.000,00	08/2012	08/2015	1
Termo de Cooperação	01200.003073/2012-10	364.102	1.500.000,00		1.500.000,00	1.500.000,00	08/2012	08/2015	1
Termo de Cooperação	01200.003329/2012-81	364.102	125.497,00		125.497,00	125.497,00	08/2012	03/2014	1
Termo de Cooperação	01200.003376/2012-24	364.102	400.000,00		400.000,00	400.000,00	06/2012	12/2014	1
Termo de Cooperação	01200.003449/2012-88	364.102	147.000,00		147.000,00	147.000,00	08/2012	11/2014	1
Termo de Cooperação	01200.003667/2012-12	364.102	900.000,00		400.000,00	400.000,00	09/2012	03/2016	1
Termo de Cooperação	01200.003679/2012-47	364.102	11.793.076,00		3.786.025,00	3.786.025,00	09/2013	02/2016	1
Termo de Cooperação	01200.003903/2012-09	364.102	415.868,00		169.234,00	169.234,00	09/2012	02/2014	1
Termo de Cooperação	01200.003934/2012-51	364.102	7.300.000,00		7.300.000,00	7.300.000,00	10/2012	09/2014	1
Termo de Cooperação	01200.003958/2012-19	364.102	666.000,00		666.000,00	666.000,00	10/2012	09/2013	1
Termo de Cooperação	01200.003960/2012-80	364.102	288.000,00		288.000,00	288.000,00	10/2012	09/2013	1
Termo de Cooperação	01200.003961/2012-24	364.102	30.000,00		30.000,00	30.000,00	10/2012	04/2013	1

Termo de Cooperação	01200.003962/2012-79	364.102	1.513.990,00		1.513.990,00	1.513.990,00	10/2012	09/2013	1
Termo de Cooperação	01200.004110/2012-07	364.102	375.000,00		375.000,00	375.000,00	10/2012	05/2014	1
Termo de Cooperação	01200.004225/2012-93	364.102	262.155,00		262.155,00	262.155,00	10/2012	12/2013	1
Termo de Cooperação	01200.004298/2012-85	364.102	2.195.552,00		1.097.776,00	1.097.776,00	10/2012	12/2014	1
Termo de Cooperação	01200.004300/2012-16	364.102	50.000,00		50.000,00	50.000,00	10/2012	09/2013	1
Termo de Cooperação	01200.004301/2012-61	364.102	400.000,00		200.000,00	200.000,00	11/2012	10/2014	1
Termo de Cooperação	01200.004302/2012-13	364.102	163.000,00		163.000,00	163.000,00	10/2012	09/2013	1
Termo de Cooperação	01200.004675/2012-86	364.102	500.000,00		500.000,00	500.000,00	11/2012	12/2015	1
Termo de Parceria	01200.004192/2012-08	05220369/0001-23	2.446.784,00	0,00	611.696,00	611.696,00	12/2012	12/2015	1
TOTAL GERAL			39.132.825,52	5.219.626,00	25.046.276,52	25.046.276,52			

LEGENDA

Modalidade:

Situação da Transferência:

1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso
5 - Termo de Parceria

1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído 5 - Excluído - 7 - Rescindido - 9 Arquivado

Fonte: DIOF/CGRL/SPOA/MCTI

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED									
CNPJ: 03.132.745/0001-00					UG/GESTÃO: 240101-00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1 - Convênio	01.0237.00/2005	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS	240.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	23/12/05	31/1/12	4
1 - Convênio	01.0248.00/2005	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA - FUNDEPAG	432.180,00	22.180,00	0,00	310.000,00	26/12/05	23/3/12	4
1 - Convênio	01.0086.00/2006	FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIAS ESPACIAIS - FUNCATE	1.133.297,00	163.297,80	0,00	970.000,00	29/12/06	12/1/11	4
1 - Convênio	01.0017.00/2008	Universidade Estadual de Feira de Santana	1.100.000,00	100.000,00	0,00	414.704,00	30/6/08	30/06/13	4
1 - Convênio	01.0005.00/2009	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	11.112.000,00	1.112.000,00	0,00	10.000.000,00	18/8/09	31/3/12	4
TOTAL GERAL			14.017.477,00	1.517.477,80	0	11.814.704,00			

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

Fonte: DECON/CGRL/SPOA/MCTI

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Tabela 49: QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA SEPED NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED					
CNPJ:	03.132.745/0001-00					
UG/GESTÃO:	240101-00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	1	0	0	0,00	0,00	818.786,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	31	27	43	24.334.580,52	20.501.102,25	21.560.060,50
Termo de Compromisso						
Termo de Parceira	1	0	0	611.696,00	0,00	0
Totais	33	27	43	24.946.276,52	20.501.102,25	22.378.846,50

Fonte: CGAA/SEPED – Base: DIOF/DECON/CGRL/SPOA

Análise crítica

Como pode ser observado nos quadros acima a Unidade Jurisdicionada (SEPED), realizou movimentações de créditos concedidos e recebidos por intermédio de Termos de Cooperação de Descentralização de Crédito – TDC.

Os créditos concedidos foram descentralizados às Agências de Fomento, Universidades Federais, Unidades de Pesquisa, integrante da estrutura do MCTI, com o objetivo de ampliar a base de recursos humanos qualificados, bem como a infra estrutura de laboratórios e criação de novos centros de pesquisa.

O crédito recebido oriundo do Fundo Nacional sobre Mudança tem como finalidade de apoiar a implantação do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais e, dotar de infra estrutura necessária a Sala de Situação do CEMADEN com vistas a facilitar o processamento de informações digitais e visualização de áreas de risco de desastres naturais, através de telões especiais para elaboração dos alertas e a tomada de decisão, além da comunicação com os demais atores do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, e Centros Regionais de Monitoramento, em especial o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD do Ministério da Integração Nacional, em Brasília.

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Tabela 50: QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED					
CNPJ: 03.132.745/0001-00			UG/GESTÃO: 240101-00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	1	100.000,00	0,00	100.000,00	0,0%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	26	32.696.199,52	22.577.738,52	5.380.435,00	69,05%
Termo de Compromisso					
Termo de Parceria	1	2.446.784,00	611.696,00	611.696,00	25,00%
Totais	28	35.242.983,52	23.189.434,52	6.092.131,00	65,80

Fonte: CGAA/SEPED – Base: DIOF/DECON/CGRL/SPOA

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Tabela 51: QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA SEPED NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente						
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED						
CNPJ: 03.132.745/0001-00		UG/GESTÃO: 240101-00001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)				
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	Termo de Parceria	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	32	0	1
		Montante Repassado	0,00	24.334.580,52	0	611.696,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		0	0
		Montante Repassado	0,00		0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	28	0	0
		Montante Repassado	0,00	20.501.102,25	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		0	0
		Montante Repassado	0,00		0	0
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	27	0	0
		Montante Repassado	0,00	21.560.060,50	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0	0
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	22	0	0
		Montante Repassado	0,00	15.360.333,24	0	0
Fonte: CGAA/SEPED – Base: DIOF/DECON/CGRL/SPOA						

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Tabela 52: QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E TERMO DE COOPERAÇÃO

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED					
CNPJ: 03.132.745/0001-00		UG/GESTÃO: 240101-00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Termo de Cooperação
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	13
		Montante Repassado (R\$)			0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	32
Montante Repassado (R\$)			0	24.334.580,52	
2011	Quantidade de contas prestadas			0	4
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	4
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	24
		Montante repassado (R\$)		0,00	20.501.102,25
2010	Quantidade de Contas Prestadas			0	35
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	35
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante Repassado		0,00	21.560.060,50		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0

Fonte: CGAA/SEPED – Base: DIOF/DECON/CGRL/SPOA

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS (PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Tabela 53: QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA SEPED – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		37		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		37		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		33		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3		
2. Servidores com Contratos Temporários		4		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		74		
4. Total de Servidores (1+2+3)		123		

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Tabela 54: QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SEPED – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Tabela 55: QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SEPED (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		25		
1.1. Cargos Natureza Especial	não há			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	25		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	14		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	3		
1.2.4. Sem Vínculo	não há	8		
1.2.5. Aposentados	não há			
1.2.6. Empregados públicos	não há			
2. Funções Gratificadas	não há	1		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	1		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há			
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	não há			
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	não há	26		

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

6.1.1.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Tabela 56: QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPED POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	31	40	28	11	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	2	8	14	8	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	29	32	11	2	
1.4. Empregados públicos			3	1	
2. Provimento de Cargo em Comissão		2	14	9	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		2	14	8	1
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	31	42	42	20	2

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

6.1.1.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Tabela 57: QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SEPED POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo				2	6	56		27	20
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					4	7		8	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários						49		19	6
1.4. Empregados Públicos				2	2				
2. Provimento de Cargo em Comissão					4	13		1	8
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					3	13		1	8
2.3. Funções Gratificadas					1				
3. Totais (1+2)				2	10	69		28	28

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

6.1.2 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Tabela 58: QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	2.488.698,59	973.482,640	53.309,54	68.338,08					
	2011	1.521.879,99	1.452.170,26	58.978,69						
	2010									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012	7.634.051,00								
	2011									
	2010									
Empregados Públicos										
Exercícios	2012	104.628,72								
	2011	104.628,72								
	2010	133.467,07								
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012	1.314.500,98								
	2011	631.900,10								
	2010	0,00								
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012	5.473,13								
	2011	5.052,12								
	2010									

Fonte: DAPG/CGRH/SPOA/MCTI

6.1.3 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.3.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Tabela 59: QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	-	-

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

6.1.3.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Tabela 60: QUADRO A.6.8 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	-	-

Fonte: SPOA/CGRH/COAD/DCAD

7. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS (Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012).

7.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n.º 8.730/93

7.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Tabela 61: QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA SEPED, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n.º 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n.º 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	125		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DPAG/CGRH/SPOA/MCTI

Análise Crítica

O § 2º do art. 3 do Decreto n.º 5.483, de 30 de junho de 2005 oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Esta autorização de consulta facilita o controle por parte do serviço de pessoal e traz economicidade para o Governo já que diminui a quantidade de papel recebido por ano.

A partir de 2011, todos os servidores passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda à Coordenação de Recursos Humanos, de acordo a Portaria Interministerial MP/CGU N.º 298, de 6 de setembro de 2007. Esta Portaria trata da exigência de entrega da Declaração de Imposto de Renda ou Autorização de Acesso a todo agente público, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

7.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV]

7.4.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Tabela 62: QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Carlos Afonso Nobre**, CPF nº **738.128.978-49**, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI, exercido na Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento-SEPED, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a **Termos de Cooperação, Convênio, Termo de Parceria** e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

Carlos Afonso Nobre

738.128.978-49

Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

8.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

8.2.1 Declaração Plena

Tabela 63: QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED			240.119
<p>Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por Unidade Gestora Responsável – UGR, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED (UGR 240119) e do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN (UGE 240224), observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	25/02/2013
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC n.º	DF-006666/O-1

9. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS (PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012).

9.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

Tabela 64: QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Modernização Institucional para Fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima			BRA/07/002		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2009/000507-05					
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima no setor de indústria e uso de solventes, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/06/2009	31/12/2012	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 1 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão		
Parecer 2 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 3 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 4 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 5 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 6 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 7 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 8 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 9 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					

Parecer 10 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Angela Moura Barbarulo		CPF: 275.347.648-90	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Durante o período de vigência do contrato a CIMGC não recebeu nenhum projeto da área de Indústria e Uso de Solventes.			
Código do Contrato: 2011/000533-00			
Objetivo da Consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
01/12/2011	30/11/2012	78.000,00	78.000,00
		Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
		78.000,00	78.000,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		16/01/2012	6.000,00
Produto 02: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		10/02/2012	6.000,00
Produto 03: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		08/03/2012	6.000,00
Produto 04: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		18/04/2012	6.000,00

<p>Produto 05: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	30/04/2012	6.000,00
<p>Produto 06: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	16/05/2012	6.000,00
<p>Produto 07: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	31/05/2012	6.000,00
<p>Produto 08: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	15/06/2012	6.000,00
<p>Produto 09: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	13/07/2012	6.000,00
<p>Produto 10: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	28/08/2012	6.000,00
<p>Produto 11: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	14/09/2012	6.000,00

Produto 12: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		31/10/2012	6.000,00
Produto 13: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		19/11/2012	6.000,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Breno Simonini Teixeira		CPF: 876.384.101-06	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			
Código do Contrato: 2012/000598-05			
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
10/08/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00
		6.000,00	6.000,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado

Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cláudia Virgínia Mistrorigo Freitas				CPF: 089.374.368-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Código do Contrato: 2012/000598-05					
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres com a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima nos setores de energia e de indústria e uso dos solventes, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/06/2009	31/12/2012	10.000,00	10.000,00	4.000,00	4.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer 1 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).			A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão.		
Parecer 2 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 3 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 4 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 5 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 6 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 7 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 8 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 9 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 10 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 11 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					

Parecer 12 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					
Parecer 13 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 14 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 15 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 16 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 17 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 18 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 19 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Parecer 20 - Parecer emitido contendo a análise técnica dos projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).					500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cláudia Virgínia Mistrorigo Freitas				CPF: 089.374.368-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Os pareceres de número 1 à 12 foram pagos em anos anteriores a 2012.					
Código do Contrato: 2012/000070-01					
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de tratamento de resíduos, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a	750,00	
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	

Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.	conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.	750,00	
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Eduardo Augusto Carneiro Leão Junior		CPF: 069.607.057-03
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		
Código do Contrato: 2012/000429-00		
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.		
Período de Vigência		Remuneração
Início	Término	Total Previsto no Contrato
11/05/2012	31/12/2012	15.000,00
		Total Previsto no Exercício
		15.000,00
		Total pago no Exercício
		6.000,00
		Total pago até o Final do Exercício
		6.000,00
Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.	A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		750,00
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		Contrato encerrado
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		Contrato encerrado
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		Contrato encerrado
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		Contrato encerrado

Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Felipe Esberard Leite Barbirato				CPF: 084.870.427-40	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Código do Contrato: 2012/000090-00					
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/03/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00	
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	

Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Jaqueline Barbosa do Nascimento Poole		CPF: 714.385.054-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			
Código do Contrato: 2012/000427-01			
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
11/05/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00
		6.000,00	6.000,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado

Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Joao Carlos Nascimento Alcantara				CPF: 434.639.247-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Código do Contrato: 2012/000527-00					
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/07/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00	5.250,00	5.250,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00	
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: José Maria Alves Godoi				CPF: 082.881.434-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: 2012/000472-00					
Objetivo da Consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/05/2012	12/12/2012	78.000,00	78.000,00	48.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			04/06/2012	6.000,00	
Produto 02: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			15/06/2012	6.000,00	
Produto 03: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			30/06/2012	6.000,00	
Produto 04: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			15/07/2012	6.000,00	
Produto 05: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			30/07/2012	6.000,00	

<p>Produto 06: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	06/08/2012	6.000,00
<p>Produto 07: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	31/08/2012	6.000,00
<p>Produto 08: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	17/09/2012	6.000,00
<p>Produto 09: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	01/10/2012	Contrato encerrado
<p>Produto 10: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	19/10/2012	Contrato encerrado
<p>Produto 11: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	07/11/2012	Contrato encerrado
<p>Produto 12: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	23/11/2012	Contrato encerrado

Produto 13: Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		10/12/2012	Contrato encerrado
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Luís Gustavo Vilas Bôas De Sena		CPF: 960.726.955-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			
Código do Contrato: 2012/000599-00			
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
10/08/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00
		Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
		6.000,00	6.000,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado

Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				Contrato encerrado	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Márcio Maia Vilela				CPF: 832.163.168-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Código do Contrato: 2012/000374-01					
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/04/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00	
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.				750,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Paulo Hélio Kanayama				CPF: 118.318.428-07	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Código do Contrato: 2012/000031-01					

Objetivo da Consultoria: Elaborar documentos técnicos com a análise de projetos MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), bem como preparar respostas técnicas a eventuais requerimentos recebidos e Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos avaliados e/ou outros documentos e relatórios julgados necessários, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da referida Comissão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/01/2012	31/12/2012	78.000,00	78.000,00	36.000,00	36.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			17/02/2012	6.000,00	
Produto 02:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			08/03/2012	6.000,00	
Produto 03:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			18/04/2012	6.000,00	
Produto 04:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			30/04/2012	6.000,00	
Produto 05:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.			16/05/2012	6.000,00	

<p>Produto 06:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	31/05/2012	6.000,00
<p>Produto 07:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	15/06/2012	Contrato reincidento
<p>Produto 08:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	13/07/2012	Contrato reincidento
<p>Produto 09:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	28/08/2012	Contrato reincidento
<p>Produto 10:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	14/09/2012	Contrato reincidento
<p>Produto 11:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	31/10/2012	Contrato reincidento
<p>Produto 12:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.</p>	19/11/2012	Contrato reincidento

Produto 13:Preparação de, pelo menos, quatro documentos técnicos, que podem ser: a) pareceres técnicos com análise dos projetos MDL submetidos; e/ou b) respostas a requerimentos e Ofícios recebidos, bem como preparação de Ofícios a serem enviados após análise dos projetos; e/ou c) notas técnicas e relatórios de avaliação dos projetos MDL ou outras avaliações julgadas necessárias; e/ou d) outros documentos técnicos relacionados à mudança global do clima, em especial ao MDL, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva da Comissão.		03/12/2012	Contrato reincidento
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Pedro Luiz Simpson Júnior		CPF: 647.689.451-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			
Código do Contrato: 2012/000528-00			
Objetivo da Consultoria: Elaborar pareceres técnicos sobre projetos submetidos no âmbito do MDL à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima no setor de energia, para subsidiar os trabalhos da Secretaria Executiva dessa Comissão.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
23/07/2012	31/12/2012	15.000,00	15.000,00
		Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
		6.000,00	6.000,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.		A quantidade dos pareceres a serem emitidos é apenas uma previsão, cuja confirmação dependerá da demanda estabelecida pela Comissão Interministerial da Mudança Global do Clima. Além disso, as datas previstas para entrega dos pareceres poderão ser alteradas de acordo com a conveniência da Secretaria Executiva dessa Comissão	750,00
Produto 02: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 03: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 04: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 05: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 06: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 07: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 08: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			750,00
Produto 09: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 10: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 11: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 12: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 13: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 14: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 15: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 16: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 17: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 18: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado
Produto 19: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			Contrato encerrado

Produto 20: Parecer técnico emitido a respeito de projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.	Contrato encerrado
Consultor Contratado	
Nome do Consultor: William Wills	CPF: 075.736.487-07
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: SC00873/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria para realizar estudos e análise de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC); fazer levantamento de informações atualizadas e periódicas em relação ao status das atividades de projetos MDL do Brasil e dos países membros do Protocolo da Quioto; e outros documentos técnicos julgados necessários.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/07/2012	15/04/2012	68.000,00	68.000,00	33.000,00	33.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento técnico contendo o status das atividades de projeto no âmbito do MDL do Brasil e dos países membros do Protocolo de Quioto, no período de janeiro a abril de 2012.			29/08/2012	18.000,00	
Produto 2 – Documento técnico contendo as decisões das reuniões do Conselho Executivo do MDL realizadas no primeiro semestre de 2012 com a finalidade de orientar os procedimentos do colegiado da CIMGC e da Secretaria Executiva da Comissão a respeito do ciclo de projetos MDL em consonância com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.			21/10/2012	15.000,00	
Produto 3 – Documento técnico contendo o status das atividades de projeto no âmbito do MDL do Brasil e dos países membros do Protocolo de Quioto, no período de maio a setembro de 2012.			26/01/2013		
Produto 4 – Documento técnico contendo 20 pareceres de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.			15/04/2013		
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Jerônima de Souza Damasceno				CPF: 579.385.041-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.				BRA/10/G32	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2011/000034-00 – Termo de Referência 135158					
Objetivo da Consultoria: Fornecer apoio técnico e administrativo à execução do projeto, especialmente no que se refere à implementação das parcerias a serem firmadas; ao controle físico e financeiro do projeto e à produção de relatórios técnicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

01/02/2011	01/02/2012	68.175,00	5.075,00	5.075,00	68.175,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades esenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte I.			10/02/2011	4.700,00	
Produto 2 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte II, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de janeiro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).			01/03/2011	4.100,00	
Produto 3 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte III, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de fevereiro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).			28/03/2011	4.200,00	
Produto 4 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IV, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de março de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).			25/04/2011	4.500,00	
Produto 5 Relatório contendo o levantamento e busca de documentos relacionados à Adaptação, Capacitação, Finanças, Transferência de Tecnologia, Comunicação Nacional de países não-Anexo I e Educação, Treinamento e Conscientização Pública em análise nas reuniões da Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention (AWG-LCA) e Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol (AWG-KP).			20/05/2011	4.700,00	
Produto 6 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte V, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de abril de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).			30/05/2011	4.500,00	
Produto 7 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VI, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de maio de 2011, incluindo as arcerias firmadas (se houver).			24/06/2011	4.500,00	
Produto 8 Relatório contendo o levantamento e busca de documentos relacionados à Adaptação, Capacitação, Finanças, Transferência de Tecnologia, Comunicação Nacional de países não-Anexo I e Educação, Treinamento e Conscientização Pública em análise nas reuniões das Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA) e Subsidiary Body for Implementation (SBI) em 2011.			22/07/2011	4.700,00	
Produto 9 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de junho de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).			28/07/2011	4.500,00	
Produto 10 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução			24/08/2011	4.500,00	

do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VIII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de julho de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).			
Produto 11 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IX, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de agosto de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		21/09/2011	4.500,00
Produto 12 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte X, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de setembro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		19/10/2011	4.500,00
Produto 13 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte XI, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de outubro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		14/11/2011	4.500,00
Produto 14 Relatório contendo o levantamento e busca de documentos relacionados à Adaptação, Capacitação, Finanças, Transferência de Tecnologia, Comunicação Nacional de países não-Anexo I e Educação, Treinamento e Conscientização Pública em análise nas reuniões das Conferências das Partes em 2011.		29/11/2011	4.700,00
Produto 15 Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte XII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de novembro de 2011, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		20/01/2012	5.075,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Claudia Sayuri Miyaki		CPF: 922822961-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: o contrato foi executado de acordo com o cronograma.			
Código do Contrato: 2011/000061-01 – Termo de Referência 135198			
Objetivo da Consultoria: Ampliar, atualizar e administrar sítio Mudanças Climáticas do Portal do Ministério da Ciência e tecnologia com informações concernentes à mudança do clima e resultados do inventário nacional de gases de efeito estufa, nos idiomas disponibilizados, incluindo a diagramação de relatórios técnicos, a preparação e disponibilização de documentos, desenvolver soluções sistemáticas com banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados ao projeto.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
25/05/2011	30/01/2012	88.000,00	8.000,00
		0,00	73.200,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 Relatórios/documentos técnicos diagramados referentes ao PPA-Mudanças Climáticas, pesquisas e estudos realizados, entre outros documentos necessários para disponibilização no sítio - Parte I, II e III; E/ou outros documentos que serviram de base para a elaboração da 2ª Comunicação Nacional do Brasil para disponibilização no sítio como projetos gráficos, sistemas, entre outros definidos pela Agência Executora.		18/02/2011	7.000,00

Produto 2 Relatórios/documentos técnicos diagramados referentes ao PPA-Mudanças Climáticas, pesquisas e estudos realizados, entre outros documentos necessários para disponibilização no sítio - Parte IV e VI; E/ou outros documentos necessários para disponibilização no sítio como projetos gráficos, sistemas, entre outros definidos pela Agência Executora.	28/02/2011	6.000,00
Produto 3 Desenvolver, planejar, modelar e implementar em linguagem de programação PHP com banco de dados MySQL, solução sistemática para verificação de autenticidade digital de documentos aprovados pela Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima/CIMGC presidida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a fim de verificar a autenticidade dos documentos aprovados pelo Governo Brasileiro e submetidos no Conselho Executivo das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; cadastrar os documentos e cartas de aprovação emitida no ano de 2010; treinar e dá acesso aos futuros usuários; gerar um manual de operação do sistema; documentação e códigos e scripts banco de dados.	25/03/2011	7.000,00
Produto 4 Relatório com a definição, após atualização, de estruturas de links internos e externos, diretórios e subdiretórios de todos os menus do sítio de mudanças climáticas - Parte I; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;	27/04/2011	5.500,00
Produto 5 Plano de Desenvolvimento do Sistema SIG-BRA Sistema de Controle de Rotina de Projeto, onde deverão constar os objetivos específicos e gerais para desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e controle das rotinas do projeto; definir e levantar requisitos bem como descrições de atores; e apresentar MER Físico/Lógico e Script do BD, o banco de dados deverá ser compatível para a linguagem MySQL; o sistema deverá ser planejado para ambiente web em linguagem PHP 5 ou superior para acesso compartilhado;	16/05/2011	5.800,00
Produto 6 Módulo I SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas; layout e funcionalidades do Cadastro de Consultores com controle de produtos entregues e/ou pendentes; controle de aprovação e nota técnica; controle de pagamento de produto; consultas; impressão e emissão de relatórios; digitalização de documentos necessários ao cadastro;	30/05/2011	6.150,00
Produto 7 Relatório contendo atualização do sistema de acesso restrito "Membros da Comissão" com todos os projetos devidamente cadastrados e inserção de todos os documentos recebidos - Parte 1, e/ou relação de outras atualizações inseridas no sistema;	13/06/2011	5.500,00
Produto 8 Módulo II SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas, layout e funcionalidades do Cadastro de Patrimônio do Projeto, com cadastro de bens adquiridos; controle de responsabilidade; consultas; impressão e emissão de relatórios;	28/07/2011	5.600,00
Produto 9 Relatório com a definição, após atualização, de estruturas de links internos e externos, diretórios e subdiretórios de todos os menus do sítio de mudanças climáticas - Parte II; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;	15/08/2011	6.800,00
Produto 10 Relatório contendo atualização do sistema de acesso restrito "Membros da Comissão" com todos os projetos devidamente cadastrados e inserção de todos os documentos recebidos - Parte 2, e/ou relação de outras atualizações inseridas no sistema;	27/09/2011	5.700,00
Produto 11 Módulo III SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas, layout e funcionalidades do Cadastro de Material de Consumo, com cadastro de solicitação de material de consumo; controle de quantidade adquirida; função para gerar lista de pedido e cotação; consultas; impressão e emissão de relatórios;	28/10/2011	5.650,00
Produto 12 Módulo IV SIG-BRA - implementar e definir telas de entradas, layout e funcionalidades do Controle de Relatório de Viagem, com relatórios de pendências de relatórios; controle de informações das viagens realizadas como destino, período e insumos como diárias e passagens e deslocamentos; treinar e dá acesso aos futuros usuários; gerar um manual de operação do sistema; documentação; códigos e scripts de banco de dados.	22/11/2011	6.500,00
Produto 13 Relatório com a definição, após atualização, de estruturas de links internos e externos, diretórios e subdiretórios de todos os menus do sítio de mudanças climáticas - Parte III; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;	21/12/2011	6.800,00
Produto 14 Relatório consolidado de todos os produtos desenvolvidos no âmbito dessa consultoria, contendo um levantamento final de todo o sítio de mudanças	20/01/2012	8.000,00

climáticas nos quatro idiomas, incluindo gráficos com informações de acesso, quantitativo de páginas, entre outras informações importantes.			
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Pedro Renato Barbosa		CPF: 867958481-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: o consultor solicitou rescisão do contrato em 11 de novembro de 2012.			
Código do Contrato: 2011/000114-01 – Termo de Referência 135305			
Objetivo da Consultoria: Preparação e análise de documentos técnicos referentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e a outros estudos relacionados à preparação da Terceira Comunicação Nacional do Brasil; levantamento das Comunicações Nacionais de países do Anexo I e dos países que pertencem ao grupo não-Anexo I; e atendimento às solicitações da equipe técnica da Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMC/MCT.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
16/03/2011	16/03/2012	95.275,00	8.400,00
		4.200,00	95.275,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Relatório contendo levantamento das Comunicações Nacionais dos países do Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010, incluindo CD com arquivo eletrônico das principais Comunicações, para arquivo no projeto.		18/03/2011	8.500,00
Produto 2 - Relatório contendo o resultado dos trabalhos das reuniões dos Grupos Methodology Panel, Accreditation Panel e Small Scale WG e Afforestation WG do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para acompanhamento das medidas de regulação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e suas implicações para o Brasil para a Terceira Comunicação Nacional.		29/03/2011	8.300,00
Produto 3 - Relatório contendo levantamento das Comunicações Nacionais dos países Não-Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010, incluindo CD com arquivo eletrônico das principais Comunicações, para arquivo no projeto.		18/04/2011	7.600,00
Produto 4 - Relatório contendo o resultado dos trabalhos das reuniões do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para acompanhamento das medidas de regulação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e suas implicações para o Brasil para a Terceira Comunicação Nacional.		28/04/2011	7.575,00
Produto 5 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte I; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.		06/06/2011	4.200,00
Produto 6 - Relatório contendo o resultado dos trabalhos de supervisão das resenhas referentes ao período de janeiro a abril de 2010, incluindo CD com todas as notícias selecionadas para o sistema "Saiu na Imprensa".		11/07/2011	5.000,00
Produto 7 - Relatório de verificação das informações inseridas nas páginas de Mudanças Climáticas do MCT, em português e inglês, para garantir que a informação está sendo publicada igualmente nas duas línguas, indicando as informações necessárias a serem acrescentadas na página e propondo eventuais alterações para melhoria e/ou compatibilização - Parte 01.		28/07/2011	8.500,00
Produto 8 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte II; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.		11/08/2011	4.200,00

Produto 9 - Relatório de verificação das informações inseridas nas páginas de Mudanças Climáticas do MCT, em português e inglês, para garantir que a informação está sendo publicada igualmente nas duas línguas, indicando as informações necessárias a serem acrescentadas na página e propondo eventuais alterações para melhoria e/ou compatibilização - Parte 02.	31/08/2011	8.500,00			
Produto 10 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte III; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	30/09/2011	4.200,00			
Produto 11 - Relatório contendo o resumo das emissões de gases de efeito estufa das Comunicações Nacionais dos países do Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010.	24/10/2011	8.500,00			
Produto 12 - Relatório contendo o resumo das emissões de gases de efeito estufa das Comunicações Nacionais dos países Não-Anexo I publicadas entre os anos de 2009 e 2010.	11/11/2011	7.600,00			
Produto 13 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte IV; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	02/12/2011	4.200,00			
Produto 14 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte V; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	13/01/2012	4.200,00			
Produto 15 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte VI; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	10/02/2012	4.200,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Jerônima de Souza Damasceno	CPF: 579385041-49				
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: a execução do produto 14 ocorreu em 2011, e o pagamento foi antecipado para 13 de dezembro de 2012. O contrato foi rescindido em 7 de fevereiro de 2012, a pedido da consultora.					
Código do Contrato: 2011/000115-00 – Termo de Referência 135313					
Objetivo da Consultoria: Preparação e análise de documentos técnicos referentes ao Terceiro Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa; levantamento dos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa dos países pertencentes ao Anexo I da Convenção e dos Inventários de Emissões contidos nas Comunicações Nacionais dos países não pertencentes ao Anexo I; e atendimento às solicitações da equipe técnica da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima - MCT lotada no Rio de Janeiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/03/2011	23/03/2012	46.262,00	8.400,00	4.200,00	17.705,40
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Relatório contendo levantamento dos Inventários Nacionais dos países do Anexo I, publicados no ano de 2010, incluindo CD com arquivo eletrônico dos principais Inventários Nacionais, para arquivo no projeto.				01/04/2011	8.500,00

Produto 2 - Relatório contendo levantamento da parte referente ao Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa contido nas Comunicações Nacionais dos países não pertencentes ao Anexo I da Convenção, destacando as principais diferenças formais e metodológicas.	29/04/2011	8.362,00
Produto 3 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte I; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	28/07/2011	4.200,00
Produto 4 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte II; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	26/08/2011	4.200,00
Produto 5 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte III; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	22/09/2011	4.200,00
Produto 6 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte IV; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	25/10/2011	4.200,00
Produto 7 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte V; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	21/11/2011	4.200,00
Produto 8 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte VI; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	13/01/2012	4.200,00
Produto 9 - Análise de adequação, conforme documento de projeto, e propostas de melhorias dos Termos de Referência para a elaboração de Relatório de Referência dos trabalhos técnicos a serem contratados para o Terceiro Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa - Parte VII; e/ou preparação de outros documentos técnicos julgados necessários à condução dos trabalhos no âmbito do Projeto BRA/10/G32.	06/02/2012	4.200,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Márcia dos Santos Pimenta	CPF: 864740657-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: foi previsto no Termo de Referência que “a ordem e data de entrega dos produtos acima poderão ser alterados, de acordo com interesse e conveniência da Agência Executora do projeto”. O escritório da CGMC no Rio de Janeiro foi desativado em meados de 2011, impactando na execução do contrato de forma que a consultora entregou somente 5 produtos. Os produtos de 1 a 4 foram executados e pagos em 2011 e o produto 5, em 2012.		
Código do Contrato: 2011/000510-01 – Termo de Referência 136012		
Objetivo da Consultoria: Ampliar, atualizar e administrar sítio Mudanças Climáticas do Portal do Ministério da Ciência e Tecnologia com informações concernentes à mudança do clima e resultados do inventário nacional de gases de efeito estufa, nos idiomas disponibilizados, incluindo a preparação e disponibilização de documentos, desenvolverá soluções sistemáticas com banco de dados e outros instrumentos que auxiliem os trabalhos relacionados ao projeto.		

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/11/2011	14/11/2012	80.000,00	74.500,00	74.500,00	80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte I; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				02/12/2011	5.500,00
Produto 02 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte II; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				06/01/2012	5.500,00
Produto 03 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte III; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				24/01/2012	5.500,00
Produto 04 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte IV; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				16/02/2012	5.500,00
Produto 05 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte V; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				22/03/2012	5.500,00
Produto 06 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte VI; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				10/04/2012	5.500,00
Produto 07 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte VII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				02/05/2012	5.500,00
Produto 08 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte VIII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				29/05/2012	5.500,00
Produto 09 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte IX; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				21/06/2012	5.500,00
Produto 10 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte X; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				06/07/2012	5.500,00
Produto 11 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte XI; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				01/08/2012	5.500,00
Produto 12 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte XII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				27/08/2012	5.500,00
Produto 13 - Relatório contendo descrição das atualizações dos menus do sítio de mudanças climáticas - Parte XIII; e/ou outras atividades desenvolvidas no período;				25/09/2012	5.500,00
Produto 14 - Relatório consolidado de todos os produtos desenvolvidos no âmbito dessa consultoria, contendo um levantamento final de todo o sítio de mudanças climáticas nos quatro idiomas: gráficos com informações de acesso, quantitativo de páginas, entre outras informações importantes.				14/11/2012	8.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Henrique Silva Moura				CPF: 724797601-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: foi solicitado pela direção do projeto a prorrogação de vigência do contrato para 14 de dezembro de 2012 em razão de alteração nas datas de entrega de alguns produtos, para atender demanda do projeto.					
Código do Contrato: 2012/000444-01 – Termo de Referência 136877					
Objetivo da Consultoria: Fornecer apoio técnico à execução do projeto, especialmente no que se refere à implementação das parcerias a serem firmadas; ao controle físico e financeiro do projeto e à produção de relatórios técnicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/05/2012	24/05/2013	101.250,00	64.800,00	33.650,00	33.650,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

<p>Produto 01: Estruturação do arquivo para adequação às necessidades do Projeto BRA/10/G32, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • processos de compras; • processos de viagens; • processos seletivos. <p>Deverá ser apresentada planilha eletrônica contendo o controle de número dos processos por ano, assunto e localização; e relatório de outras atividades desenvolvidas no período julgadas necessárias.</p>	08/06/2012	6.200,00
<p>Produto 02: Estruturação do arquivo para adequação às necessidades do Projeto BRA/10/G32, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • produtos de consultores, notas de autorização de pagamentos e telas impressas dos pagamentos efetuados. <p>Deverá ser apresentado relatório de controle de entrega de produtos dos consultores contratados no âmbito deste projeto. Este relatório deverá conter a data de entrega dos produtos, número da Nota de Autorização de Pagamento emitida, número e data de processamento do referido pagamento.</p>	29/06/2012	6.200,00
<p>Produto 03: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte I, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de janeiro a abril de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	09/07/2012	7.600,00
<p>Produto 04: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do projeto BRA/10/G32 para submissão no sistema SIGAP/ABC, referente ao primeiro semestre de 2012 (janeiro a junho).</p>	31/07/2012	6.800,00
<p>Produto 05: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte II, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de maio e junho de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	27/08/2012	7.600,00
<p>Produto 06: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte III, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de julho de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	28/09/2012	7.600,00
<p>Produto 07: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IV, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de agosto de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	25/10/2012	7.600,00
<p>Produto 08: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte V, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de setembro de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	19/11/2012	7.600,00
<p>Produto 09: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VI, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de outubro de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).</p>	14/12/2012	7.600,00
<p>Produto 10: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de novembro de 2012,</p>	14/01/2013	7.600,00

incluindo as parcerias firmadas (se houver).			
Produto 11: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do projeto BRA/10/G32 para submissão no sistema SIGAP/ABC, referente ao segundo semestre de 2012 (julho a dezembro).		11/02/2013	6.800,00
Produto 12: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VIII, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		14/03/2013	7.600,00
Produto 13: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do GEF (PIR) do projeto BRA/10/G32; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto.		11/04/2013	6.850,00
Produto 14: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IX, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de fevereiro e março de 2013, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		13/05/2013	7.600,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Claudia Sayuri Miyaki		CPF: 922822961-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: os quatro primeiros produtos foram realizados e pagos conforme cronograma de execução; por demanda da execução do projeto, foi solicitada a antecipação da entrega do produto 13. O contrato foi rescindido em 15 de agosto de 2012, a pedido da consultora.			
Código do Contrato: 2012/000723-01 – Termo de Referência 137585			
Objetivo da Consultoria: Fornecer apoio técnico à execução do projeto, especialmente no que se refere à implementação das parcerias a serem firmadas; ao controle físico e financeiro do projeto e à produção de relatórios técnicos.			
Período de Vigência		Remuneração	
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício
11/09/2012	07/06/2013	67.600,00	30.400,00
		Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
		30.400,00	30.400,00
Insumos Externos			
Produtos Contratados			
Descrição		Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte II, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de maio e junho de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		17/09/2012	7.600,00
Produto 02: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor.		05/10/2012	7.600,00
Produto 03: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IV, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de agosto de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		05/11/2012	7.600,00
Produto 04: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte V, bem		10/12/2012	7.600,00

como controle financeiro do projeto referente ao mês de setembro de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).		
Produto 05: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor.	14/01/2013	7.600,00
Produto 06: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VII, bem como controle financeiro do projeto referente ao mês de novembro de 2012, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	18/02/2013	7.600,00
Produto 07: Elaboração e consolidação do Relatório de Progresso do projeto BRA/10/G32 para submissão no sistema SIGAP/ABC, referente ao segundo semestre de 2012 (julho a dezembro).	24/03/2013	6.800,00
Produto 08: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte VIII, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	13/05/2013	7.600,00
Produto 09: Relatório contendo todos os procedimentos adotados para execução do projeto BRA/10/G32, tais como: processos de compras, processos seletivos, processos de viagens; e outros relatórios que identifiquem atividades desenvolvidas pelo consultor para apoio na execução do projeto - Parte IX, bem como controle financeiro do projeto referente aos meses de fevereiro e março de 2013, incluindo as parcerias firmadas (se houver).	08/06/2013	7.600,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Flávia Talavera de Azeredo	CPF: 761759281.72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: esta consultora foi contratada em substituição à consultora Claudia Sayuri Miyaki, contrato 2012/000444-01, rescindido, a pedido, em 15 de agosto de 2012. Em 2012 o contrato foi executado conforme cronograma de execução. A consultora solicitou rescisão de contrato em 17 de dezembro de 2012.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente				PNUMA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Assistência Preparatória- Opções de Mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em Setores Essenciais no Brasil				GFL-0061-4B49-2722	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2011-19					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é conceber o plano de trabalho detalhado e submeter o projeto <i>full-sized</i> (FSP) preliminar, detalhando a concepção do projeto final, seus arranjos de implementação e o plano de monitoramento e avaliação (M&E) do Projeto "Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil" para satisfazer os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> (GEF) e do PNUMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício (Reais)
25/10/2011	21/03/2012	USD 16.000* Contrato assinado em dólar	USD 16.000	R\$ 4.650,00	R\$ 4.650,00
Insumos Externos					
Diárias: 207,00; Rescisão Contratual: R\$ 21.131,00**					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor (reais)

Submissão de uma proposta de plano de trabalho detalhado.	09/11/2011	R\$ 4.650,00
Relatório sobre a análise de custo-eficiência e a definição de uma estratégia de sustentabilidade institucional e financeira para o Projeto.	25/11/2011	Não foi pago.
Esboço do documento do Projeto <i>Full Sized</i> , incluindo sugestões de componentes, produtos e atividades do projeto, a matriz de estrutura lógica para o projeto, com conjuntos de indicadores adequados e o orçamento total, incluindo os arranjos de co-financiamento; e Requisição de Aprovação ao CEO.	25/12/2011	Não foi pago.
Versão final do Documento de Projeto <i>Full Sized</i> , relatando respostas aos comentários do GEFSEC e análises relacionadas ao Documento de Projeto e Requisição de Aprovação Final ao CEO.	23/01/2012	Não foi entregue.
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Carlos Augusto Feu Alvim da Silva	CPF: 011424456-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: A SEPED solicitou a rescisão do contrato porque os produtos 2 e 3 foram entregues com grande atraso . Tendo em vista o exíguo prazo restante para a finalização do Documento de Projeto, solicitou-se a rescisão do referido contrato, pois os serviços até então prestados não avançavam no sentido de um documento final apresentado tempestivamente. **Foi acordado, pelo PNUMA, o pagamento de um valor a título de rescisão contratual em virtude das regras de contratação da agência, que exigiam um acordo entre as partes para efetuar a rescisão, prevendo o pagamento de compensação em base <i>pro rata</i> tendo em consideração a quantidade de trabalho realizada até então pelo consultor, nos termos da Cláusula 9 do referido contrato. O acordo foi necessário para que a Assistência Preparatória tivesse andamento a partir da contratação de outro consultor para concluir o desenvolvimento da proposta de Projeto com a qualidade desejada pelo MCTI (versão final do Documento de Projeto).		
Código do Contrato: ROLAC-BR-2011-092		
Objetivo da Consultoria: Revisar a concepção final do projeto “Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil” e documentos relacionados a ele, incluindo anexos, planos e relatórios para assegurar que estes satisfazem os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> (GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ao mesmo tempo, o consultor deve prestar assistência ao principal coordenador do projeto para definir uma estratégia que irá assegurar a sustentabilidade institucional e financeira do Projeto e desenvolver um plano de monitoramento e avaliação.		
Período de Vigência		Remuneração
Início	Término	Total Previsto no Contrato
27/01/2012	20/05/2012	USD 7.500* Contrato assinado em dólar
		Total Previsto no Exercício
		USD 7.500
		Total pago no Exercício
		USD 7.500 Pagamentos são feitos em dólar por se tratar de consultor internacional
		Total pago até o Final do Exercício
		USD 7.500,00
Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório sobre uma estratégia proposta de sustentabilidade institucional e financeira e um plano de monitoramento e avaliação para o Projeto.	30/01/2012	USD 3.000
Relatório sobre a revisão dos esboços dos documentos de projeto <i>full</i> , ou seja, o Documento de Sanção/Aprovação do Presidente do GEF e o Documento de Projeto do PNUMA, incluindo componentes, produtos e atividades do projeto; a matriz de estrutura lógica para o Projeto com conjuntos de indicadores adequados e o orçamento total, incluindo os arranjos de co-financiamento; as linhas de orçamento do PNUMA e dos co-financiadores, a análise de custo incremental, a análise da matriz de estrutura lógica, o plano de trabalho e o cronograma, os produtos-chave e	15/02/2012	USD 4.500

pontos de referência e o plano de M&E orçamentado.					
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Andrew Kennedy				CPF: N/A	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2011-18					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é coletar e analisar dados sobre o custo e eficiência de oportunidades de mitigação para diferentes setores para o Fundo de Preparação do Projeto (PPG) do Projeto "Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil" para satisfazer os requisitos do <i>Global Environmental Facility</i> (GEF) e do PNUMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/10/2011	30/04/2012	USD 3.800* Contrato assinado em dólar	USD 3.800	R\$ 3.600* Pagamentos são feitos em reais de acordo com taxa da ONU no período	R\$ 3.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega D = data de assinatura do contrato	Valor	
Relatório sobre a análise da linha de base para avaliar as condições passadas e presentes para a identificação de custo e eficiência das oportunidades de mitigação para diferentes setores (energia, indústria, transporte, construção civil, etc.), após coletar dados/informações de linha de base do desempenho passado da economia como um todo ou de setores especiais.			25/11/2011	USD 1.800 Pago: R\$ 3.600	
Relatório apresentado as barreiras possíveis e potenciais para a identificação de custo e eficiência das oportunidades de mitigação para diferentes setores (energia, indústria, transporte, construção civil, etc.), incluindo maneiras para superar tais barreiras sob a proposta do projeto e a identificação de melhores práticas de envolvimento de atores interessados.			25/12/2011	Não foi pago. O contrato foi rescindido após o produto 1.	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Omar Campos Ferreira				CPF: 000749186-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: o contrato foi rescindido em 30/06/2012, por motivo de atraso na entrega dos produtos previstos.					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2012-09					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é prestar assistência à equipe do PPG na preparação do documento de projeto final do Projeto "Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil" para satisfazer os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> (GEF) e do PNUMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/03/2012	30/04/2012	USD 4.000* Contrato assinado em dólar	USD 4.000	R\$ 7.280* Pagamentos são feitos em reais de acordo com a taxa da ONU no período	R\$ 7.280,00
Insumos Externos					

Diárias:					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Relatório apresentando componentes, produtos, atividades e respectivo plano de trabalho e orçamento relacionados à: 1- avaliação do potencial de redução de emissões de GEE e estimativa dos custos de abatimento para o setor de energia; 2- avaliação do potencial de redução de emissões de GEE e estimativa dos custos de abatimento para o setor de transportes; 3- avaliação do potencial de redução de emissões de GEE e estimativa dos custos de abatimento para alternativas de mitigação intersetoriais.		09/03/2012		R\$ 7.280,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Regis Rathmann				CPF:	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato executado conforme cronograma de execução.					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2011-16					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é coletar e analisar dados sobre biocombustíveis que se aplicam à estrutura metodológica do Global Bio-energy Partnership (GBEP) para o <i>Project Preparation Grant</i> (PPG) do Projeto “Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil” para satisfazer os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> e do PNUMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/10/2011	30/04/2012	USD 4.000 * Contrato assinado em dólar	USD 4,000* Contrato assinado em dólar	R\$ 7.160,00 Pagamentos são feitos em reais de acordo com a taxa da ONU no período	R\$ 7.160,00
Insumos Externos					
Diárias: R\$ 207,10					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Relatório sobre a aplicação da estrutura metodológica do GBEP na avaliação da Análise do Ciclo de Vida (LCA) das reduções de emissões de GEE do uso de biocombustíveis para diferentes análises LCA feitas para a produção de biocombustível a partir de três matérias-primas diferentes para a produção de biodiesel e a partir da cana-de-açúcar para a produção de etanol.		25/11/2011		R\$ 3.720,00	
Relatório apresentado as vantagens e desvantagens da aplicação da estrutura metodológica na avaliação da redução de emissões de GEE a partir do uso de biocombustíveis, incluindo alternativas para superar as desvantagens identificadas.		25/12/2011		R\$ 3.440,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Camila Ortolan de Oliveira				CPF: 312.459.628-50	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2012-14					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é prestar assistência à equipe do PPG na preparação do Projeto <i>Full-Sized</i> “Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil”, detalhando a concepção final do projeto, seu orçamento, matriz de estrutura lógica, plano de trabalho e o plano de monitoramento e avaliação (M&E), para satisfazer os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> e do PNUMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/04/2012	30/04/2012	USD 4.000	USD 4.000	R\$ 7.480,00	R\$ 7.480,00

		* Contrato assinado em dólar	* Contrato assinado em dólar	* Pagamentos são feitos em reais de acordo com a taxa da ONU no período	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Versão final do Documento de Projeto final incluindo todos os anexos e apêndices, assim como os comentários feitos pelo PNUUMA e pelo GEF sobre o documento.			20/04/2012		R\$ 7.480,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: André Frossard Pereira de Lucena				CPF: 051.834.317-01	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato executado conforme cronograma de execução.					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2011-17					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é coletar e analisar os dados nos cenários de emissão de longo prazo para o <i>Project Preparation Grant</i> (PPG) do Projeto “Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil” para satisfazer os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> e do PNUMA.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/10/2011	30/04/2012	USD 4.000 *Contrato assinado em dólar	USD 4.000	R\$ 7.049,00 * Pagamentos são feitos em reais de acordo com taxa da ONU no período	R\$ 7.160,00
Insumos Externos					
Diárias: 207,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Relatório sobre a análise de linha de base para avaliar as condições passadas e presentes para o desenvolvimento de cenários de emissões de longo prazo para diferentes setores (energia; florestas; indústrias; agropecuária; transportes; construção civil; resíduos), após coletar dados/informações de linha de base sobre o desempenho passado da economia como um todo ou de setores especiais.			25/11/2011		R\$ 2.223,00
Relatório apresentando as barreiras possíveis e potenciais para o desenvolvimento de cenários de emissão de longo prazo, incluindo maneiras de superar tais barreiras sob a proposta do projeto e a identificação de melhores práticas para o envolvimento de atores interessados.			05/12/2011		R\$ 2.418,00
Relatório apresentando a possível proposta de três diferentes cenários de longo prazo, seus respectivos principais variáveis e <i>storyboard</i> de cada cenário e respectiva definição.			25/12/2011		R\$ 2.408,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Olga Guidicini				CPF: 028.100.508-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato executado conforme cronograma de execução.					
Código do Contrato: ROLAC-BR-2011-08					
Objetivo da Consultoria: O objetivo desta consultoria é prestar assistência à equipe do PPG na preparação do documento de projeto final do Projeto “Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave no Brasil” para satisfazer os requisitos do <i>Global Environment Facility</i> (GEF) e do PNUMA. Neste caso, é necessário um especialista em formulação de projetos focados em mudanças globais do clima, especialmente em mitigação de emissões de gases de efeito estufa. O consultor será responsável por assistir a equipe do <i>Project Preparation</i>					

Grant (PPG), apoiando a elaboração e a submissão do projeto <i>full-sized</i> .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/03/2012	30/04/2012	USD 4.000 * Contrato assinado em dólar	USD 4.000	R\$ 7.280,00 * Pagamentos são feitos em reais de acordo com taxa da ONU no período	R\$ 7.280,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório apresentado os componentes, produtos, atividades, respectivo plano de trabalho e orçamento relacionado a: 1- a avaliação do potencial de redução de emissões de GEE e estimativa dos custos de abatimento para o setor de indústrias; 2- a análise dos impactos de políticas de baixo carbono na economia brasileira; 3- apoiar o Governo brasileiro para construir e fortalecer sua capacidade técnica para implementar suas ações de mitigação.			09/03/2012	R\$ 7.280,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: : Bruno Soares Moreira Cesar Borba				CPF: 090.908.677-08	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: contrato executado conforme cronograma de execução.					

28.2 Análise Crítica

A análise crítica da contratação de consultores na modalidade “Produto” deverá explicitar o entendimento do gestor quanto à eficácia da adoção deste mecanismo de aquisição de conhecimento especializado no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais executados na UJ.

A principal justificativa para a contratação de consultores na modalidade produto diz respeito à necessidade de adquirir conhecimentos especializados, atendendo a demandas de caráter inconstante. Desse modo, os consultores são demandados conforme a necessidade de produção de informações específicas, apresentadas no formato de produto. A contratação de servidores permanentes para a realização de tais atividades não se justificaria, uma vez que tais servidores especialistas ficariam ociosos com frequência, em não havendo demandas específicas por seus conhecimentos especializados.

Quanto à eficácia da adoção desse mecanismo de aquisição de conhecimento especializado, convém analisar os três projetos que, no âmbito da CGMC, contaram com os serviços de consultores.

O Projeto “Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” – BRA/10/G32, cujo objetivo é “ajudar o Governo do Brasil a realizar as atividades necessárias para preparar a Terceira Comunicação Nacional à Conferência das Partes, em conformidade com a Convenção do Clima”, contou com o apoio de 5 (cinco) consultores especializados no ano de 2012, cujas atribuições incluíam: conhecimento especializado em execução de projetos da área de mudanças climáticas e que são inconstantes visto que uma vez celebradas as cartas de acordo, não há mais a necessidade de análises; e conhecimento especializado em sistemas de execução de projetos do Pnud Atlas e Extranet.

São resultados previstos para o Projeto: (i) inventário de gases de efeito estufa nacional para o período 2000-2010 elaborado e séries temporais para 1990-2000 refinadas para os principais setores emissores; (ii) circunstâncias nacionais, medidas tomadas ou previstas, limitações e necessidades avaliadas como subsídios para a implementação da Convenção do Clima no Brasil; (iii) vulnerabilidades setoriais e

regionais à mudança do clima avaliadas por meio de metodologias e modelos climáticos aperfeiçoados; (iv) Terceira Comunicação Nacional do Brasil publicada e apresentada ao Governo e às partes interessadas em nível nacional.

É digno de nota que considerando o total de cinco consultores: dois consultores tiveram apenas um produto apresentado, apreciado e pago, pois se tratavam de contratos em fase de finalização, sem previsão de renovação; dois consultores apresentaram contratações complementares, sendo que só houve contratação de um segundo consultor pelo fato de o primeiro ter optado por romper o contrato; e um consultor trabalhou ao longo de 2012, cumprindo a totalidade do que foi estabelecido pelo termo de referência.

Por sua vez, para a consecução dos objetivos do Projeto “Modernização Institucional para Fortalecimento da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima” – BRA/07/002, foram contratados 12 (doze) consultores ao longo de 2012, conforme já detalhado previamente neste documento. O Projeto tem como resultados específicos: (i) o estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC; (ii) o estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMGC; (iii) o desenvolvimento de programas de capacitação e gerenciamento de informações em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; e (iv) a implementação de um programa de apoio ao credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL e ao estabelecimento de painéis técnicos.

Todos os consultores tinham experiência prévia em MDL, tendo sido contratados para compor um painel de especialistas responsável pela análise de projetos e emissão de pareceres, como subsídio à atuação da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Os produtos (pareceres) do painel de especialistas foi fundamental para que o Brasil tivesse condições de analisar todas as atividades de projeto MDL apresentadas até dezembro de 2012, tendo em vista o aumento expressivo de submissões por conta do encerramento do primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto, com o conseqüente fechamento do mercado europeu para os créditos de carbono provenientes destas atividades de projeto.

Por fim, ao longo de 2012, a CGMC também teve por tarefa desenvolver um Documento de Projeto completo intitulado “Projeto Opções de Mitigação em Setores-Chave do Brasil” para submissão ao Fundo Global para o Meio ambiente (GEF), uma vez que a pré-proposta de financiamento já havia sido aprovada pelo Secretariado do Fundo. Os recursos externos para a fase de assistência preparatória foram destinados basicamente à contratação de consultores especializados. A proposta tem forte caráter técnico-científico, pois é voltada para a realização de estudos para subsidiar a tomada de decisão sobre ações de mitigação do governo brasileiro bem como sobre a posição do Brasil nas negociações internacionais. Contratada a equipe de consultores, verificou-se que a qualidade de alguns produtos apresentados estava aquém da desejada, além de ter havido grande atraso na entrega. Assim, tendo em vista a não-aderência aos Termos de Referência e o fato de que os serviços prestados por dois dos consultores não avançavam no sentido de um documento final satisfatório e apresentado tempestivamente, houve cancelamento de dois contratos, com base em parecer técnico. Considerando o exíguo prazo restante para a finalização dos documentos, houve a contratação direta, em caráter de urgência e dentro dos limites orçamentários permitidos pelas regras do PNUMA, de especialistas com reconhecido conhecimento técnico-científico nas áreas abrangidas pela proposta.

Dada a especificidade deste tipo de trabalho, com foco em estudos com rigor científico, fez-se, de fato, necessária a contratação de consultores com profundos conhecimentos nos temas abordados para que houvesse a correta identificação das lacunas existentes em termos de pesquisa científica e tecnológica, ensejando, portanto, uma parceria com a academia.

9.2 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto” no Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN)

Tabela 65: QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 001/016/2012					
<p>Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para definir uma arquitetura para soluções de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho será Campinas – SP. INÍCIO DO ITEM A. DESCRIÇÃO: Experiência em definições de arquitetura de soluções de monitoramento e gerenciamento de redes de sensores e equipamentos; Experiência em protocolos padronizados para redes de dispositivos de aquisição de dados (ex ModBus); Experiência em redes de comunicação GSM/GPRS;</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/11/2012	25/11/2013	R\$ 168.000,00	R\$	R\$	R\$
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>Produto 01: Documento preliminar da arquitetura da operação piloto da solução, contendo visão geral da solução, detalhamento de como os requisitos da operação piloto são atendidos na visão geral preliminar, modelo lógico de alto nível e especificação preliminar do atendimento às tecnologias da rede de sensores, e implantação da solução;</p> <p>Produto 02: Plano de iterações (operação-piloto e operação-completa), especificando conjunto de requisitos macros a serem atendidos e posteriormente implementados a cada iteração de maneira a convergir para a solução;</p> <p>Produto 03: Documento descrevendo os padrões da solução e estratégia de interoperabilidade e reuso, incluindo padrões técnicos e de especificação a serem seguidos;</p> <p>Produto 04: Documento de especificação da arquitetura da solução (operação-completa), contendo todas as visões de produto, incluindo requisitos, lógica, processo, implantação e implementação;</p> <p>Produto 05: Guia de design e implementação a serem seguidos pelos profissionais de forma a possibilitar a aderência da solução à arquitetura</p> <p>Produto 06: Relatório técnico final com a avaliação da aderência da solução à arquitetura especificada.</p>			1º Produto: 23/01/2013	Produto 1: R\$ 30.000,00	
			2º Produto: 10/03/2013	Produto 2: R\$ 38.000,00	
			3º Produto: 25/05/2013	Produto 3: R\$ 20.000,00	
			4º Produto: 10/07/2013	Produto 4: R\$ 35.000,00	
			5º Produto: 01/09/2013	Produto 5: R\$ 25.000,00	
			6º Produto: 25/11/2013	Produto 6: R\$ 20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alberto Barbosa			CPF: 147.520.501-53		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					

Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 001/014/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para usar os requisitos e elaborar o projeto de testes de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação-completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho será Campinas – SP.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/12/2012	09/12/2013	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo: Plano de Teste do sistema para operação-piloto, contendo: (i) resultado da avaliação de requisitos realizada, realçando requisitos incompletos, inconsistentes ou ambíguos, (ii) objetivo do teste, riscos associados ao sistema, definição do escopo, abordagem, tarefas, ambiente, equipe e cronograma detalhado do teste;			1º Produto: 01/03/2013	Produto 1: R\$ 15.000,00	
Produto 02: Documento técnico contendo: Projeto de Teste do sistema para operação-piloto, contendo: (i) identificação e priorização dos cenários de teste, (ii) projeto, priorização e documentação dos casos de teste, (iii) elaboração dos procedimentos de teste, (iv) definição da base de dados de teste;			2º Produto: 14/04/2013	Produto 2: R\$ 20.000,00	
Produto 03: Documento técnico contendo: Relatório de Teste do sistema para operação-piloto, contendo: (i) a relação dos casos de teste realizados e os resultados dos testes, (ii) a relação dos casos de teste que identificaram erros em cada ciclo de teste, (iii) a relação dos casos de teste corrigidos e re-testados, (iv) a relação dos casos de teste não corrigidos ao final do último ciclo de teste;			3º Produto: 27/06/2013	Produto 3: R\$ 15.000,00	
Produto 04: Documento técnico contendo: Plano de Teste do sistema para operação-completa, contendo: (i) resultado da avaliação de requisitos realizada, realçando requisitos incompletos, inconsistentes ou ambíguos, (ii) objetivo do teste, riscos associados ao sistema, definição do escopo, abordagem, tarefas, ambiente, equipe e cronograma detalhado do teste;			4º Produto: 10/09/2013	Produto 4: R\$ 19.000,00	
Produto 05: Documento técnico contendo: Projeto de Teste do sistema para operação-completa, contendo: (i) identificação e priorização dos cenários de teste, (ii) projeto, priorização e documentação dos casos de teste, (iii) elaboração dos procedimentos de teste, (iv) definição da base de dados de teste;			5º Produto: 01/11/2013	Produto 5: R\$ 24.000,00	
Produto 06: Documento técnico contendo: Relatório de Teste do sistema para operação-completa, contendo: (i) a relação dos casos de teste realizados e os resultados dos testes, (ii) a relação dos casos de teste que identificaram erros em cada ciclo de teste, (iii) a relação dos casos de teste corrigidos e re-testados, (iv) a relação dos casos de teste não corrigidos ao final do último ciclo de teste;			6º Produto: 09/12/2013	Produto 6: R\$ 27.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Daniela Muscelli Starling				CPF: 252.741.148-73	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 001/015/2012					
<p>Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para Especificação e Configuração de Ambientes de Sistemas Distribuídos baseados em Internet e redes móveis, que sirva como infraestrutura ao desenvolvimento, implantação e operação de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação-completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho é Campinas – SP. CONTINUAÇÃO ITEM D. CURSOS E HABILIDADES ESPECÍFICAS: Conhecimento de IDE de software aberto (eclipse). Conhecimento de sistemas operacionais de software aberto (servidores e estações de trabalho linux: CentOS, Redhat, Ubuntu).</p>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/12/2012	06/12/2013	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p>Produto 01: Relatório técnico contendo a especificação de requisitos da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da operação-piloto, contendo: a) requisitos funcionais que definam as capacidades da infraestrutura necessária para o atendimento aos requisitos para o desenvolvimento do protótipo e; b) requisitos não-funcionais associados (desempenho, segurança, confiabilidade, ferramentas de desenvolvimento, etc).</p>			1º Produto: 15/01/2013	Produto 1: R\$ 15.000,00	
<p>Produto 02: Relatório técnico descrevendo a infraestrutura adotada para suporte ao desenvolvimento da operação-piloto, contendo: a) arquitetura da infraestrutura (sistema operacional dos servidores, clusters, componentes da DMZ, firewall, mecanismos de controle de usuários, etc); b) descrição dos parâmetros de configuração dos servidores de aplicação e de banco de dados adotados; c) descrição dos parâmetros de configuração das ferramentas de desenvolvimento adotadas (IDEs, SDKs).</p>			2º Produto: 12/03/2013	Produto 2: R\$ 20.000,00	
<p>Produto 03: Relatório técnico descrevendo a infraestrutura para suporte operacional à operação-piloto;</p>			3º Produto: 10/05/2013	Produto 3: R\$ 17.000,00	
<p>Produto 04: Relatório técnico contendo a especificação de requisitos de infraestrutura necessários para o desenvolvimento da operação-completa, contendo: a) requisitos funcionais que definam as capacidades da infraestrutura necessárias para o atendimento aos requisitos para o desenvolvimento da operação-completa e; b) requisitos não-funcionais associados (desempenho, escalabilidade, segurança, confiabilidade, ferramentas de desenvolvimento, etc).</p>			4º Produto: 25/07/2013	Produto 4: R\$ 18.000,00	
<p>Produto 05: Relatório técnico descrevendo a infraestrutura adotada para suporte ao desenvolvimento da operação-completa, contendo: a) arquitetura da infraestrutura (sistema operacional dos servidores, clusters, componentes da DMZ, firewall, controle de usuários, etc); b) descrição dos parâmetros de configuração dos servidores de aplicação e de banco de dados adotados para garantia dos requisitos de escalabilidade, desempenho e do balanceamento de carga em operação; c) descrição dos parâmetros de configuração das ferramentas de desenvolvimento adotadas (IDEs, SDKs);</p>			5º Produto: 20/09/2013	Produto 5: R\$ 25.000,00	

Produto 06: Relatório técnico final descrevendo a infraestrutura para suporte operacional da operação-completa.	6º Produto: 06/12/2013	Produto 6: R\$ 25.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: David Lourenço da Costa		CPF: 102.538.838-06
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		
Identificação da Organização Internacional Cooperante		
Nome da Organização		Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.		UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica		
Título do Projeto		Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.		914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”		
Código do Contrato: 001/017/2012		
Objetivo da Consultoria: Atualizar e disponibilizar processos de planejamento e gestão orientados para a função estratégica da C, T e I no contexto das políticas de desenvolvimento sustentável no Brasil.		
Período de Vigência		Remuneração
Início	Término	Total Previsto no Contrato
26/11/2012	25/11/2013	R\$ 96.000,00
		Total Previsto no Exercício
		R\$
		Total pago no Exercício
		R\$
		Total pago até o Final do Exercício
		R\$
Insumos Externos		
Passagens e diárias.		
Produtos Contratados		

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
<p>Produto 01: Documento Técnico contendo relatório técnico que contemple um diagnóstico das principais características dos acordos de cooperação técnica estabelecidos pelo Cemaden e prospecção à curto prazo (6 meses), junto à equipe técnica do Cemaden, da demanda por novos acordos a serem celebrados com centros estaduais de meteorologia, instituições de pesquisa ou outras organizações capazes de produzirem dados ou informações que colaborem e otimizem as atividades do Centro;</p> <p>Produto 02: Documento técnico que apresente o delineamento das necessidades de articulação e de formalização de instrumentos específicos de cooperação para implantação e execução do projeto de expansão da rede de coleta de dados pluviométricos e campanha pluviômetros nas comunidades, bem como das tipologias adequadas a cada contraparte, sejam estas, entidades públicas ou privadas, da esfera federal, estadual ou municipal;</p> <p>Produto 03: Documento técnico que apresente o delineamento das necessidades de articulação e de formalização de instrumentos específicos de cooperação para implantação e execução do projeto de expansão da rede de radares meteorológicos, bem como das tipologias adequadas a cada contraparte, sejam estas, entidades públicas ou privadas, da esfera federal, estadual ou municipal;</p> <p>Produto 04: Documento técnico que apresente o delineamento das necessidades de articulação e de formalização de instrumentos específicos de cooperação para implantação e execução do projeto de expansão da rede de estações hidrológicas, bem como das tipologias adequadas a cada contraparte, sejam estas, entidades públicas ou privadas, da esfera federal, estadual ou municipal;</p> <p>Produto 05: Documento Técnico contendo Manual técnico simplificado para orientação da equipe técnica do Cemaden na realização dos procedimentos básicos realizados na negociação de acordos interinstitucionais, convênios e contratos de interesse do Cemaden, incluindo a elaboração de fluxos da dinâmica interna e externa ao MCTI, bem como a identificação dos aspectos legais e demandas jurídicas a</p>	<p>1º Produto: 05/01/2013</p> <p>2º Produto: 25/03/2013</p> <p>3º Produto: 17/05/2013</p> <p>4º Produto: 15/07/2013</p> <p>5º Produto: 18/09/2013</p>	<p>Produto 1: R\$ 10.000,00</p> <p>Produto 2: R\$ 20.000,00</p> <p>Produto 3: R\$ 18.000,00</p> <p>Produto 4: R\$ 15.000,00</p> <p>Produto 5: R\$ 23.000,00</p>

serem observados em cada etapa do fluxo; Produto 06: Documento Técnico contendo relatório técnico final que englobe a apresentação de um ponto de vista independente, trazendo orientação bem como acréscimos de novos pontos importantes que, porventura, tenham sido identificados durante a consultoria;		6º 30/11/2013	Produto:	Produto 6: R\$ 10.000,00
Consultor Contratado				
Nome do Consultor: Roberto Postiglione de Assis Ferreira Jr.				CPF: 692.399.087-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:				
Identificação da Organização Internacional Cooperante				
Nome da Organização				Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.				UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica				
Título do Projeto				Código
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.				914BRZ2018
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”				
Código do Contrato: 001/013/2012				
Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultor por produto, de profissional qualificado para levantar os requisitos de um Sistema para Gerenciamento da Rede de Plataformas de Coleta de Dados Pluviométricos do CEMADEN, sistema multidisciplinar, envolvendo instrumentos de medição remotos, hardware, software e protocolos de comunicação. O desenvolvimento deste sistema será dividido em duas etapas sequenciais: a) uma etapa inicial para desenvolvimento de um protótipo do sistema com funcionalidades reduzidas (operação-piloto), com duração aproximada de cinco meses e; b) uma etapa final para desenvolvimento de uma evolução do protótipo que possua funcionalidade completa (operação-completa), com duração aproximada de sete meses, completando um ano. O local de trabalho é Campinas – SP. Continuação do item descrição: – Analista para identificação, organização e validação de requisitos junto a grupos envolvidos com aquisição, uso, projeto, construção e manutenção de sistemas compostos por múltiplos sistemas com características funcionais próprias de diferentes áreas do conhecimento.				
Período de Vigência		Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício
01/12/2012	30/11/2013	R\$ 121.100,00	R\$	R\$
Insumos Externos				
Passagens e diárias.				
Produtos Contratados				
Descrição		Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo: Especificação de Requisitos do sistema para operação-piloto, segundo o formato definido no Anexo A da Norma IEEE1233, Guide for Developing System Requirements Specification, incluindo, entre outros tópicos previstos naquele anexo: (i) capacidades operacionais; (ii) características físicas; (iii) parâmetros de desempenho; (iv) interfaces e interações com o ambiente circundante; (v) requisitos de documentação; (vi) requisitos de confiabilidade; (vii) requisitos logísticos e (viii) requisitos de pessoal.		1º Produto: 25/01/2013	Produto 1: R\$ 20.000,00	
Produto 02: Documento técnico contendo: Projeto Básico do sistema para operação-piloto, contendo: diagramas esquemáticos, definição de interfaces entre os sub-sistemas componentes do sistema e plano de implementação do sistema;		2º Produto: 20/03/2013	Produto 2: R\$ 21.450,00	
Produto 03: Documento técnico contendo: Relatório de Avaliação do sistema para operação-piloto, contendo relação de falhas e problemas identificados e propostas de alteração de requisitos e de soluções de projeto básico;		3º Produto: 26/05/2013	Produto 3: R\$ 19.8500,00	
Produto 04: Documento técnico contendo: Especificação de Requisitos do sistema para operação-completa, segundo o formato definido no Anexo A da Norma IEEE1233, Guide for Developing System Requirements Specification, incluindo, entre outros tópicos previstos naquele anexo: (i) capacidades operacionais; (ii) características físicas; (iii) parâmetros de desempenho; (iv) interfaces e interações com o ambiente circundante; (v) requisitos de documentação; (vi) requisitos de confiabilidade; (vii) requisitos logísticos e (viii) requisitos de pessoal.		4º Produto: 16/07/2013	Produto 4: R\$ 22.250,00	
Produto 05: Documento técnico contendo: Projeto Básico do sistema para operação-		5º	Produto 5:	

completa, contendo: diagramas esquemáticos, definição de interfaces entre os sub-sistemas componentes do sistema e plano de implementação; Produto 06: Documento técnico contendo: Relatório de Avaliação do sistema para operação-completa, contendo relação de falhas e problemas identificados e propostas de alteração de requisitos e de soluções de projeto básico.	Produto: 20/09/2013 6º Produto: 30/11/2013	R\$ 18.150,00 Produto 6: R\$ 19.400,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria Antônia Martins Barbosa		CPF: 052.977.268-08
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Tabela 66: QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.			914BRZ2018		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: Notória especialização					
Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade de consultoria de profissional para apoiar a implementação do Complexo do CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, no campus do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Cachoeira Paulista, SP.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/08/2012	14/08/2013	R\$ 90.000,00	R\$ 31.500,00	R\$ 31.500,00	R\$ 31.500,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias.					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento Técnico Contendo Relatórios de reuniões com as empresas envolvidas na definição e execução do projeto;	1º Produto: 05/09/2012	Produto 1: R\$ 15.000,00
Produto 02: Documento Técnico Contendo Relatórios de acompanhamento de progresso das atividades em função do cronograma de implantação do Complexo do CEMADEN;	2º Produto: 25/11/2012	Produto 2: R\$ 16.500,00
Produto 03: Documento Técnico contendo Relatório de viagem contendo as discussões e tratativas no local visitado;	3º Produto: 17/01/2013	Produto 3: R\$ 14.750,00
Produto 04: Documento Técnico contendo o progresso das atividades da empresa contratada para a realização do Conceito Estrutural do Complexo do CEMADEN;	4º Produto: 15/03/2013	Produto 4: R\$ 14.500,00
Produto 05: Documento Técnico contendo o progresso das atividades da empresa contratada para a realização do Projeto Executivo do Complexo do CEMADEN;	5º Produto: 18/05/2013	Produto 5: R\$ 15.250,00
Produto 06: Documento Técnico Final englobando todos os relatórios e documentos técnicos apresentados ao longo do contrato, bem como acréscimo de novos pontos importantes levantados durante a consultoria.	6º Produto: 14/08/2013	Produto 6: R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Paulo Roberto Martins Serra		CPF: 459.104.998-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

9.2.1 Análise Crítica

A principal justificativa para a contratação de consultores na modalidade produto diz respeito à necessidade de geração de informações, pesquisas e desenvolvimentos a serem realizados por recursos humanos com conhecimentos especializados, atendendo a demandas de caráter inconstante. Há também a contratação por notória especialização que se justifica pela experiência do consultor contratado. Desse modo, os consultores são demandados conforme a necessidade de produção de informações específicas, apresentadas no formato de produto. A contratação de servidores permanentes para a realização de tais atividades não se justificaria, uma vez que tais servidores especialistas ficariam ociosos com frequência, em não havendo demandas específicas por seus conhecimentos especializados.

No momento em que o CEMADEN/SEPED se estrutura para monitorar com mais qualidade os municípios prioritários e adquire as Plataformas de Coletas de Dados Pluviométricos (PCDs) é de suma importância os produtos que estão sendo desenvolvidos pelos consultores, que têm por objetivo arquitetar, elaborar projetos de testes, configurar, levantar requisitos para um Sistema de Gerenciamento dessas PCDs.

De igual forma, o Centro também precisa articular, elaborar Projeto Conceitual e Executivo do Complexo CEMADEN, atividades pontuais que necessitam de profissional com notória especialização para serem executadas.

Por fim, é preciso planejar e gerir processos orientados para a função estratégica da Ciência, Tecnologia e Inovação no contexto das políticas de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Finalmente, destaca-se que todos os produtos entregues em 2012 cumpriram os prazos estimados, estavam em conformidade com o contrato e foram devidamente aprovados pela autoridade competente.

10. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS (PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

Identificação do Projeto: BRA/10/G32

Título do projeto: Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima

Síntese do projeto: Este projeto de Atividade Capacitadora auxiliará o Brasil a elaborar a Terceira Comunicação Nacional (TCN) para a CQNUMC. O objetivo é ampliar a cobertura do Inventário brasileiro anual de GEEs antrópicos para o período 2000-2010, com ênfase nos setores/gases que têm uma parcela significativa de emissões de GEE e/ou apresentam grau elevado de incerteza de dados. Um novo modelo global integrado para os estudos de mudança do clima e a redução da escala dos modelos globais será elaborado para reduzir as incertezas das avaliações de V&A para os diferentes setores. A descrição das circunstâncias nacionais do Brasil será atualizada, bem como as medidas a serem tomadas ou previstas para a implementação da Convenção. Por fim, o projeto continuará a fortalecer as capacidades institucionais para a implementação da Convenção no Brasil, inclusive a realização de atividades relacionadas à educação e conscientização para a mudança do clima.

Organismo internacional: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Informações sobre o andamento do projeto:

Conforme previamente registrado, o principal desafio nos primeiros anos de execução do projeto tem sido lidar com a descontinuidade dos trabalhos como consequência da alternância de diretores nacionais e coordenadores e da desmobilização da equipe de consultores e especialistas diretamente envolvida com a implementação do projeto. Esta situação impactou de forma significativa a taxa de execução das atividades relacionadas à elaboração da Terceira Comunicação Nacional, comprometendo a celeridade dos processos.

Priorizou-se a articulação com atores que contribuirão especificamente para a elaboração do terceiro inventário nacional de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa, tendo em vista a complexidade desta atividade, pela considerável quantidade: de dados por serem levantados; de fontes por serem consultadas; de cálculos por serem realizados; e de interpretações e análises por serem efetuadas.

Por conseguinte, os impactos dessa iniciativa se restringem a redes específicas de pesquisadores e especialistas responsáveis pela confecção do terceiro inventário nacional, bem como a redes específicas de pesquisadores e especialistas responsáveis pelos modelos climáticos aperfeiçoados.

Ao longo de 2012, diversas reuniões foram realizadas no sentido de fortalecer parcerias e preparar acordos com instituições implementadoras que, inclusive, se disponibilizaram a refinar os dados e melhorar a análise realizada por ocasião do primeiro inventário nacional e do segundo inventário nacional. Mais especificamente, foram realizadas reuniões com a coordenação da Rede Clima em Brasília (MCTI) e em Cachoeira Paulista (Inpe), reunião técnica com pesquisadores da Rede Clima que se envolveriam diretamente com a confecção do inventário de gases de efeito estufa em Brasília (MCTI), reunião técnica com o grupo de especialistas inicialmente responsáveis pela plataforma de dados do inventário em Campinas (Embrapa Informática) e reuniões para articulação de colaborações com equipes técnicas de outros órgãos, governamentais e não governamentais, em Brasília (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério dos Transportes, Embrapa, Agência Nacional de Aviação Civil, Instituto de Energia e Meio Ambiente, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Três Cartas de Acordo foram negociadas, sendo que uma delas neste momento encontra-se em fase de coleta de assinaturas.

Identificação do Projeto: GFL-0061-4C17-2717

Título do projeto: Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade

Síntese do Projeto: O MCTI e o PNUMA Brasil são Co-executores do Projeto Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade. Este projeto é financiado com recursos oriundos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF (US\$ 8.172.728) e do Governo Brasileiro correspondente a contrapartida ao projeto (US\$20.000.000). Vale ressaltar que os recursos do GEF são executados na modalidade Execução Direta (DEX) segundo a classificação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). A implementação desse projeto é balizada pelos seguintes documentos, ambos assinados entre o Governo do Brasil e o PNUMA Brasil:

- 1- Documento do Projeto, que descreve contexto, racionalidade, estratégia, objetivo e resultados a serem alcançados pelo projeto, dentre outros; e,
- 2- Programa Executivo, descreve aspectos relativos às obrigações atribuídas a cada uma das partes (ABC/MCTI/PNUMA). Dentre outros aspectos, este documento informa em seu Artigo 8 que “*As despesas feitas pelo PNUMA, no âmbito do Projeto, deverão ser aprovadas por integrantes do quadro de pessoal efetivo do MCT ou por ocupantes de cargos em comissão no MCT, conforme designados por essa Pasta*”. Neste caso a Diretora do projeto foi definida por meio de portaria publicada no DOU. Por outro lado, o Programa Executivo preconiza no item 4, artigo 4, título III, que “*Na implementação do Projeto, a execução dos serviços administrativos e financeiros observará as regras e procedimentos do PNUMA*”, dado que os recursos oriundos do projeto são internacionais, sendo diretamente transferidos pelo GEF ao PNUMA. Os recursos da União aplicados como contrapartida nacional ao projeto são executados diretamente pelo MCTI.

Organismo internacional: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA

Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos

a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;

Este projeto de cooperação internacional é implementado com recursos de doação não reembolsáveis captados por intermédio do PNUMA junto ao doador GEF. A TIR não foi utilizada como indicador de viabilidade econômica do projeto uma vez que o doador tem seu próprio padrão de avaliação de propostas de projetos. A variação cambial durante o ano de 2012 teve um efeito benéfico para o projeto uma vez que em Janeiro a cotação do Dolar para o Real era 1,85 e ao longo do ano chegou a 2,10 fechando o ano em Dezembro em 2,05. O efeito benéfico de apreciação cambial foi potencializado uma vez que a maior parte dos recursos durante 2012 foi implementada justamente durante o segundo semestre quando a taxa cambial do Dolar para o Real flutuou entre 2,03 e 2,10.

O projeto teve sua aprovação pelo doador em Julho de 2010 tornando-se então em fase de implementação, com duração prevista até julho de 2015. O prolongado processo de negociação do arranjo de implementação ocasionou demora na assinatura do documento do projeto e da posterior nomeação do Diretor Nacional do projeto e conseqüentemente gerou atraso no uso dos recursos doados, os quais apenas começaram a ser utilizados em 2012. Durante este período o projeto focou na execução dos recursos de co-financiamento os quais permitiram grandes avanços para a implementação do componente 2 do projeto que é integralmente financiado com orçamento do Governo do Brasil. Em 2012 a projeto iniciou a implementação dos componentes 1 e 3 os quais são financiados tanto com recursos da união como também com recursos de doação. Dos recursos de doação o orçamento total executado e comprometido foi de US\$ 166.457,00, quando o planejado para o mesmo período era de US\$ 1.362.000,00. Embora a taxa de implementação tenha ficado em torno de 15% do planejado, o projeto teve grandes avanços no seu contexto de articulação institucional visando o desenvolvimento de parcerias com instituições chave para a sua implementação. O Laboratório Nacional de

Computação Científica (LNCC), instituição subsidiária ao MCTI, irá sediar e desenvolver o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) que constitui o principal produto do projeto. O Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA), instituição não governamental que obteve ao longo dos últimos 10 anos grandes avanços na integração e publicação de dados sobre a biodiversidade, irá se integrar ao SiBBr, o que garantirá um salto na quantidade e qualidade dos dados. Outro grande avanço do projeto foi a associação do Brasil ao Global Biodiversity Information Facility (GBIF), o que permitiu ao país se beneficiar da experiência dessa instituição e da rede de países que a ela estão ligados.

b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

O maior impacto durante o referido período sobre o fornecimento de bens e serviços do projeto foi proveniente da interpretação apresentada pela cartilha “Viagens no âmbito de projetos de Cooperação” divulgada pela CGU em Julho de 2012. O referido documento estabelece como princípio geral a ser observado que servidores públicos devem se deslocar utilizando os instrumentos regulares da administração pública federal, com trâmite e liquidação financeira efetuados pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, mesmo quando seu deslocamento se der para execução de atividades pertinentes ao projeto de cooperação. Com isso uma série de atividades que haviam sido planejadas não puderam ser implementadas devido à falta de recursos da União para cobrir despesas desta natureza.

11. AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA (PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012).

11.1 Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

Tabela 67: QUADRO B.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Informações da entidade parceira	CNPJ	05.220.369/0001-23		
	Nome	Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP		
	Âmbito de atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Inciso XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo		
	Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	O Regulamento de aquisições da OSCIP foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 2004, e encontra-se disponível no site do CPP.		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0009.00/2008		
	Data Celebração	29/12/2008		
	Registrado no SICONV?	Não (Processo MCTI n.º 01200.0003350/2008-08)		
	Forma de escolha da entidade parceira			
	Objeto	Consolidação das redes de pesquisa sobre os ecossistemas do Pantanal, visando à sustentabilidade das principais atividades econômicas do pantanal, a formação de recursos humanos e o apoio à tomada de decisão para a definição de políticas públicas.		
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
		UG SIAFI	240101	
	Período Vigência	Início	29/12/2008	
		Fim	31/12/2012	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	2.875.097,00	
Da Entidade		28.537,00		

Fonte: CGEC/SEPED, DECON/SPOA e SIAFI

11.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados

Tabela 68: QUADRO B.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DO TERMO DE PARCERIA

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP		
CNPJ	05.220.369/0001-23		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	0,00	Julho	0,00
Fevereiro	0,00	Agosto	0,00
Março	0,00	Setembro	0,00
Abril	0,00	Outubro	0,00
Maio	0,00	Novembro	0,00
Junho	0,00	Dezembro	611.696,00
Total	0,00	Total	611.696,00

Fonte: DECON/CGRL/SPOA/MCTI

Tabela 69: QUADRO B.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTECEDENTES AO DE REFERÊNCIA

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2011	1	700.000,00
2010	1	700.000,00

Fonte: CGEC/SEPED/MCT

11.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Tabela 70: QUADRO B.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de designação
Nome	CPF	Órgão que representa	
Fernando André Pereira das Neves	084.725.221-68	MCTI – Titular	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010
Cláudia Morosi Czameski	491.861.401-91	MCTI - Suplente	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010
Alfredo de Souza Mendes	143.513.901-15	MCTI - Titular	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010
Marinez Isaac Marques	208.461.001-00	CPP - Titular	Portaria n.º 883 – DOU 25/10/2010

11.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Tendo em vista que o Termo de Parceria teve vigência até 31/12/2012 e que a metodologia utilizada para avaliação da parceria é a de avaliações anuais que ocorrem no primeiro semestre do exercício seguinte, as metas foram aferidas até outubro/2012 como parte do acompanhamento. A avaliação anual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2013.

Tabela 71: QUADRO B.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP	CNPJ	05.220.369/0001-23
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Número de ações gerenciais realizadas (NAGR)		
Fórmula de Cálculo	<i>Quantidade realizada</i>		
Unidade de Medida	<i>Nº</i>		
Periodicidade de Medição	<i>Anual</i>		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	10	
	Realizada	10	
	% Realização	100	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	114,28
		2010	100,00
Análise do Indicador 1	Conforme apresentado, as metas do indicador 1 foram atingidas em sua totalidade, com 100% de realização, demonstrando a execução das atividades da Diretoria Executiva para a contínua dinamização, operacionalização, estruturação e avaliação das redes de pesquisa que compõem o CPP.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Índice de Investimentos em Equipamentos para as Redes Temáticas do CPP (IIERT)		

Fórmula de Cálculo	$IIERT = ACT / TRR * 100$ Unidade: % sem casa decimal ACT = Recursos financeiros aplicados em equipamentos para as redes temáticas no ano TRR = Total de Recursos repassados para equipamentos pelo MCT.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada	100	
	Realizada	0	
	% Realização	0	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	78,00
		2010	80,00
Análise do Indicador 2	Vale destacar que a meta prevista para o indicador “2. Índice de Investimentos em Equipamentos para as Redes Temáticas do CPP (IIERT)” não foi alcançada. Isso deve-se ao fato de que o CPP solicitou ajuste na lista de aquisição de materiais permanentes do Plano de Trabalho originalmente apresentado em 2008, devido a demandas dos pesquisadores das 3 redes de pesquisa (pecuária, pesca e bioprospecção). Como o apostilamento que autoriza a alteração do Plano de Trabalho somente foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 27 de novembro/2012, o CPP só pôde adquirir os equipamentos a partir dessa data. Como explicitado anteriormente, a avaliação anual do TP deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013.		
Caracterização do Indicador 3			
Nome	Número de Projetos, Programas, Prestação de Serviços e Ações formalizadas – (NPPA)		
Fórmula de Cálculo	<i>Quantidade realizada</i>		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 3			
Meta do Exercício	Pactuada	1	
	Realizada	1	
	% Realização	100	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	100,00
		2010	100,00
Análise do Indicador 3	Conforme apresentado, as metas do indicador 3 foram atingidas em sua totalidade, com 100% de realização, garantindo a operacionalização das redes de pesquisa que compõem o CPP.		
Caracterização do Indicador 4			
Nome	Número de avaliações técnico-científicas – (NATC)		
Fórmula de Cálculo	<i>Quantidade realizada</i>		
Unidade de Medida	Nº		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 4			
Meta do Exercício	Pactuada	3	
	Realizada	3	
	% Realização	100	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	100,00
		2010	100,00
Análise do Indicador 4	Conforme apresentado, as metas do indicador 1 foram atingidas em sua totalidade, com 100% de realização, garantindo a execução das atividades de avaliação das redes de pesquisa que compõem o CPP.		
Caracterização do Indicador 5			
Nome	Índice de participações em eventos e meios de divulgação da Rede – (IPE)		

Fórmula de Cálculo	$IPE = PE/NPE$ PE* = Soma dos trabalhos divulgados nos eventos técnico-científicos por cada um dos pesquisadores mestres e doutores da rede NPE = número de pesquisadores mestres e doutores da rede. * Se o mesmo trabalho for apresentado por <i>n</i> pesquisadores da rede, ele será computado <i>n</i> vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 5			
Meta do Exercício	Pactuada	Rede Pecuária = 2 Rede Pesca = 2 Rede Bioprospecção = 3	
	Realizada	Rede Pecuária = 2,51 Rede Pesca = 1,52 Rede Bioprospecção = 2,78	
	% Realização	Rede Pecuária = 125,50 Rede Pesca = 76 Rede Bioprospecção = 92,67	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	Rede Pecuária = 117,30 Rede Pesca = 90,74 Rede Bioprospecção = 68,50
		2010	Rede Pecuária = 106,40 Rede Pesca = 106,00 Rede Bioprospecção = 114,28
Análise do Indicador 5	Destaca-se, para a Rede Pecuária, a superação das metas do indicador 5 relativo à participação em eventos científicos, demonstrando que há integração dos cientistas ligados ao CPP e a comunidade científica externa, há divulgação dos resultados científicos e há formação de recursos humanos, principalmente de mestres e doutores. As metas das Redes Pesca e Bioprospecção não foram alcançadas em sua totalidade uma vez que foram aferidas somente até outubro/2012. Como explicitado anteriormente, a avaliação anual do TP deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013.		
Caracterização do Indicador 6			
Nome	Índice de trabalhos defendidos – (ITDO)		
Fórmula de Cálculo	$ITDO = [(NTD*3) + (NTM*2) + (NTO)] / NPA$ ITDO - trabalhos defendidos NTD = N° de teses defendidas NTM = N° de dissertações defendidas NTO = N° de monografias ou trabalhos de conclusão de curso defendidos NPA = Número de pesquisadores mestres e doutores de Instituições de Ensino Superior vinculados a Rede. Pesos: 3 – Tese 2 – Dissertação 1 – Monografia ou Trabalhos de Conclusão.		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 6			
Meta do Exercício	Pactuada	Rede Pecuária = 1 Rede Pesca = 1 Rede Bioprospecção = 2	
	Realizada	Rede Pecuária = 0,92 Rede Pesca = 1,26 Rede Bioprospecção = 2,70	
	% Realização	Rede Pecuária = 92 Rede Pesca = 126	

		Rede Bioprospecção = 135	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	Rede Pecuária = 175,20 Rede Pesca = 159 Rede Bioprospecção = 100
		2010	Rede Pecuária = 125,00 Rede Pesca = 105,00 Rede Bioprospecção = 140,30
Análise do Indicador 6	A meta relacionada ao indicador de trabalhos defendidos da Rede Pecuária ficou um pouco aquém do previsto. Vale ressaltar que houve greve prolongada nas universidades federais no exercício de 2012, o que possivelmente contribuiu na redução do número de formandos (graduandos, mestrandos e doutorandos) que devem defender seus trabalhos em 2013. Além disso, as metas foram aferidas somente até outubro/2012. Como explicitado anteriormente, a avaliação anual do TP deverá ser realizada no primeiro semestre de 2013.		
Caracterização do Indicador 7			
Nome	Índice de Formação de Recursos Humanos – (IFRH)		
Fórmula de Cálculo	$IFRH = \frac{(NED * 3) + (NEM * 2) + (NEO * 1)}{NPA}$ <p>NED = N° de doutorandos NEM = N° de mestrandos NEO = N° de estudantes de especialização e graduandos. NPA = Número de pesquisadores mestres e doutores de Instituições de Ensino Superior vinculados a Rede. Pesos: 3 – Doutorandos 2 – Mestrandos 1 – Graduandos, alunos de Especialização.</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 7			
Meta do Exercício	Pactuada	Rede Pecuária = 5 Rede Pesca = 4 Rede Bioprospecção = 4	
	Realizada	Rede Pecuária = 5,70 Rede Pesca = 5,72 Rede Bioprospecção = 7,39	
	% Realização	Rede Pecuária = 114 Rede Pesca = 143 Rede Bioprospecção = 184,75	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	Rede Pecuária = 94,95 Rede Pesca = 78,52 Rede Bioprospecção = 269,50
		2010	Rede Pecuária = 105,10 Rede Pesca = 104,00 Rede Bioprospecção = 103,25
Análise do Indicador 7	As metas previstas do indicador 7 para todas as redes foram superadas, demonstrando o amadurecimento das Redes Pecuária, Pesca e Bioprospecção, o que contribuiu sobremaneira para a formação de recursos humanos na região do bioma Pantanal, principalmente de mestres e doutores.		
Caracterização do Indicador 8			
Nome	Números de eventos favorecendo a interação entre pesquisadores e comunidades não-científica – (NEFIC)		
Fórmula de Cálculo	Quantidade realizada		
Unidade de Medida	N°		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 8			
Meta do Exercício	Pactuada	Rede Pecuária = 1 Rede Pesca = 1	

	Realizada	Rede Pecuária = 1 Rede Pesca = 1	
	% Realização	Rede Pecuária = 100 Rede Pesca = 100	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	Rede Pecuária = 100,00 Rede Pesca = 100,00
		2010	Rede Pecuária = 100,00 Rede Pesca = 100,00
Análise do Indicador 8	As metas do indicador 8 foram atingidas em sua totalidade, demonstrando que há integração dos cientistas ligados ao CPP e as comunidades científica e não-científica externas.		
Caracterização do Indicador 9			
Nome	Índice Total de Publicações – (INTP)		
Fórmula de Cálculo	$ITP = [(Ncat A) + (Ncat B) + (NcatC)]/NPE$ <p>É igual a soma das categorias A, B e C As publicações técnico-científicas (capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos ou resumos estendidos em anais) serão divididas em 3 categorias: Cat. A: envolve 3 ou mais instituições ou áreas de conhecimento. Cat. B: envolve 2 instituições ou áreas de conhecimento. Cat. C: envolve 1 instituição ou área de conhecimento. $[(Ncat A) + (Ncat B) + (NcatC)]^*$ =soma das publicações técnico-científicas de cada um dos pesquisadores da rede. NPE = número de pesquisadores mestres e doutores da rede. * Se o mesmo trabalho for publicado com <i>n</i> autores da rede, ele será computado <i>n</i> vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.</p>		
Unidade de Medida	%		
Periodicidade de Medição	anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 9			
Meta do Exercício	Pactuada	Rede Pecuária = 2 Rede Pesca = 2 Rede Bioprospecção = 2	
	Realizada	Rede Pecuária = 2,91 Rede Pesca = 2,26 Rede Bioprospecção = 2,39	
	% Realização	Rede Pecuária = 145,50 Rede Pesca = 113 Rede Bioprospecção = 119,50	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2011	Rede Pecuária = 326 Rede Pesca = 146,25 Rede Bioprospecção = 323,89
		2010	Rede Pecuária = 104,50 Rede Pesca = 132,80 Rede Bioprospecção = 120,00
Análise do Indicador 9	As metas do indicador 9 para todas as redes foram ultrapassadas, demonstrando o amadurecimento dos trabalhos dos pesquisadores associados, resultando em publicações científicas multidisciplinares e multi-institucionais em periódicos com fator de impacto.		
Caracterização do Indicador 10			
Nome	Índice de Publicações em Rede – (IPR)		
Fórmula de Cálculo	$IPR = [(NcatA*2 + NcatB)]/NPE$ <p>As categorias A e B foram definidas no indicador IPT (item 5.0 acima). No calculo do IPR a categoria A (catA) tem o peso 2 e a categoria B (catB) tem o peso 1. A categoria C não entra no calculo deste indicador. $[(NcatA*2 + NcatB)]^*$ =soma das publicações técnico-científicas de cada um dos pesquisadores da rede. NPE = número de pesquisadores mestres e doutores da rede. NPE= Número de pesquisadores mestres e doutores da rede Define-se a meta de publicações anual como sendo a da categoria A ou seu equivalente nas</p>		

	outras categorias * Se o mesmo trabalho for publicado com <i>n</i> autores da rede, ele será computado <i>n</i> vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.	
Unidade de Medida	%	
Periodicidade de Medição	<i>anual</i>	
Aferição dos Resultados do Indicador 10		
Meta do Exercício	<i>Pactuada</i>	Rede Pecuária = 0,50 Rede Pesca = 0,5
	<i>Realizada</i>	Rede Pecuária = 0,51 Rede Pesca = 1
	<i>% Realização</i>	Rede Pecuária = 102 Rede Pesca = 200
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	<i>Exercícios</i>	2011 Rede Pecuária = 148 Rede Pesca = 126,67
		2010 Rede Pecuária = 72,00 Rede Pesca = 130,00
Análise do Indicador 10		
Caracterização do Indicador 11		
Nome	Índice de materiais didáticos – científicos divulgados na comunidade pantaneira – (IMDC)	
Fórmula de Cálculo	IMDC* = Número total de material didático - científico elaborado e divulgado pelas redes temáticas (folders, cartazes, cartilhas, livros didáticos, etc) dividido pelo numero de pesquisadores mestres e doutores da rede. * Se o mesmo material for publicado com <i>n</i> autores da rede, ele será computado <i>n</i> vezes. Este procedimento valoriza o trabalho em equipe. Ao contrário estaríamos valorizando o trabalho individual o que não é objetivo da rede.	
Unidade de Medida	%	
Periodicidade de Medição	<i>anual</i>	
Aferição dos Resultados do Indicador 11		
Meta do Exercício	<i>Pactuada</i>	Rede Pecuária = 0,50 Rede Pesca = 0,50
	<i>Realizada</i>	Rede Pecuária = 0,57 Rede Pesca = 0,52
	<i>% Realização</i>	Rede Pecuária = 114 Rede Pesca = 104
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	<i>Exercícios</i>	2011 Rede Pecuária = 106,70 Rede Pesca = 91,43
		2010 Rede Pecuária = 116,00 Rede Pesca = 140,00
Análise do Indicador 11		
No indicador 11, é possível aferir o esforço de interação entre os pesquisadores da Rede. As metas superaram os valores originalmente previstos. O aumento observado para este indicador pode ser explicado pelo entrosamento e pelo tempo suficiente para que os integrantes das redes publiquem em rede.		

Fonte: CGEC/SEPED/MCTI

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADES GESTORAS: 240.119 GESTÃO: 00001

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Titular nomeado em 02/02/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA SIAFI 001			
AGENTE:	CARLOS AFONSO NOBRE		CPF:	738.128.978-49	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHTN Trecho 1 – Lote 1 Bloco G Apto. 242				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 70800-200	UF: DF	TELEFONE: (61) 3322.6644	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 02/02/2011	Portaria CC/PR/N.º 434/2011			02/02/2011	08/08/2011

Secretário – Substituto Exonerado em 14/03/2012

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA SIAFI 001			
AGENTE:	CARLOS ALFREDO JOLY		CPF:	952.367.678-43	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHTN Trecho 02, Lote 01, Apto n.º 1-209 do hotel Residência H.PLUS - PREMIER Asa Norte				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 71505-200	UF: DF	TELEFONE: (61) 2033-8754	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Secretário-Substituto da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 08/04/11	Portaria n.º 198 Seção 2 pág. 7, em 06/04/11	13/03/2012	Portaria n. 192, DOU 14/03/2012		

Secretária – Substituta **ATUAL** a partir de 14/03/2012

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA SIAFI 001			
AGENTE:	MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMENTE		CPF:	769.474.167-87	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQN 315 Bl. C Apto. 604				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 70774-030	UF: DF	TELEFONE: (61) 3349.5102	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Secretária-Substituta da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 14/03/12	Portaria n.º 193 Seção 2 pág. 6, em 13/03/12				

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS – DEPPT

Ex-Titular exonerado em 13/03/2012

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		CARGO DE DIRECAO NO NIVEL DE HIERARQUIA IMEDIATAMENTE INFERIOR AO DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE SIAFI 902			
AGENTE:	CARLOS ALFREDO JOLY		CPF:	952.367.678-43	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHTN Trecho 02, Lote 01, Apto n.º 1-209 do hotel Residência H.PLUS - PREMIER Asa Norte				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 71505-200	UF: DF	TELEFONE: (61) 2033-8754	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Diretor do Departamento de Políticas e Programas Temáticos				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
		Data: DOU 13/03/2012	Portaria-MCT n.º 216 DOU 12/03/12	Data de Início 01/01/2012	À data fim 13/03/2012

Titular a partir de 13/03/2012

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		DIRIG MAX UA(UJ) CONSOLIDADA OU AGREGADA SIAFI 902			
AGENTE:	MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMENTE		CPF:	769.474.167-87	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQN 315 Bl. C Apto. 604				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 70774-030	UF: DF	TELEFONE: (61) 3349.5102	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Diretora do Departamento de Políticas e Programas Temáticos				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 13/03/12	Portaria n.º 193 Seção 2 pág. 6, em 12/03/12			13/03/12	31/12/12

Substituto (ATUAL)

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		CARGO DE DIRECAO NO NIVEL DE HIERARQUIA IMEDIATAMENTE INFERIOR AO DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE SIAFI 902			
AGENTE:	Fernando André Pereira das Neves		CPF:	084.725.211-68	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SQSW 504 Bloco J – Apto. 505 – Sudoeste - DF				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 70673-510	UF: DF	TELEFONE: (61) 2033-7613	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Diretor Substituto do Departamento de Políticas e Programas Temáticos				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 02/06/2010	Portaria MCT n.º 425, DOU de 04/06/10				

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS – CEMADEN

Ex-titular exonerado em 27/04/2012

NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		CARGO DE DIRECAO NO NIVEL DE HIERARQUIA IMEDIATAMENTE INFERIOR AO DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE SIAFI 902			
AGENTE:	REINHARDT ADOLFO FUCK		CPF:	001.539401-82	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	SHIN QI 14 – Conj 8 – Casa 8				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 71530-080	UF: DF	TELEFONE: (61) 2033-7580	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO :	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 20/07/2011	PORTARIA CC/PR/N.º 1.270	DOU de 27/04/2012	PORTARIA CC/PR/N.º 404, 26/04/12	01/01/2012	27/04/2012

Titular (ATUAL) nomeado em 02/10/2012

NATUREZA DE RESPOSNSABILIDADE Em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, art. 10 e 11		CARGO DE DIRECAO NO NIVEL DE HIERARQUIA IMEDIATAMENTE INFERIOR AO DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE SIAFI 902			
AGENTE:	AGOSTINHO TADACHI OGURA		CPF:	022.970.878-10	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Dona Inácia Uchoa, 493				
MUNICIPIO Brasília	CEP: 04110-021	UF: DF	TELEFONE: (11) 2362-6247	FAX: (61) 2033.7766	
CARGO OU FUNÇÃO:	Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais				
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO :	DOCUMENTO:	PERÍODO DA GESTÃO:	
				Data de Início	À data fim
DOU 02/10/2012	PORTARIA CC/PR/N.º 803			02/10/12	31/12/12